

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**À CONQUISTA DA HISPÂNIA:
ANÁLISE HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICA DA
CAMPANHA DE DÉCIMO JÚNIO BRUTO, O
GALAICO**

JOÃO PEDRO BARRETO GOMES

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra e pelo Doutor Samuel Pires Pereira, elaborada para a obtenção do grau de Mestre em HISTÓRIA, na especialidade em HISTÓRIA ANTIGA

2017

RESUMO	3
ABSTRACT	4
PALAVRAS-CHAVE	5
AGRADECIMENTOS	6
INTRODUÇÃO	8
I	
CONTEXTUALIZAÇÃO	
O ambiente sociopolítico em Roma	12
A conquista de território na Hispânia	14
As culturas indígenas na faixa Oeste e Noroeste da Hispânia	18
II	
DÉCIMO JÚNIO BRUTO	
Os <i>Iunii Bruti</i>	21
O cônsul em Roma	23
O Homem através das fontes	25
III	
A FUNDAÇÃO DE VALENTIA	
Sobre a <i>Valentia</i> de Bruto	30
A realidade arqueológica	39
IV	
LOGÍSTICA E CONTROLO TERRITORIAL NO OCIDENTE PENINSULAR	
Tejo: eixo de movimentação militar	48
A “fortificação” de <i>Olisipo</i> e os modelos de abastecimento do exército romano	55
Chões de Alpompe e os acampamentos militares	61
V	
O EPISÓDIO DE TALÁBRIGA	
Talábriga nas fontes	70
Sistematização das possíveis localizações	75
Talábriga límica	78

VI	_____	
LETHES, TOPOS LITERÁRIO?		
Entre o mito e a realidade	_____	84
Hidronímia	_____	89
O <i>Lethes</i> e a questão dos <i>Turduli</i>	_____	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	_____	99
BIBLIOGRAFIA	_____	111
Autores clássicos	_____	141
Relatórios arqueológicos	_____	144
ANEXOS	_____	145

RESUMO

Os estudos dedicados às campanhas militares romanas no Ocidente hispânico multiplicaram-se nos últimos anos, principalmente, devido ao desenvolvimento da Arqueologia enquanto disciplina metódica. O período romano-republicano sempre correspondeu a um momento histórico de elevado interesse para os investigadores. O processo de conquista, e conseqüente romanização da Península Ibérica, foi profícuo em conflitos, em campanhas e movimentações militares que ficaram registadas em muitas das fontes que chegaram até nós. Destaca-se a campanha de Décimo Júnio Bruto, o Galaico, personagem central neste trabalho.

Assim, o percurso do Galaico é de grande interesse, o que nos motivou o estudo das fontes arqueológicas, epigráficas e literárias que a ele se referem ou que de alguma forma se relacionam com a sua acção. Das narrativas que tratam esta campanha, foi seleccionado um conjunto de episódios, como a fundação de *Valentia*, que, sendo coetâneos, podem dar um importante contributo para entender a dita campanha. Discute-se a importância de alguns rios nas manobras militares, onde o Tejo parece ter sido de especial relevância, e o estabelecimento de acampamentos republicanos ao longo deste, com destaque para o de Chões de Alpompé. Debate-se, ainda, a localização de Talábriga, expondo-se as dificuldades em torno deste topónimo, que não é o único no mundo pré-romano da Hispânia e tem sido associado a distintas localizações geográficas. Por último, dá-se atenção ao rio Letes, discutindo-se o seu lugar no contacto com o contexto das mitologias Indígena e Clássica, e a sua inserção nos movimentos populacionais dos Túrdulos e Célticos.

Todos estes pontos, que são um conjunto de questões e conceitos em torno da problemática da expansão romana em direcção ao Ocidente peninsular, culminam na observação do impacto da romanização nestes povos, procurando explorar perspectivas menos abordadas pela historiografia tradicional. Assim, realiza-se um conciso estudo dos problemas da guerra e da diplomacia, da política e da economia, mas, sobretudo, da forma como Roma e Hispânia se relacionaram entre si, desde o princípio do séc. II a.C. até ao terceiro quartel dessa centúria.

ABSTRACT

Studies dedicated to the Roman military campaigns in western Hispania have multiplied in recent years, mainly due to the development of Archeology as a methodical discipline. The Roman-republican period always corresponded to a historic moment of great interest to researchers. The process of conquest, and consequent romanization of the Iberian Peninsula, has been fruitful in conflicts, campaigns and military movements that have been recorded in many of the sources that have come to us. Stands out the campaign of Decimus Junius Brutus, the Callaicus, central character in this work.

Therefore, the route of the Callaicus is of great interest, which motivated us to study the written, archaeological and epigraphic evidences that refer to him or are, in any way, connected to his actions. Of the narratives about this campaign, a set of episodes were selected, for example the foundation of *Valentia*, that, being contemporary, can make an important contribution on understanding that said campaign. The importance of some rivers in the military maneuvers, where Tagus seems to have been of special relevance, is debated, as well as the establishment of Republican encampments near to it, with special emphasis on Chões de Alpompé. It is also discussed the location of Talabriga, exposing the existence of a single place name that is not unique in the Pre-Roman Hispania and has been associated with different geographical locations. Finally, attention was given to the Letes River, to the evidence of its presence in Indigenous and Classical mythology, and how it is integrated in the migration of the Turduli and Celts.

All these points, which are an ensemble of questions and concepts around the problematic of the Roman expansion towards the peninsular West, culminate in the observation of the impact of Romanization of these folks, seeking to explore perspectives less approached by traditional historiography. Thus, it was carried out a concise study of the problems of war and diplomacy, politics and economics, but mainly, the way in which Rome and Hispania related to each other, since the beginning of the century II B.C. until the third quarter of that century.

PALAVRAS-CHAVE

Roma; Hispânia; Décimo Júnio Bruto; Guerras Lusitanas; Colonização

KEYWORDS

Rome; Hispania; Decimus Junius Brutus; Lusitanian Wars; Colonization

AGRADECIMENTOS

Como em tudo na vida, há situações e pessoas que marcam. É com uma postura de agradecimento que gostaria de terminar esta fase do meu percurso académico. Referindo o actor americano Al Pacino, na película de 1999, *Any Given Sunday*:

«Because in either game, life or football, the margin for error is so small. I mean, one half step too late or too early you don't quite make it. One half second too slow or too fast, and you don't quite catch it. The inches we need are everywhere around us. They are in every break of the game, every minute, every second. On this team, we fight for that inch. On this team, we tear ourselves, and everyone around us, to pieces for that inch. »

O discurso, em parte aqui citado, remete para a importância da união e do esforço em equipa para alcançar os objectivos delineados. Uma dissertação de mestrado não foge à regra e, como tal, reservo esta pequena secção para deixar algumas notas de gratidão aos intervenientes, directa e indirectamente, neste processo.

Em primeiro lugar, à minha família, principalmente pais, irmão e avós, por todo o seu carinho e confiança que depositaram neste projecto, e em mim enquanto pessoa e académico. À Patrícia Correia pelo seu amor, infinita paciência e apoio, nos bons e nos maus momentos. Ao Ricardo Rodrigues (que me perdoe as ausências), amigo de longa data e parceiro de conversas académicas, e outras não tanto, pela noite a fora.

Relativamente à minha *alma mater*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, deixo um grande agradecimento aos colaboradores do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, um especial obrigado à Professora Doutora Ana Margarida Arruda e à Doutora Elisa Sousa por terem nutrido o meu entusiasmo pela Arqueologia, e ao André Pereira pelos desabafos e auxílio nas pesquisas bibliográficas. A estes, acrescento o Professor Doutor José Varandas e o grupo de História Militar por me terem introduzido às questões que esta disciplina evoca. Por último, e em nada menos importantes, quero agradecer a orientação, desde a licenciatura, do Professor Doutor Amílcar Guerra e ao Doutor Carlos Pereira, pela sua amizade e por ter aceite o desafio de co-orientar este trabalho.

De uma forma geral, por serem numerosos, mas não menos importantes, deixo também uma palavra de apreço a todos os que de alguma forma me marcaram neste percurso. Muito obrigado a todos!

*Aos que por cá passaram,
Aos que cá estão,
E aos que estão para vir.*

INTRODUÇÃO

As dificuldades encontradas por Roma, durante a conquista dos povos da Península Ibérica estão bem expressas numa célebre frase de Tito Lívio:

«Por esta razão, sendo a primeira província [Hispania] em que penetraram os romanos, das que pertencem ao continente, foi a última de todas a ser submetida, e só na nossa época, sob o comando e os auspícios de Augusto.»¹

A conquista da Hispania foi, efectivamente, lenta, danosa e profusa em vicissitudes. Esta situação pode dever-se a diversos factores, nomeadamente: à sua extensão, à diversidade geográfica, à heterogeneidade étnica e cultural, ou à simples dificuldade encontrada na comunicação e abastecimento das forças militares. Ainda que a penetração dos contingentes militares não seja comparável entre as várias províncias romanas, não podemos deixar de reparar que, por exemplo, a Guerra das Gálias, comandada por Júlio César (58-50 a.C.), foi um episódio determinante na célere conquista dessa região.

O cerco a *Saguntum* (219 a.C.) motivou a deslocação das legiões romanas para território hispânico. Considerado o desencadear da Segunda Guerra Púnica (218 a.C.), este episódio abriu e, simultaneamente, favoreceu a conquista desta região. O resultado político desta contenda pode-se condensar na progressiva destruição da influência cartaginesa e do seu protectorado. No entanto, a ocupação imediata e exploração deste território criou um evidente antagonismo com algumas das comunidades locais que culminou nas Guerras Lusitanas e Celtibéricas. Os romanos, que uns viram como os libertadores, após a Segunda Guerra Púnica passaram a ser encarados, por outros, como opressores.

A lentidão do avanço romano não deve induzir a apreciações precipitadas. Seria errado assumir que as autoridades militares tomaram como ligeiras as lutas na Hispania, ou que foram tratadas como um assunto secundário pelo senado. De facto, destaca-se a nomeação, para a Hispania, de magistrados de grande relevância política e militar, tais como as três gerações de Cipiões, os Gracos (Tibério pai e filho), Catão-o-Velho, entre outros. Para todos estes a experiência na Ibéria foi, se não a confirmação do seu valor, um

¹ Liv. *Epit.* 28. 12.

importante meio de estabelecer laços clientelares e de aliança entre os líderes indígenas e a aristocracia senatorial.

Pareceu importante, nesta perspectiva, abordar o percurso militar de uma destas figuras da elite romana: Décimo Júnio Bruto. A selecção desta figura parte, assumidamente, da experiência pessoal do autor na intervenção arqueológica de Chões de Alpompe e da integração no grupo de investigação de História Militar, sedado no Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A conjugação destes ramos de investigação científica, a Arqueologia e a História, unidos pelo interesse militar, político e económico da Antiguidade romana e hispânica, foram os pilares que justificaram e apoiaram a realização deste trabalho.

Todavia, dissecar o percurso de Décimo Júnio Bruto no Ocidente não é tarefa fácil, quer pelo silêncio de muitas das fontes clássicas quer pela invisibilidade do registo arqueológico. No primeiro capítulo, pretendeu-se contextualizar histórico-cronologicamente a acção em que a campanha de Bruto ocorreu. Assim, pareceu relevante descrever, ainda que muito brevemente, a sequência de eventos, acompanhada pelas devidas interpretações, tanto no território latino como no ibérico. Este capítulo serve, sobretudo, de iniciação à problemática: a expansão da esfera de influência romana nas regiões, posteriormente províncias; e os motivos, e consequências, socioeconómicas destas acções, concretamente no caso hispânico. É, ainda, analisado o panorama sociocultural do mundo indígena do Ocidente peninsular, apoiando-nos nos autores clássicos e na forma como retrataram as suas populações.

O Capítulo II direcciona a investigação para a figura em que este trabalho se centra: Décimo Júnio Bruto. Procurou-se definir a importância da *gens*, e da sua representatividade na sociedade, mas sobretudo do percurso político da personagem histórica, tomando os primeiros relatos das fontes escritas, referentes às suas acções em Roma, como ponto de partida. Tendo ainda como base de estudo os autores clássicos, tentou-se realizar um levantamento das passagens que o mencionam, agora numa perspectiva mais abrangente da vida e obra do cônsul.

De seguida, o Capítulo III é dedicado à fundação de *Valentia* e às problemáticas que com esta se relacionam. São tratadas, em primeiro lugar, questões em torno ao fenómeno de colonização que Roma levou a cabo, não só no espaço latino, mas, em especial, na Hispânia. Apresentados estes dados, aborda-se particularmente o caso valenciano, desde uma perspectiva ocupacional do território, tendo em conta as pré-existências indígenas, a ocupação cartaginesa e a subsequente conquista romana. As

sucessivas ocupações desta região justificam a importância de *Valentia* na Antiguidade, assim como a sua referência neste trabalho. Após uma breve contextualização do espaço, expõem-se algumas questões histórico-arqueológicas desta colónia romana, sintetizando-se o debate da sua localização, mas dando-se especial ênfase aos elementos arqueológicos datantes e às possíveis origens étnicas dos fundadores.

As fontes escritas narram que, após a fundação de *Valentia*, Décimo Júnio Bruto se deslocou em direcção ao Ocidente. Assim, pareceu-nos relevante, no Capítulo IV, abordar a importância estratégica das vias fluviais, neste contexto da expansão de Roma, em solo hispânico. Abordou-se o Baixo Tejo enquanto caso de estudo para compreender o avanço militar no Ocidente peninsular, a identificação de zonas de fronteira e o estabelecimento de acampamentos militares. Para este último ponto, uma análise arqueológica dos vestígios em Lisboa e do planalto do Alviela, denominado de Chões de Alpompe, torna-se imperativa para a compreensão dos modelos de ocupação territorial que Roma executou neste contexto geocronológico.

Com o avanço dos contingentes republicanos em direcção ao Noroeste peninsular surge o episódio relativo a Talábriga, tratado no Capítulo V. A sua importância reside, essencialmente, no impacto que teve ao longo da produção historiográfica portuguesa, desde o século XVI, na incógnita que ainda persiste sobre a sua verdadeira localização e na possível existência de múltiplos topónimos com a mesma designação. Debateram-se as fontes que remetem para esta cidade, que se tem localizado na foz do Vouga, cuja reocupação romana parece ter eclipsado o substrato indígena. No entanto, certos dados epigráficos suportam a existência de uma Talábriga límica. Embora ainda se discuta acerca da sua localização específica, quiçá identificável com a revoltosa cidade pré-romana que Bruto submeteu, abordámos algumas questões relevantes acerca dos movimentos populacionais resultantes das incursões militares.

Por último, no Capítulo VI, expõem-se um dos últimos momentos da campanha deste general romano retratado nas fontes escritas: a travessia do rio Letes. Em primeiro lugar, fundamenta-se o entorno mítico que o hidrónimo possui e o seu lugar no imaginário greco-latino, discutindo-se uma possível raiz indo-europeia. Feita esta contextualização, debatem-se as possíveis localizações e os contributos das diversas fontes para a questão. Este capítulo alargou-se às migrações de Túrdulos e Célticos, também conhecidos por terem atravessado o rio do Esquecimento, procurando integrá-los numa narrativa respeitante à ocupação romana da Península Ibérica.

Reconhecemos que os variados temas que este trabalho aborda, alguns meramente tangentes ao tema central, não se esgotam nestas páginas. Pelo contrário, muito ficou ainda por dizer e outro tanto por discutir. Apesar disso, esperamos dar um significativo contributo às questões historiográficas e arqueológicas no que respeita à conquista do território ocidental da Península Ibérica.

I

CONTEXTUALIZAÇÃO

O ambiente sociopolítico em Roma

Com o fim das Guerras Púnicas, datado de 146 a.C. aquando a destruição de Cartago, e a submissão da Grécia, após a Quarta Guerra Macedónica, Roma tornou-se, em meados do século II a.C., a maior potência do Mediterrâneo Ocidental e Central. Como Marsh² afirmou, e aplicou ao Mundo Antigo, o lucro directo da guerra e do saque, particularmente com Cartago e com a Macedónia, terá sido superior ao das cronologias posteriores, o que seguramente originou uma transformação progressiva da sociedade romana. Um dos principais factores destas mudanças consistiu na integração de escravos gregos letrados em Roma, fomentando-se assim a difusão da cultura helénica pela Península Itálica³. Por outro lado, o influxo de riqueza promoveu a transformação da própria cultura material e a expansão de Roma⁴.

Todavia, os reflexos não foram somente sociais. Apesar dos longos séculos em que o modelo republicano prevaleceu, não se pode considerar a estrutura política romana estática⁵. Estas mudanças político-sociais revêem-se, por exemplo, na crescente oposição entre os dois partidos designados *optimates* e *populares*, delatada pelos sucessivos falhanços na aprovação de legislações introduzidas pelos tribunos da plebe, cujos objectivos se centravam na tentativa de equilibrar a balança do poder, face aos patrícios. Aliás, estes confrontos políticos estão, também, expressos em alguns relatos dos autores clássicos que fazem menção ao envolvimento de Décimo Júnio Bruto.

Também neste momento ganha destaque a evolução do *cursus honorum*, fixado na *Lex Villia Annalis*⁶, em 180 a.C., com a expansão da influência de Roma nos territórios submetidos. Exemplo disso foi a alteração, em 153 a.C., segundo Tito Lívio, da data de tomada de posse das magistraturas de 1 de Março para 1 de Janeiro, o que se deveu a

² Tenney Frank estima que entre 200 e 167 a.C. tenham entrado nos cofres públicos romanos cerca de 14.060kg de ouro, 303.460kg de prata e outros valores provenientes de indemnizações de guerra (*apud* Marsh, 1971, 2).

³ Para um estudo aprofundado das questões escravagistas em Roma, *vide* Burks, 2008.

⁴ Marcelo Emiliano, 2014. Disponível online.

⁵ Flower, 2010, 62.

⁶ Cic. *Phil.* 5. 47.

rebeliões na Hispânia⁷. Esta alteração, entre outras coisas, deu mais tempo aos cônsules para a preparação das campanhas⁸.

Porém, há que analisar o impacto dos cargos políticos à luz do regime oligarca, designado de república, permeável à manipulação em função das *gentes* dos indivíduos. A competência real e prática para comandar os exércitos, designada *imperium*, era habitualmente substituída pelo conjunto de influências a que o Senado estava sujeito, sendo especulativo o favorecimento dos próprios indivíduos e das suas *gentes*, inversamente ao propósito de servir o estado. Crê-se que a intervenção, enquanto procônsul, de P. Cornélio Cipião, o Africano, na Hispânia a uma idade tão tenra possa ser um exemplo da perversão deste mecanismo de promoção social e política⁹.

O contacto entre o mundo indígena hispânico e o romano produziu atitudes mistas da parte das elites militares latinas. Segundo Mackay, as acções dos comandantes romanos são definidas de forma bastante hostil, tendo-lhes sido atribuídos diversas acusações de abuso de poder, má-fé para com os povos indígenas e guerrear sem *casus belli* que o justificasse¹⁰. Os argumentos para tais acusações centram-se na quebra regular dos acordos com os líderes locais, nas chacinas destes povos, acompanhada pela destruição dos seus centros urbanos¹¹. No entanto, outros relatos descrevem situações opostas. É o caso de D. Júnio Bruto para com os talabriguenses, cuja rendição apenas acarretou a cedência de recursos e armamento, como será visto posteriormente¹². Estaremos a assistir a uma mudança de valores e de atitude para com as populações locais, como forma de as “sujeitar”? Ou será somente uma questão ocasião ou de personalidade que dita a violência das intervenções? Um estudo das fontes que relatam os ditos acontecimentos teria certamente interesse para descortinar estas interações, não só relativamente à agenda política destas como sobre a sua veracidade.

Voltando à sociedade romana, o crescimento da população, durante o séc. II a.C., é visível essencialmente através de censos apontados por Tito Lívio¹³. Assistimos a uma maior mobilidade social que permitiu a ascensão da classe dos *equites*, um grupo que inicialmente se dedicava a actividades de natureza comercial, mas que em muito

⁷ Liv. *Per.* 47. 13-14.

⁸ As campanhas tinham tradicionalmente início nos Idos de Março, a 15 desse mês, segundo Flower (2010, 67).

⁹ Richardson, 1998, 43.

¹⁰ Mackay, 2004, 89.

¹¹ E. g.: A destruição de Cartago, Corinto e a chacina dos Lusitanos.

¹² App. *Hisp.* 12. 73.

¹³ Vide “tabela 4” de Rosenstein (2013, 266).

beneficiou com o fluxo de capitais obtido através das guerras. O seu poderio económico possibilitou o acesso a cargos que antes estavam reservados a indivíduos de *gentes* tradicionais, embora a sua miscigenação política fosse virtualmente possível¹⁴.

A distribuição da *res publica*¹⁵, no século II a.C., assistiu à crescente importância do papel do Senado ao conduzir as operações de expansão mediterrânea. Por outro lado, devido à sua rotatividade anual e à eventual admissão no Senado, os indivíduos encarregados de magistraturas, incluindo o tribuno da plebe, eram incapazes de organizar políticas a longo prazo, sujeitando-se a serem pouco mais que uma ferramenta do sistema. A administração provincial, ainda numa fase inicial e até à anexação da Macedónia, era gerida pelas magistraturas do pretor e do cônsul, cujos cargos eram os únicos com *imperium* suficiente para governar as unidades provinciais¹⁶. No entanto, com a expansão romana, para essa função foram criados cargos, nomeadamente os de propretor e de procônsul.

A conquista de território na Hispânia

A entrada da Hispânia no horizonte político romano é consequente da Segunda Guerra Púnica. Segundo Víctor Alonso Troncoso, a ocupação romana deste espaço pode-se dividir em três fases principais: a primeira ocorreu entre o início da Segunda Guerra Púnica¹⁷ e a destruição de Numância em 133 a.C.; depois uma fase de consolidação territorial, entre 133 e 29 a.C., durante a qual a expansão na Hispânia é pouco expressiva, principalmente devido ao caos político que se vivia; por último, já no principado de Augusto, deram-se os confrontos finais¹⁸ com os povos cântabros e ástures, integrando-se, por fim, a totalidade da Península Ibérica na esfera romana¹⁹.

Conquanto esta simplista divisão arrisque juntar acontecimentos diversos, a primeira fase, coincidente com o âmbito cronológico deste trabalho, integrando as guerras púnico-romanas, mas também a conquista executada pelos exércitos romanos, os quais permaneceram como consequência do conflito, talvez sem plano premeditado. A observação deste fenómeno político-militar levou à teorização de um “imperialismo

¹⁴ Uma das formas de diferenciação entre ordens no contexto político era a utilização, em conjunto com a toga, de uma faixa púrpura mais estreita por parte dos *equites*. Vide Morley (2007, 305).

¹⁵ Composta pelo Senado, magistrados e assembleias populares, segundo North (2007, 260).

¹⁶ Sicília e Sardenha-Córsega em 227 a.C.; Hispânia Citerior e Ulterior em 197 a.C.; Macedónia em 148 a.C. e Cartago em 146 a.C., segundo Roldán Hervás (1995, 154).

¹⁷ Com o desembarque de Cneu Cornélio Cipião em Ampúrias, 218 a.C.

¹⁸ Entre 29 e 19 a.C.

¹⁹ Alonso Troncoso, 1996, 54.

defensivo”²⁰, largamente defendida pelas correntes historiográficas desde os finais da época Vitoriana²¹. Esta mentalidade está bem expressa em Políbio, quando retrata os motivos que levaram Roma a intervir na Sicília, contra a influência cartaginesa, como forma de afastar possíveis oponentes²². No entanto, nem todas as fontes credibilizam esta “justificação”, não fosse uma das narrativas de Cícero a confissão sobre os motivos menos nobres das acções militares romanas²³. De facto, sabemos hoje que terá havido uma clara intensão de conquista da Hispânia, justificada pela exploração dos povos e dos abundantes recursos naturais²⁴.

O termo “imperialismo” supõe uma transposição para a história romana de um conceito aplicado desde o início do séc. XIX, para designar as actividades coloniais ultramarinas das potências europeias. Em latim não existe uma palavra que designe esta actividade²⁵. Todo o processo de expansão imperialista sustenta-se da força militar, contudo, Roma destaca-se pela capacidade que teve em assimilar juridicamente os povos submetidos. Portanto, o processo de conquista romana, terminava, invariavelmente, com a integração das populações locais, sobretudo das elites, nas estruturas político-administrativas romanas.

A Hispânia pode tomar-se como um caso de administração improvisada e experimental na gestão dos territórios provinciais, situação justificada pelos governos irregulares e pelas acções militares de objectivos limitados, destinados somente à conservação dos territórios mediterrânicos e atlânticos²⁶. Assim, os conflitos iniciais com as populações indígenas podem-se justificar não como um desejo de expansão territorial de Roma, mas sim inseridos em uma política de manutenção dos espaços ocupados. A perspectiva que defende um avanço propositado e expansionista parece mais natural, até porque a existência de riquezas da Hispânia não era desconhecida no mundo Clássico²⁷.

²⁰ Sumariamente descrita, esta tese dita que os romanos assumiam confrontos somente como forma de autoproteção. *Vide* Harris (1979, 4) e Mantas (2012, 39-40).

²¹ Sobre os paralelos o imperialismo romano-republicano e o neocolonialismo britânico *vide* Adler (2008). Para o mesmo esforço, mas aplicado às acções militares actuais dos Estados Unidos da América *vide* Adler, (2008a).

²² Polyb. I. 10. 6.

²³ Cic. *Off.* I. 11. 36. “As for war, humane laws touching it are drawn up in the fetial code of the Roman People under all the guarantees of religion; and from this it may be gathered that no war is just, unless it is entered upon after an official demand for satisfaction has been submitted or warning has been given and a formal declaration made”. Walter Miller trad., 1913, 39.

²⁴ Para o caso da exploração mineira *vide* Adroher Auroux (2016, 56); Pérez Macías *et* Delgado Domínguez, (2014, 249-250); Chic-García (2007-2008). Para a exploração dos povos *vide* Chic-García (1987).

²⁵ Alonso-Nuñez, 1989, 7.

²⁶ Irregularidades constitucionais provam esta falta de preparação, como Roldán Hervás (1989, 53) e Harris, (1979, 208-210) salientam.

²⁷ E.g.: Str. IV. 16.

Considerando que Roma ocupou simultaneamente a Grécia e o Norte de África, embora com ritmos diferentes, ambos territórios caracterizados pela presença de estados organizados, a integração do Sul e Este da Península Ibérica foi mais pacífica, contrariamente aos territórios mais interiores. Aliás, essa mesma realidade está patente nas fontes clássicas, Estrabão refere claramente que as comunidades do Sul eram mais desenvolvidas que as do Norte e centro da Hispânia²⁸. Além disso, possivelmente, a intenção de expansão foi travada pela dificuldade de integração dos líderes tribais da Hispânia. No caso do Ocidente, de facto, a influência em *Olisipo*²⁹ parece ser anterior quando comparada com as restantes áreas mais a Norte, demonstrando que o interesse de Roma no território hispânico não se limitava às regiões tradicionalmente governadas nesse período (séc. II a.C.).

Ainda que estejamos a tratar um momento ligeiramente posterior, deve-se ter ainda em conta a rápida sucessão de acontecimentos entre o final da Segunda Guerra Púnica e a Segunda Guerra Macedónica. O virar da atenção do Senado e o mobilizar dos exércitos para estas regiões podem ter atrasado consideravelmente o avanço no território peninsular, suspendendo, assim, a expansão nesse espaço.

A derrota de Cartago, em Zama (202 a.C.), esteve longe de excluir a Península Ibérica enquanto palco de conflitos, simplesmente mudaram os intervenientes. As relações criadas com os líderes do Sul hispânico e as colónias entretanto fundadas, como é o caso de *Italica*, por Cipião, o Africano, no final do século III a.C., serviram de alicerce para a ocupação meridional deste espaço. Assim, à excepção de algumas formações políticas na região da Bética, a Hispânia não possuía sociedades com dimensão e organização suficiente para ser controlada indirectamente³⁰.

A expressiva quantidade de recursos naturais existentes levou os tribunos romanos a insistirem, apesar de alguma resistência indígena, na permanência na Hispânia. Em 198 a.C. as assembleias elegeram seis pretores, em vez de quatro, para a Hispânia e, no ano seguinte, implantou-se o sistema provincial, dividindo a Hispânia em *Citerior* e *Ulterior*, a Norte e a Sul do rio Júcar, respectivamente³¹. Porém, a incapacidade dos políticos envolvidos nesta fase embrionária da Hispânia romana reflectiu-se na revolta simultânea

²⁸ Str. III. 6.

²⁹ Vide Pimenta, 2005.

³⁰ Como é o caso da Macedónia e de Pérgamo que foram durante anos estados clientelares de Roma, segundo Roldán Hervás (1995, 136).

³¹ Vide Roldán Hervás (1989, 319). Afirma também que este modelo foi primeiramente ensaiado na Sicília e Sardenha.

das duas províncias, em 197 a.C., o que obrigou Roma a tomar medidas excepcionais³². Foi, o então cônsul, M. Pórcio Catão quem encabeçou, em 195 a.C., as duas legiões. Estas eram compostas por, eventualmente, cinquenta a setenta mil indivíduos, aos que se somavam os habituais efectivos dos pretores³³.

A natureza dos conflitos com as populações locais induziu a campanhas de pequena escala que se arrastaram no tempo. Tibério Graco, nomeado pretor em 180 a.C., procurou minimizar esta problemática e rentabilizar o sistema fiscal, concentrando as populações em locais de fácil intervenção. Em meados do século II a.C., os cônsules começaram a ser enviados para a Hispânia exercendo como comandantes militares, o que revela uma substituição de patentes menores para superiores e revela que as comunidades nativas se tornaram mais hostis contra a presença romana³⁴.

No entanto, também por esta altura, surgiram os primeiros conflitos com os Lusitanos e Celtiberos³⁵. Aparentemente a mudança de uma política de reconciliação e pacificação para uma de ocupação efectiva na meseta espanhola, forçou uma resposta bélica organizada por parte destes povos, encabeçados por Púnico³⁶. Na Hispânia Citerior, o combate aos Arévacos tomou uma dimensão tal que obrigou à intervenção, em 153 a.C., sem sucesso, do cônsul Q. Fúlvio Nobilior, que foi substituído por M. Cláudio Marcelo. No caso da Hispânia Ulterior, apesar de diversas derrotas iniciais, os Lusitanos foram brutalmente, embora temporariamente, submetidos (151-150 a.C.) por Lúcio Licínio Luculo e Sérvio Sulpício Galba³⁷.

Em reacção a este massacre, relatado por Apiano, os Lusitanos uniram-se em torno de Viriato para mais uma série de confrontos que durariam até à sua morte, em 138 a.C.³⁸. No que à resistência celtibera diz respeito, esta durou um pouco mais, alentada pela rebelião de Viriato. A sua derrota só aconteceria em 143 e 142 a.C., perante Metelo Macedónico, situação que findou com a rendição dos numantinos. Porém, a diplomacia entre Roma e Numância alternou entre conflitos abertos e acordos volúveis, o que fez com que a guerra terminasse apenas em 133 a.C., às mãos de Cipião Emiliano³⁹.

³² Principal, 1996, 216 remeteu para o peso fiscal que Roma impôs nas comunidades do Sul hispânico.

³³ Manuel Roldán, 1988, 61.

³⁴ O Senado romano nomeou em 145 a.C. o cônsul Q. Fábio Máximo Emiliano, irmão de Cipião Africano, para o governo da Ulterior. Alarcão (1988, 37), afirma que foram cedidos 17.000 homens ao cônsul, essencialmente recrutas.

³⁵ Estes conflitos tiveram início a 155 a.C., iniciando-se a intervenção romana no primeiro quartel de 154 a.C., segundo Astin (1967, 37) e Blázquez Martínez (1974, 191).

³⁶ De onomástica sugestivamente ligada a Cartago.

³⁷ Designado pretor da província Ulterior, em 151 a.C. Esta chacina foi narrada em App. *Hisp.* 60.

³⁸ App. *Hisp.* 74.

³⁹ Entre 150 e 130, cinco cônsules organizaram ataques à cidade celtibera, segundo Gargola (2007, 158).

Também no Noroeste se verificaram incursões, numa primeira fase integradas nas Guerras Lusitanas, entre 147 e 139 a.C. O primeiro conflito atestado coincide com o final dessas guerras, liderado por Quinto Servílio Cepião:

“Quando a guerra foi publicamente declarada, Cepião tomou a cidade, que fora abandonada por Viriato, de Arsa e seguiu-o até à Carpetânia, pelos caminhos destruídos por este (...) Cepião virou-se contra os Vetões e os Galaicos, arrasando os campos destes povos.”⁴⁰

No entanto, a morte de Viriato não trouxe a pacificação total dos Lusitanos e dos seus aliados. Nomeado cônsul em 138 a.C., D. Júnio Bruto⁴¹, em parceria com P. Cornélio Cipião Nasica, continuou a actividade militar na Hispânia Ulterior.

As culturas indígenas na faixa Oeste e Noroeste da Hispânia

Por outro lado, vejamos agora, de uma forma sintética, os povos indígenas envolvidos nos conflitos aqui tratados.

O estudo da Hispânia Antiga desenvolveu-se extraordinariamente nas últimas décadas, fruto de escavações arqueológicas progressivamente mais metódicas, dos progressos nas áreas da Filologia e Epigrafia, mas também de uma revisão das fontes literárias. De facto, pode-se considerar a formação de uma disciplina, a Paleo-hispanística, aplicada ao estudo étnico, cultural, linguístico, económico, social, político e religioso⁴². À luz dos domínios referidos, é notável a diversidade de povos que repartiam entre si o Ocidente peninsular no século II a.C. No entanto, não existe nenhuma descrição etnogeográfica para essa cronologia.

São já numerosos os trabalhos que se dedicaram a este tema em concreto, pelo que não acrescentaremos nada de novo, ainda assim importa fazer aqui alguns comentários que nos parecem pertinentes no âmbito deste trabalho. As fontes mais viáveis para um estudo desta matéria poderiam ser os textos originais de Políbio, Artemidoro e Posidónio, que infelizmente não se conservaram na sua totalidade, geralmente só notas e resumos citados por outros autores. Jorge de Alarcão refere que as fontes a que Políbio recorreu para a descrição da Lusitânia deveriam ser, na sua essência, relatos de expedicionários de

⁴⁰ App. *Hisp.* 70. Tradução do autor.

⁴¹ Neto de Marco Júnio Bruto, cônsul em 178 a.C. e atestado pelos Fastos Capitolinos.

⁴² Salinas de Frías, 2010, 7.

Décimo Júnio Bruto⁴³. Infelizmente, embora conheçamos passagens sobre a observação do espaço geográfico, nenhuma descrição chegou à actualidade⁴⁴.

Precisar e fazer corresponder nomes sugeridos pelas fontes, sejam de natureza literária ou epigráfica, a uma realidade geográfica concreta culmina, com frequência, numa tarefa inexequível e, invariavelmente, cercada de questões sem aparente resposta. Recorrer à Arqueologia para identificar as múltiplas realidades existentes na Península Ibérica também não traz resultados conclusivos. Ainda que reconheçamos uma cada vez maior sistematização de espólio característico de determinadas regiões, consequentemente associadas a prováveis comunidades, as redes comerciais estabelecidas durante a Idade do Ferro fomentaram a circulação desses bens, causando uma considerável disseminação desses produtos que ultrapassava as fronteiras étnicas⁴⁵.

Naturalmente, a dimensão destas redes tem sido discutida. Por um lado, é defendido um contacto de cariz meridional e mediterrâneo até à chegada dos exércitos romanos⁴⁶, enquanto outra corrente defende que, após a crise do século VI a.C., se processou uma desagregação das redes comerciais entre a fachada atlântica do Ocidente peninsular com o Sul mediterrâneo⁴⁷.

A utilização de estudos epigráficos para a fixação de uma correspondência toponímica ou de uma entidade étnica, varia consideravelmente de acordo com a natureza dos documentos. Infelizmente, a sua habitual descontextualização não permite, numa primeira abordagem, correlacionar directamente o local da sua descoberta às entidades mencionadas nos textos. Por outro lado, a informação que é sugerida nos documentos desta natureza reporta-se a populações romanizadas, o que leva a um certo anacronismo quando se tenta recorrer a estas fontes para o estudo de populações pré-romanas.

Por último, os estudos linguísticos têm contribuído extraordinariamente para a investigação destas realidades ao conseguir, através da análise das componentes lexicais, criar áreas de influência cultural. O curioso caso do elemento *-briga* toma especial relevância no estudo sobre Talábriga, como veremos posteriormente.

Embora não seja o objectivo uma análise exaustiva dos povos pré-romanos do Ocidente da Península Ibérica, pois já foi realizada por Amílcar Guerra⁴⁸, é incontornável,

⁴³ Alarcão, 1974, 17.

⁴⁴ Polyb. XXXIV. IV. 8.

⁴⁵ Vide o exemplo das comunidades turdetanas. Escacena Carrasco *et* Belén Deamos (1994); García Fernández *et* Ferrer Albelda (2002).

⁴⁶ E.g.: Cardoso, 2004.

⁴⁷ E.g.: Arruda, 2005.

⁴⁸ Vide Guerra, 1998.

num contexto de conquista, observar os “vencidos”. Tomaremos o vale do Tejo como ponto de partida para a análise das culturas que entraram em contacto com o mundo romano durante a campanha de Décimo Júnio Bruto: os grandes grupos identificados limitam-se aos Lusitanos⁴⁹ e aos Galaicos⁵⁰, cuja origem céltica se discute. No entanto, é pertinente questionar as fronteiras, características culturais e designações dadas pelos autores clássicos. Ou seja, as etnias mencionadas serão uma construção destes autores? Haveria uma consciência cultural/étnica diferenciadora dos diversos povos? As respostas parecem variar consoante regiões e realidades. Apesar das dúvidas, nas fontes literárias transparece que os povos beligerantes contra D. Júnio Bruto surgem em contextos de cultura castreja e de bandoleirismo, realidades que, de uma forma ou de outra, podem estar relacionadas com o mundo lusitano e galaico.

A estreita relação entre galaicos e lusitanos está patente no *Geografia* de Estrabão, ao referir que certos autores antigos apelidavam aos povos do Noroeste ibérico, igualmente, lusitanos⁵¹. Porém, a realidade arqueológica é muito mais complexa. Entre castros, estruturas perecíveis e espaços romanizados, que nem sempre permitem um vislumbre da Idade do Ferro local, uma diferenciação entre o que seria os habitats destas culturas é ténue. O próprio conceito de “lusitano” tem levantado questões para as quais actualmente ainda não há resposta consensual⁵². De facto, os autores clássicos, anteriores a Augusto, parecem ter sentido dificuldade em distinguir os povos desta região peninsular, o que leva a crer que foi utilizado um modelo genérico para estes “bárbaros”, que tinha por base o próprio estágio sociocultural e administrativo de cada comunidade⁵³.

⁴⁹ Invariavelmente, quando revistos os textos clássicos, os limites da Lusitânia são móveis, sendo o Tejo uma das poucas fronteiras constantes, segundo Blázquez (1986, 105).

⁵⁰ Deste grupo, Salinas de Frías, 2010, 165, sublinha os *Bracari* pelo seu confronto directo com Décimo Júnio Bruto.

⁵¹ Str. III. 3. 2.

⁵² Vide Guerra, 2010.

⁵³ Vide Queiroga, 2003, 81-82.

II DÉCIMO JÚNIO BRUTO

Os Iunii Bruti

Analisar a promoção de Décimo Júnio Bruto a cônsul, posteriormente procônsul, e a sua intervenção no plano político-militar da Hispânia passa pela compreensão do estatuto da sua *gens* e o que este conceito significava no mundo clássico.

Posto de forma simplificada, o conceito de *gens* romana englobava uma família sujeita à *potestas* de um antepassado comum⁵⁴. Embora neste trabalho se esteja longe de procurar uma solução para o conjunto de questões que esta entidade sociojurídica levanta, a origem das *gentes* é assunto ainda hoje debatido no meio académico, em grande parte devido à falta de dados e fontes referentes a uma Roma antiquíssima⁵⁵. Crê-se que as *gentes* teriam importância na organização tribal que foi aplacada com a ascensão da monarquia em Roma⁵⁶. No entanto, durante o período monárquico, a organização senatorial era presidida pelos *patres* que representavam as associações gentílicas. A identificação destas *gentes* primitivas, patrícias ou plebeias, é tão impossível quanto antigas são as fontes que já discutiam esse tema⁵⁷.

Igualmente importante é a relação entre a *curia* e a *gens*, pois, apesar de incerta, as *curiae* também eram formadas por grupos compostos pelas partes alargadas das famílias, embora não necessariamente pertencentes às *gentes*. A união interna destes aglomerados familiares está precocemente presente na história de Roma, com especial menção à campanha lançada pelos *Fabii* contra os *Veii*⁵⁸.

A *gens Iunii* é caracterizada por uma das maiores difusões de *nomina* no mundo romano e a sua origem foi traçada até ao primeiro cônsul Lúcio Júnio Bruto⁵⁹. Os estudos sobre a sua origem social têm-se desenvolvido desde o século XIX, dividindo-se as considerações historiográficas entre as que classificam esta *gens* como patrícia⁶⁰ e, outras, como plebeia⁶¹. Será de estranhar que o primeiro cônsul da história de Roma seja plebeu, uma vez observada a sua ligação com a família Tarquínia, do último monarca romano

⁵⁴ Varro. *Ling.* VIII. 4.

⁵⁵ Vide Rodríguez Álvarez, 1996.,

⁵⁶ Deißmann-Merten, 2004, 761.

⁵⁷ E.g.: Liv. I. 35. 6.; Cic. *Rep.* II. 3. 5.

⁵⁸ E.g.: Dion. Hal. *Ant. Rom.* IX. 5.

⁵⁹ Eleito em 509 a.C.

⁶⁰ Smith, 1872b, 658.

⁶¹ Niebuhr, 1828, 457-458.

Lúcio Tarquínio Soberbo. Possivelmente, à exceção deste cônsul e dos seus filhos, todos os outros membros desta *gens* seriam plebeus. É viável que a linhagem patrícia dos *Junii Bruti* se tenha extinguido ainda na emergência da República-Romana, já que o próprio Lúcio Júnio Bruto mandou executar os seus dois filhos⁶². Porém, a historiografia mais recente tem argumentado, principalmente através da narrativa de Dionísio de Halicarnasso, que a dupla condição desta família (patrícia e plebeia) é pouco verosímil. James Richardson sugere, inclusive, a possibilidade de *L. Iunius Brutus* ter sido uma personagem mítica, assimilado por esta *gens* posteriormente⁶³.

Durante o séc. IV a.C. vingaram as linhagens dos *Scaevae*, *Bubulci* e *Perae*. Mas a partir do séc. III a.C. ganharam destaque no cenário político os *Bruti* e os *Silani*. Somente com a morte de Júlio César, às mãos de Marco Júnio Bruto e Décimo Júnio Bruto Albino, é que o ramo *Brutus* se extinguiu, após o suicídio do primeiro e o assassinio do segundo⁶⁴.

Seguir as linhagens e relações familiares, quando não expressas nas fontes (sejam de origem historiografia, epigráfica ou outra), é um trabalho extremamente difícil e arriscado. Veja-se, pois, a multiplicidade de ramificações em que as *gentes* se desdobraram, assim como de filiações gentilícias não familiares. Estas vicissitudes, inevitáveis para a investigação, não impediram a historiografia de avançar com hipóteses, baseadas na proximidade de cronologias e nos cargos políticos. Assim, Décimo Júnio Bruto, o Galaico, é dado como irmão mais novo de Marco Júnio Bruto⁶⁵ e filho de Marco Júnio Bruto, cônsul de 178 a.C.⁶⁶. Através da análise de alguns textos clássicos, pôde-se criar uma curta árvore genealógica relativa aos indivíduos da *gens Junius Brutus*, que, eventualmente, poderão ser da mesma família:

⁶² Plut. *Vit. Brut.* 1.

⁶³ Richardson, 2011, 155.

⁶⁴ Smith, 1872, 509.

⁶⁵ Smith, *op.cit.* e Wolfgang, 2005, 1096 referem-no como jurista, possivelmente pretor em 140 a.C. Foi um dos responsáveis pela criação da jurisprudência romana, escrevendo em três livros uma *De iure civili* em forma de diálogo, segundo Cic. *de Off.* II. 50.

⁶⁶ Liv. LX. 59.4. relata a sua integração numa embaixada enviada à Ásia (Liv. LXII. 45. 1.) e realização de uma campanha para se promover ao cargo de censor, na qual não teve sucesso (Liv. XLIII. 16. 1.)

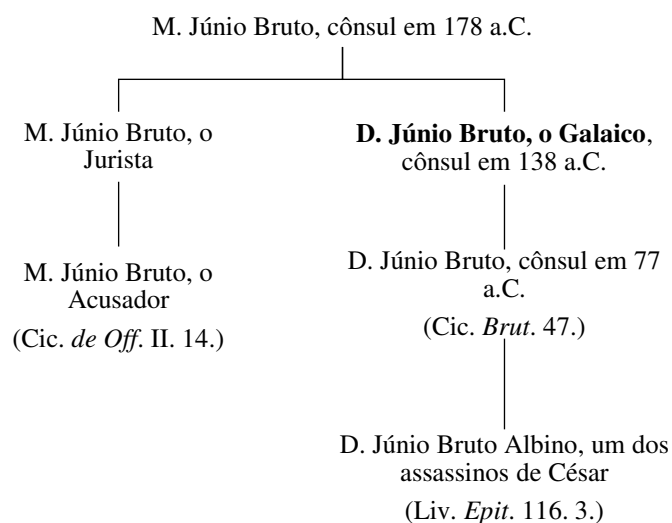


Figura 1 - Geneologia da gens Junii Bruti

O cónsul em Roma

Pouco ou nada se sabe da vida de Décimo Júnio Bruto, à excepção da campanha militar em solo hispânico. A sua vida não foi compilada numa grande obra, ao estilo de Plutarco, nem os seus discursos se preservaram. No entanto, a sua importância para a História de Roma está bem patente na quantidade de fontes que o mencionam, como teremos oportunidade de observar.

Os primeiros relatos da actividade de Bruto estão interligados com a vida política de Roma, particularmente com a preparação das campanhas contra os Lusitanos e outros iberos revoltosos. Estes relatos incluem também algumas das rivalidades entre a aristocracia romana, representada pelos cónsules de 138 a.C., e a plebe, liderada pelos tribunos. Alertamos para o facto de não existir nenhum indicador da ordem cronológica dos eventos que se seguem.

Tito Lívio deu-nos a conhecer como decorreu o alistamento de tropas que seriam enviadas para a Hispânia. Durante a recruta, realizada pelos cónsules Públio Cornélio Cipião Nasica e Décimo Júnio Bruto, estes decidiram punir de forma exemplar um soldado, procurando, com isso, evitar futuras deserções do exército. Na circunstância, após ter sido acusado perante os tribunos, Caio Matieno foi colocado debaixo de um jugo, açoitado e vendido por um sestércio⁶⁷. A fuga à recruta seria regular, quer pela falta de

⁶⁷ Liv. Per. 55. 1.

interesse generalizado dos grupos rurais em participar nas actividades militares quer pela relativa facilidade na evasão⁶⁸.

Também Valério Máximo acrescentou alguns dados, ao relatar o episódio em que o tribuno da plebe, Caio Curiácio, convocou uma *contio* com o objectivo de forçar os cônsules de 138 a.C. a, através do senado, adquirir cereais para o povo romano. Segundo as palavras de Valério, Nasica tomou a iniciativa de silenciar os cidadãos, argumentando que ele mesmo entenderia o que era melhor para o bem-estar público⁶⁹. A solução não aparenta ter sido a longo prazo, uma vez que há, em 136 a.C., registo de rebeliões de escravos na Sicília, o denominado “armazém” de Roma⁷⁰.

Por último, Cícero continuou o relato das intrigas entre as facções políticas, no momento em que Caio Curiácio e Sexto Licínio mandaram prender os cônsules por estes se terem recusado a dispensar dez homens, à vontade de cada tribuno, do serviço militar⁷¹. Os cônsules rapidamente foram libertados, após o pagamento de uma multa, o que justifica a presença, no mesmo ano, de Bruto na Península Ibérica⁷².

Estes episódios exemplares revelam a conturbação social e, conseqüentemente, económica, resultante da sistemática actividade exercida por Roma na Hispânia. Enquanto Roma teve campanhas militares locais e breves o sistema de soldados-cidadãos foi exequível, pois permitia o regresso dos homens às suas origens e à sua actividade de campesinato⁷³. Todavia, os longos períodos de belicismo a que estes soldados estavam sujeitos, tanto na Hispânia, como em África e nos territórios a Oriente, debilitou a produção agro-pastoril e empobreceu os pequenos proprietários a um ponto de ruptura social.

Diodoro da Sicília refere que um grande número de itálicos se estabeleceu na Península Ibérica para explorar as minas de prata, de ouro e de cobre⁷⁴. A segunda produção mais importante foi o trigo, embora este produto nunca tenha dado os mesmos rendimentos que os minérios, até porque a grande maioria deste produto se destinou a abastecer os exércitos. Apesar disso, no final do séc. III a.C. e princípio do II a.C.,

⁶⁸ Evans, 1982, 124-131.

⁶⁹ Val. Max. III. 7. 3.

⁷⁰ Diod. XXXIV. 4.

⁷¹ Cic. *de Leg.* III. 20.

⁷² Astin, 1967, 130.

⁷³ Baker, 2007, 77-78.

⁷⁴ Diod. V. 36.

conhecemos algumas referências ao envio de cereal para Roma, todavia, nunca nas mesmas quantidades que a Sicília⁷⁵.

Por curtas que estas referências sejam, é observável o conflito em aberto que existia entre as facções aristocráticas e plebeias. Já Ronald Syme dizia:

«Em todas as eras, qualquer que seja a forma ou o nome do governo, seja monarquia, república ou democracia, é uma fachada montada pela oligarquia (...)»⁷⁶

Apesar das vitórias que a plebe tenha logrado, a fricção resultante da distribuição dos cereais e do alistamento de militares, que marcou o ano de 138 a.C., entre tribunos e cônsules, pendeu inevitavelmente para a aristocracia, assim o demonstra a continuidade dos indivíduos nos cargos e a concretização dos planos projectados.

O Homem através das fontes

A informação sobre Décimo Júnio Bruto, que chegou à actualidade, foi principalmente transmitida pelas fontes literárias. Reconhecem-se doze autores que referem ou retratam o cônsul, de 138 a.C., e as suas acções na Hispânia.

Por ordem cronológica, surgem os relatos de Estrabão que, sobre os povos e a geografia hispânica, sempre deixaram alguma dúvida na investigação histográfica, pois é assumido que este autor clássico nunca se deslocou à Península Ibérica⁷⁷. Apesar disso, as suas recorrentes citações a Políbio e a Posidónio, autores que efectivamente estiveram na Hispânia, concedem um certo grau de fiabilidade à sua obra. Estrabão refere Décimo Júnio Bruto no seu discurso sobre a geografia hispânica em momentos que consideramos distintos: como o conquistador dos Galaicos⁷⁸; na identificação de um *Bainis* como o limite da sua campanha (que muitos consideram ser o Minho)⁷⁹; e quando descreve as embarcações rudimentares (de couro para atravessar as enchentes da maré e as zonas pantanosas) dos povos que habitavam as montanhas hispânicas até à chegada de Bruto⁸⁰.

Também Tito Lívio nos fornece alguns dados, através da sua obra *Ab Urbe condita*, na qual narrou a história sequencial de Roma e as respectivas extensões *Periocas de Oxirrinco* e os *Fragments*. O principal problema relacionado com esta obra é a sua

⁷⁵ Salinas de Frías, 1999, 129. Para fontes clássicas *vide* Liv. 30. 26. 5.

⁷⁶ Syme, 1974, 7.

⁷⁷ Cavada Nieto, 2009, 115.

⁷⁸ Str. III. 3. 2.

⁷⁹ Str. III. 3. 4.

⁸⁰ Str. III. 3. 7.

considerável fragmentação, pois somente se conservaram na íntegra os textos referentes até ao ano de 167 a.C. As restantes informações que se obtiveram sobre a obra deste resultam de outras mais tardias⁸¹ e de um conjunto de papiros encontrado no Egípto⁸², entre os séc. XIX e XX. Foi deste autor que se obteve as mais completas descrições das acções do cônsul de 138 a.C. na Hispânia, particularmente sobre a fundação de *Valentia*⁸³, sobre a submissão de diversos e incógnitos povos ibéricos, sobre a travessia do rio Letes⁸⁴ e sobre o combate vitorioso na Hispânia Ulterior contra os Galaicos⁸⁵. Ainda nas *Periôcas de Oxirrinco*, destaca-se a travessia do Letes, perpetrada por Bruto, ocorrida no precedente consulado de Marco Emílio e Gaio Hostílio Mancino, em 137 a.C.⁸⁶

Também um dos mais conceituados poetas da Antiguidade, Públio Ovídio Nasão presta a sua referência a Bruto, na obra *Fastos*. Pertencente à *nobilitas*, estudou retórica, direito e política em Roma, obtendo, inclusive, o tribunato da plebe. Foi exilado por Augusto, vindo a morrer em 17 d.C. Para a composição dos *Fastos*, Ovídio recorreu aos *Annales Maximi* e a autores como Varrão, Tito Lívio, Catão, Énio e Virgílio. A sua única referência a Décimo Júnio Bruto incide na justificação do seu *cognomen* Galaico⁸⁷.

Seguindo a tradição equestre da sua família, Veleio Patérculo serviu no exército romano durante doze anos, obtendo posteriormente a *praetura*, em 15 d.C. A sua obra, respeitante à história de Roma, foi dedicada a Marco Vinício, cônsul em 30 d.C., conservando-se actualmente muito incompleta, faltando-lhe cerca de 580 anos de história, concretamente entre a fundação de Roma e a Terceira Guerra Macedónia. Embora Veleio cite trabalhos prévios, como os de Catão, de Fábio Pictor, de Cornélio Nepote, de Valério Máximo, de Tito Lívio, de Apiano ou de Salústio para construir a sua narrativa, ainda na actualidade se questionam tais citações. Veleio situa a campanha de Décimo Júnio Bruto antes da destruição de Numância e atribui-lhe a submissão de diversos povos e das suas cidades no interior hispânico, justificando, tal como Ovídio, a origem do *cognomen*⁸⁸.

As notícias sobre Valério Máximo são escassas, em muitos casos hipotéticas, sendo as mais fiáveis proporcionadas pelo próprio quando se cita a si mesmo. Crê-se que seja originário de Roma, de uma família modesta, e que, algures em 27 d.C., pertencia à

⁸¹ Os Fragmentos.

⁸² As *Periôcas de Oxirrinco*.

⁸³ Liv. *Per.* 55. 4.

⁸⁴ Liv. *Per.* 55. 10.

⁸⁵ Liv. *Per.* 56. 1.

⁸⁶ Liv. *Per. Oxyrh.* 55. 215.

⁸⁷ Ov. *Fast.* VI. 461-462. “Então Bruto tomou para si o cognome retirado ao inimigo Galaico e tingiu com sangue o solo hispânico” (tradução de Amílcar Guerra).

⁸⁸ Vell. II. 5. 1.

corte de Sexto Pompeio, quando este tomou o proconsulado da província da Ásia e que terminou a obra *Facta et Dicta Memorabilia* por volta de 31 d.C. Valério Máximo referiu a rejeição do povo da Cingínia face à rendição imposta por Bruto, em troca de um resgate, com a emblemática frase:

«Os nossos antepassados deixaram-nos a espada para defender a nossa cidade, não ouro para comprar a liberdade das mãos de um general avaro.»⁸⁹

Posteriormente, na sua obra, este autor clássico mencionou também a contribuição de Bruto na decoração de diversos templos, trabalhos que encargou com os lucros das campanhas realizadas na Hispânia. Refiram-se, ainda, os elogios do poeta Ácio, com quem partilhou uma amizade⁹⁰.

Oriundo de famílias⁹¹ de eventual impacto no cenário político das relações greco-romanas, Plutarco nasceu em c. 45 d.C., em Queroneia, de onde foram originários vultos como Píndaro e Epaminondas. Incrições sugerem, inclusivamente, que gerações anteriores da sua família possuíram cargos cívicos na região da Queroneia⁹². Plutarco conseguiu a cidadania romana graças a Lúcio Méstrio Floro, enquanto Trajano lhe concedeu a dignidade consular e, posteriormente, Adriano o nomeou procônsul da Grécia. Embora uma grande quantidade das suas obras, com temáticas desde a filosofia, ciências naturais, biografias, música, entre outras, se tenha conservado, estima-se que são somente um terço da sua produção textual⁹³. Desta fonte, e no que a Décimo Júnio Bruto diz respeito, somente aludiu que foi o primeiro a atravessar o rio Letes⁹⁴.

De Lúcio Aneu Floro, também conhecido sob outras formas como Públio Aneu Floro, não se sabe a autenticidade do nome nem a autoria da obra *Epítome de T. Lívio*. Nasceu em África, entre 74-80 d.C., e estudou grego em Cartago. Viajou pelo Mediterrâneo fixando-se em Tarraco, onde se dedicou ao ensino. Porém, a redacção da *Epítome*, entre 144-148 d.C., deu-se após o regresso a Roma. Embora a sua referência a Décimo Júnio Bruto, sobre a chegada ao Ocidente peninsular e a submissão dos povos locais, seja breve e redundante, quando comparada às referências dos restantes autores,

⁸⁹ Val. Max. 6. 4. Ext. 1.

⁹⁰ Val. Max. 8. 14. 2.

⁹¹ Bisneto de Nicarco, que recorda as acções de Marco António na batalha de Áccio (Plut. *Vit. Ant.* 58), neto de Lamprias, orador nas *Quaestiones Convivales*, e filho de Autóbulo, figura activa em diversos dos discursos narrados por Plutarco. Quanto ao lado materno, nada é referido, segundo Russel (1973, 4).

⁹² Gianakaris, 1970, 22.

⁹³ Vide Plut. *Mor. Quaest. Rom.* Tradução de Romero Masía e Pose (1988).

⁹⁴ Plut. *Mor. Quaest. Rom.* 34.

acrescenta um pormenor único: após a travessia do rio do Esquecimento contemplou, não sem temor desse sacrilégio, o cair do Sol no Oceano, característico do crepúsculo observável no Ocidente hispânico⁹⁵.

Natural de Alexandria, província do Egipto, as obras de Apiano são das mais importantes fontes para o estudo da História Clássica, pela quantidade e pela preservação das narrativas. Por outro lado, da sua vida pessoal pouco se sabe, sendo a maioria da informação extraída da correspondência deste com Frontão, mestre de Marco Aurélio, e ainda do prólogo da sua obra⁹⁶. Exerceu advocacia em Roma e o cargo de procurador dos imperadores Marco Aurélio e Lúcio Vero, falecendo por volta de 165 a.C. Descreveu, no texto das Guerras na Hispânia, pormenorizadamente a campanha de Décimo Júnio Bruto, em concreto: a ineficaz perseguição aos grupos que emulavam os feitos de Viriato; os ataques aos núcleos habitacionais destes; e como as mulheres indígenas lutavam ao lado dos homens⁹⁷. Refere ainda a travessia do Douro, seguido pelo Letes e pelo *Nimis*, onde enfrentou os Brácaros que lhe saquearam as provisões⁹⁸. Além destes acontecimentos, Apiano retrata o importante episódio da pacificação de Talábriga, mas também outros⁹⁹. Destes, destacamos o caso concreto do fracassado cerco à cidade dos vaceus, *Pallantia*, realizado em parceria com Marco Emílio Lépidio¹⁰⁰. Refira-se, neste âmbito, que o episódio do assédio de *Pallantia* deverá ser posterior à campanha de Décimo Júnio Bruto no Ocidente peninsular, uma vez que se verifica a celebração do seu sucesso militar através do *Fasto Triunfal*.

O que se conhece de Lúcio Ampélio é igualmente bastante escasso, à exceção de ter sido um gramático, conhecimento obtido através da sua obra *Liber Memorialis*. A cronologia desta obra é apontada para final do principado de Marco Aurélio (161-180 d.C.)¹⁰¹. A sua única referência remete para a conquista da Galécia por Bruto¹⁰².

Desconhece-se o lugar onde Flávio Eutrópio nasceu, contudo, é possível que fosse originário da província da Ásia, essencialmente devido ao seu nome grego e a ter vivido grande parte da sua vida no lado oriental do Império Romano. A sua obra, *Breviarium ab*

⁹⁵ Flor. I. 33. 12.

⁹⁶ Vide Brodersen, 2004, 54.

⁹⁷ App. *Hisp.* 71.

⁹⁸ App. *Hisp.* 72.

⁹⁹ App. *Hisp.* 73.

¹⁰⁰ App. *Hisp.* 80; App. *Hisp.* 81 e App. *Hisp.* 82.

¹⁰¹ Cavada Nieto, 2009, 124.

¹⁰² Ampel. XIX. 4. e Ampel. XLVII. 2-3.

Urbe condita, foi dedicada ao imperador Valente e foi escrita em latim, o que não é de estranhar, tendo em conta a cronologia e o contexto geográfico em que foi redigida. Posteriormente, surgiu outro Eutrópio que divide o consulado, em 387 d.C., com Valentiniano II, contudo, não se pode confirmar se são o mesmo indivíduo. Novamente de escasso teor informativo, a menção a Bruto resume-se à celebração do triunfo sobre os Lusitanos e Galaicos¹⁰³.

Rúfio Festo escreveu a obra *Breviarum rerum gestarum populi Romani*, da qual mais de metade encontra-se perdida. Estes anais, que Festo compilou, relatam desde as origens de Roma até 364 d.C., período do principado de Valente, e destacam por serem os primeiros a analisar a formação do Império. Pouco sabemos da sua vida pessoal, à parte do seu proconsulado em África. Na obra predomina: numa primeira parte, uma temática de cariz geográfico, relativa à conquista e incorporação das províncias no Império Romano; numa segunda parte, debate questões históricas sobre as guerras no Oriente. Sobre os feitos de Décimo Júnio Bruto, as passagens de Rúfio esclarecem que o general romano incorporou os Lusitanos no território romano, «desde Gades hasta el mar Oceano»¹⁰⁴.

Como quase todas as outras fontes mencionadas, também de Orósio se conhece pouco, desde o seu lugar de origem (quiçá africano ou bracarense) ao da sua morte. Não deixa, apesar de tudo, de ser uma das fontes mais importantes para o estudo da história romana e da Hispânia tardia, sobretudo devido aos seus textos relativos à presença bárbara na Península Ibérica. Orósio viajou entre África e a Palestina no primeiro quartel do séc. V d.C., escrevendo seis livros sobre a Roma Republicana e um sétimo sobre o início da época imperial. Orósio referiu a batalha, ocorrida na Hispânia Ulterior, que pretendeu retaliar contra cerca de sessenta mil galaicos que haviam auxiliado os Lusitanos¹⁰⁵. Os exércitos senatoriais, neste caso, foram comandados por Décimo Júnio Bruto.

Refira-se ainda a existência de dados epigráficos que fazem menção a Décimo Júnio Bruto, nomeadamente os Fastos Consulares/Capitolinos e os Fastos Triunfais. Uma das fontes mais importantes para identificar os que tomaram cargos consulares e outras magistraturas são as *Tabulae Magistratum*, descobertas no fórum de Roma, no século XVI.

¹⁰³ Eutr. IV. 19.

¹⁰⁴ Festo. *Brev.* 5. 1.

¹⁰⁵ Oros. V. 5. 12.

III

A FUNDAÇÃO DE VALENTIA

Sobre a *Valentia* de Bruto

Ao chegar a solo hispânico, a primeira referência atribuível a Décimo Júnio Bruto corresponde à fundação da cidade romana de *Valentia*. Antes de aprofundarmos este assunto, creio ser pertinente referir alguns apontamentos sobre as acções de colonização que Roma levou a cabo, até ao momento aqui tratado.

Will Broadhead argumentou que se pode começar a especular sobre a existência deste fenómeno a partir de 338 a.C., data final dos conflitos entre Roma e as comunidades latinas¹⁰⁶. Desta forma, os romanos tornaram-se a força dominante na Itália Central e geriram o *ager publicus*, conquistado nos confrontos, através de três entidades jurídicas: as colónias latinas; as colónias de cidadãos romanos; e os estabelecimentos viritanos. Independentemente das suas particularidades, o seu objectivo era comum, projectar o poder romano em regiões hostis.

Eventualmente, o território romano, entre o final dos confrontos com Aníbal Barca e o período dos Gracos¹⁰⁷, acabou por englobar as áreas da Itália centro-meridional, da Cisalpina e da Hispânia. Ainda que cada um tivesse as suas singularidades, os movimentos de colonato podem ser observados em paralelo entre a região cisalpina¹⁰⁸ e a hispânica¹⁰⁹, na medida em que ambos os espaços se encontravam num sistemático estado de guerra. Na Hispânia, os confrontos deram lugar à existência de contingentes permanentes que se encontravam pouco preparados para campanhas de longa duração, devido a uma composição, essencialmente, de soldados-cidadãos¹¹⁰. Assim, criar estabelecimentos nas zonas limite de influência romana pareceu ser uma das justificações para a fundação de colónias dedicadas aos veteranos, onde a persistência de militares era fundamental.

Este período de movimentações populacionais caracteriza-se também pela utilização, não só dos cidadãos romanos, como também de itálicos, com vista à ocupação de novas cidades. É possível que este sistema visasse a progressiva substituição das

¹⁰⁶ Laffi, 2002, 19 e Broadhead, 2007, 149.

¹⁰⁷ Laffi, *idem*, 23.

¹⁰⁸ Para as questões sobre as colónias estabelecidas na Gália Cisalpina *vide* Rosellar (2010, 52-54).

¹⁰⁹ Para uma contextualização global desta situação na Hispânia *vide* García-Bellido (1959), e mais recentemente, Pena Gimeno (1984).

¹¹⁰ Marín Díaz, 1986, 55 e Roldán Hervás, 1974, 167.

tradicionais alianças, fomentada por Roma com os líderes locais, por um controlo directo através das colónias. Foi ainda delegada a permissão aos tribunos para iniciarem a fundação de colónias, que, até então, tinha sido da exclusiva responsabilidade do Senado¹¹¹.

A fundação de *Italica*, em 206 a.C. por P. Cornélio Cipião, considerada a primeira colónia romana na Hispânia, tem-se como o marco do início da ocupação¹¹². No entanto, pela observação das fontes, Cipião parece ter ordenado a fundação da cidade sem o consentimento do Senado. Esta falta de coordenação entre o estado central romano e os interesses privados, que até poderiam coincidir, tem levado a historiografia a considerar, ao contrário do caso da Gália Cisalpina, a fase inicial de colonização da Península Ibérica como um conjunto de acções não planeadas, que ocorreram por força dos acontecimentos¹¹³. As grandes migrações em direcção a *Carthago Nova*¹¹⁴, dirigidas por iniciativas privadas e com vista à exploração mineira da região¹¹⁵, parecem concordar com a inicial desordem na colonização da Hispânia.

Somente com T. Semprónio Graco, na condição de pretor, se observa uma iniciativa diligenciada pelo Senado de colonização, através de *Graccuris*, em 179 a.C.¹¹⁶. Tanto a condição jurídica destas cidades como a composição do corpo cívico iludem, por vezes, os investigadores. A probabilidade de estarmos perante um misto de romanos, itálicos e indígenas, é considerável, não fosse o exemplo de *Carteia*¹¹⁷. Esta cidade, fundada em 170 a.C., foi mandada povoar pelo senado com mais de 4000 indivíduos, descendentes das relações entre militares romanos e mulheres indígenas, mas também dos locais oriundos das colónias púnicas¹¹⁸.

Foqemo-nos agora na região valenciana e o seu desenvolvimento até à ocupação romana. Até 219 a.C., a região periférica de *Valentia* esteve à margem dos conflitos desenvolvidos pelos Bárcidas em solo hispânico. Os dois únicos episódios relacionados

¹¹¹ Laffi, *idem*, 21.

¹¹² Narrada em App. *Hisp.* 38. Para autores recentes *vide* García-Bellido (1960); Pena Gimeno (1984, 50-53) e Corzo Sánchez (2002).

¹¹³ Corzo Sánchez, 2002, 124.

¹¹⁴ Posteriormente, o estado romano viria a organizar a cidade administrativa e fiscalmente, segundo Polyb. XXXIV. 9. 8-11 e Str. III. 2. 10. C. 148.

¹¹⁵ Diod. 5. 36. 3-4.

¹¹⁶ Narrada em Liv. *Per.* 41. 2. Para autores recentes *vide* Pena Gimeno (1984, 54-56) e Hernández Vera (2002). Curiosamente, foi a primeira cidade a tomar um topónimo de um cidadão romano.

¹¹⁷ Narrada em Liv. 43.3. 1-4. Para autores recentes *vide* Pena Gimeno, *idem*, 57-59.

¹¹⁸ Bendala Galán; Roldán Gómez *et* Blázquez Pérez, 2002, 159.

com este território podem-se observar na fundação de *Akra Leuke*¹¹⁹ e na destruição da cidade indígena de *Althia* por Aníbal Barca¹²⁰. Sem mais referências a acrescentar, as narrativas apenas remetem para a apropriação de recursos e as razias efectuadas por Aníbal nos territórios em direcção e em redor da cidade de *Arse*, posteriormente conquistada.

Infelizmente, os relatos das fontes escritas são os únicos registos destas movimentações militares, não se reflectindo as suas consequências no registo arqueológico dos povoados indígenas da zona valenciana. Em contrapartida, as rigorosas datações que a cerâmica de importação romana permite, têm vindo a definir os momentos em que estes povoados entraram em contacto com Roma. Apesar da vitória romana, em 206 a.C., na batalha de *Ilipa*, as alterações político-económicas, reveladas pelo registo arqueológico, só são verdadeiramente perceptíveis a partir de 195 a.C., com a chegada de Catão à Península, com o intuito de erradicar as sublevações indígenas¹²¹.

Nesta nova fase de ocupação, a administração territorial, implantada pelos romanos, foi progressivamente retirando autonomia aos ibéricos, desarticulando os sistemas defensivos, trasladando populações e estabelecendo novos habitats para os mesmos¹²². Por outro lado, a romanização trouxe um novo estilo de vida, através da mudança de práticas religiosas e funerárias, da substituição dos elementos de luxo (com as importações itálicas), da introdução da moeda e da língua latina¹²³.

Durante o período romano-republicano, ao fundar novas cidades, o objectivo principal de Roma seria controlar, defender e explorar os territórios após a conquista. Esta política leva a crer que, se até então teria havido conceptualmente um “império defensivo” na Hispânia, torna-se desde então claro um avançar propositado.

Centrando-nos agora em *Valentia*, enquanto instalação romano-republicana, esta apresenta-se como um exemplo paradigmático em que a documentação arqueológica, epigráfica, numismática e as fontes escritas se complementam, permitindo tratar de modo particular a sua fundação e a questão da procedência dos seus habitantes.

Onde se localizava esta *Valentia*? Havendo na Península Ibérica várias “Valências”, o problema discute-se desde o séc. XVII. Em 1676, Rodrigo Mendes da

¹¹⁹ Cujá localização não é consensual na investigação. *Vide* Llobregat (1972, 63-73) e García-Bellido (2010).

¹²⁰ Relacionada com Los Villares, segundo Almagro Gorbea (1999, 37).

¹²¹ Bonet Rosado *et* Mata Parreño, 2002, 235 e Keay, 1996, 155-156.

¹²² Bonet Rosado *et* Mata Parreño, 2002, 236.

¹²³ Hopkins, 1996, 19.

Silva, na obra “*Población General de España*”, recusou a localização em Valencia del Cid, uma vez que, para este autor, esta cidade ter-se-ia chamado em período Clássico *Epidropolis*¹²⁴. Por outro lado, relaciona Valência de S. João com o topónimo *Coyaca*, excluindo tal correspondência. Aponta, assim, para Valência do Minho, defendendo a sua atribuição aos veteranos de Viriato. A cidade teria sido repovoada por D. Sancho I, sob o topónimo *Contrasta*, adquirindo o de *Valença* durante o reinado de D. Afonso III. Todavia, desta localidade, não existem registos epigráficos ou documentais referentes à toponímia pré-medieval. A primitiva *Valença* teria existido no local do povoado de Tuide, na freguesia de Gândara, próximo de Valência, cujo radical se aproxima de Tuy. Ainda no séc. XVIII, D. Jerónimo Contador de Argote, nas suas obras “*As memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga*” e “*Antiquitatibus conventos Bracaraugustani*”, afasta *Valença* do Minho enquanto hipótese¹²⁵.

Alguns ramos da historiografia continuaram a sugerir o Minho enquanto possível local para a implantação de *Valentia*, sendo de destaque o discurso de García-Bellido¹²⁶. Contudo, a Valência mediterrânica começou a ser defendida com maior congruência desde final do séc. XIX, como se pode averiguar pela investigação do Doutor António de Vasconcelos¹²⁷ e de Adolf Schulten¹²⁸. Contudo, a historiografia, em sincronia com a arqueologia, parece ter fixado *Valentia* em Valencia del Cid, abandonando, paulatinamente, as hipóteses previamente sugeridas.

Em meados do séc. XX, a discussão sobre *Valentia* reacendeu-se na voz dos investigadores espanhóis Carlos Callejo Serrano e Domingo Fletcher Valls. Para aquele, obrigar os Lusitanos a atravessar toda a Meseta espanhola para povoar uma região onde já existiriam colónias latinas parecia ilógico. Argumentou também, a partir das fontes clássicas, que o coração da Lusitânia, mais precisamente na margem esquerda do rio Tejo, foi um local de estabelecimento de Lusitanos trazidos do outro extremo do rio, por parte dos romanos¹²⁹. Por último, acrescentou, sem apresentar dados, que a *Valentia* que posteriormente foi denominada de Alcântara, datava de final das Guerras Lusitanas¹³⁰.

Fletcher Valls argumentou a favor de uma transladação dos Lusitanos para o Mediterrâneo, uma vez que era um mecanismo comum nas relações entre Roma e os

¹²⁴ Mendez Silva, 1645, 142.

¹²⁵ Argote, 1732, 400-401 e Argote, 1738, 173.

¹²⁶ *Apud* Rodrigues, 1998, 286.

¹²⁷ Vasconcelos, 1894, 68.

¹²⁸ Schulten, 1927, 65.

¹²⁹ Str. III. 1. 6.

¹³⁰ Callejo Serrano, 1981.

povos indígenas¹³¹. Porém, o nome desta cidade destaca-se pela sua integração num grupo de afixos *-ntia*, atribuído com regularidade às fundações romanas e que denota um significado relativo a “vigor” e “poder”. Os romanos utilizaram, pela primeira vez, estes topónimos para denominar colónias latinas estabelecidas durante a Segunda Guerra Púnica, ou pouco depois da sua conclusão, como é o caso de *Placentia* (Gália Cisalpina, 218 a.C.), *Vibo Valentia* (*Bruttium*, 192 a.C.), *Potentia* (Piceno, 184 a.C.), entre outras. Ainda que apresente alguma relevância, a utilização habitual desta tipologia de nomes em contextos bélicos ou pós-bélicos é um dado raramente referido nas investigações¹³².

Resolvida a questão da localização de *Valentia*, desde as propostas de Domingo Fletcher Valls, passemos à etnicidade das populações fundacionais.

«Junius Brutus, consul in Hispania, iis, qui sub Viriatho militaverant, agros oppidunque dedit, quod Valentia vocatum est.»¹³³

Foi a partir desta frase de Tito Lívio que se levantou a mais característica problemática em torno da fundação de *Valentia*. A interpretação da expressão “(...) *sub Viriatho militaverunt* (...)” tem levado à ramificação de duas traduções distintas:

- a) “em tempo de Viriato”.
- b) “às ordens de Viriato”.

As interpretações têm oscilado entre estas duas opções, contudo, o campo da filologia latina tem favorecido o sentido de subordinação¹³⁴. Estas conclusões têm sido confirmadas por todas as passagens da literatura latina nas quais aparece a expressão “*militare sub aliquo*” e registadas no monumental léxico *Thesaurus Linguae Latinae*. Além disso, o sentido temporal¹³⁵ da expressão em causa tem vindo a ser refutado do ponto de vista linguístico, inclusive pela obra *Sintaxis Latina*, considerada por muitos incontornável nos estudos desta natureza¹³⁶.

Ainda do ponto de vista linguístico, poder-se-ia considerar a existência de um erro atribuível ao autor na compilação das *Períocas*. No entanto, alguns autores evitam este argumento, uma vez que para eles se colocaria em dúvida a fidelidade de toda a obra de

¹³¹ Dá o exemplo, no sentido contrário, do relacionamento de Sertório com os vencidos laironenses (Fletcher Valls, 1963).

¹³² Pena Gimeno, 2002, 270.

¹³³ Liv. *Per.* 55.

¹³⁴ “(...) os que haviam militado às ordens de Viriato”.

¹³⁵ “(...) os que militaram em tempos de Viriato”.

¹³⁶ Vide Hofmann et Szantyr, 1965.

Tito Lívio¹³⁷. Quiçá, ter-se-á o autor equivocado na referência ao fundador da cidade, sendo Quinto Servílio Cepião em vez de Décimo Júnio Bruto? Seria possivelmente uma co-fundação entre os dois cônsules? Esta última opção carece de muita sustentabilidade, pois os seus cargos foram exercidos em anos diferentes.

Uma breve análise da história romana permite reter que a transladação para outros locais era uma das habituais acções contra povos rebeldes, quer numa perspectiva de melhoramento das condições de vida destes quer no controlo dos movimentos insurgentes. Os casos de deslocação de populações estão diversamente registados, sendo aqui referidos alguns casos: em 180 a.C., foram estabelecidos lígures apuanos na região dos samnitas¹³⁸; em c. 149 a.C., após a derradeira vitória romana sobre Cartago, a população cartaginesa foi forçada a fixar-se, pelo menos, a quinze quilómetros da costa¹³⁹; e, na Península Ibérica, em 98 a.C., os arevacos foram forçados a abandonar a sua cidade de *Termesum* a favor de uma planície sem defensabilidade¹⁴⁰.

Apiano apresenta algumas palavras interessantes para a discussão. Em primeiro lugar, refere a continuação dos conflitos com os Lusitanos, encabeçados por Táutalo após a morte de Viriato, e a sua rendição reconhecida com a cedência de terras¹⁴¹. No entanto, se considerarmos a existência de um seguimento cronológico na narrativa de Apiano, esta acção ocorre após a chegada de Bruto à Hispânia. Outras fontes corroboram tal afirmação; Diodoro Sículo acrescenta que, para além do território cedido, foi também facultada uma cidade amuralhada, designada de *oppidum*¹⁴².

Apiano informa-nos ainda que, durante o cerco a Numância, concretamente entre 140 e 139 a.C., houve um reforço de recrutas nas tropas romanas, para compensar os veteranos que se haviam aposentado após seis anos de serviço¹⁴³. Tendo em conta esta informação, é importante recordar os dados epigráficos que surgiram em Valência. O acervo de inscrições de maior importância é constituído pelas sete que atestam a presença de duas ordens de cidadãos de possível origem militar: os «*valentini veterani*» e os «*valentini veteres*». María José Pena Gimeno dividiu o acervo em duas cronologias: romano-republicano e baixo imperial¹⁴⁴. O segundo grupo referido, pouco relevante para

¹³⁷ Esteve Forriol, 1999, IV e 14.

¹³⁸ Liv. XXXIX. 2, 20, 32 e Liv. XL. 1, 38, 41.

¹³⁹ App. *Pun.* 81.

¹⁴⁰ App. *Hisp.* 99.

¹⁴¹ App. *Hisp.* 75.

¹⁴² Diod. XXXIII. 1.

¹⁴³ App. *Hisp.* 78.

¹⁴⁴ Pena Gimeno, 1989, 309.

o estudo aqui realizado, está datado essencialmente pela onomástica e dedicatórias feitas aos imperadores. Porém, o grupo republicano, quiçá alto-imperial, levanta outras problemáticas.

É consensual no meio académico que a existência de dois corpos de cidadãos deve ser explicada por dois estabelecimentos distintos em cronologias diferentes. Porém, as interpretações para a natureza e cronologia destes fenómenos são diversas. Antonio García-Bellido, Domingo Fletcher Valls e Agustin Ventura Conejero defendem que os *veteres* deveriam ser italo-romanos, estabelecidos por Décimo Júnio Bruto em 138 a.C., enquanto os *veterani* seriam originários das guerras civis sertorianas¹⁴⁵. Emílio Gabba e Josep Esteve Forriol crêem que os *veteres* corresponderiam aos lusitanos a quem Bruto doou *Valentia* e os *veterani* aos militares de Pompeu¹⁴⁶. Hartmut von Galsterere Rainer Wiegels postularam uma fundação direccionada para os lusitanos, mas com uma introdução de veteranos latinos muito mais tardia, entre os séc. II e III d.C.¹⁴⁷. Pena Gimeno identificou os *veteres* como descendentes das populações itálicas, estabelecidas em 138 a.C., que combateram e sobreviveram às Guerras Sertorianas, e os *veterani* com soldados licenciados durante o principado de Augusto ou posterior¹⁴⁸. Por último, Gerardo Pereira Menaut sugeriu, sem tomar uma posição relativa à etnia, que os *veteres* seriam descendentes dos primeiros habitantes da cidade, e os *veterani* compostos por contingentes romanos assentados posteriormente¹⁴⁹.

¹⁴⁵ García-Bellido, 1959, 454-456; Fletcher Valls, 1963, 199-200; Ventura Conejero, 1981, 550-551. Este último autor recorreu principalmente ao texto de Tito Lívio para suportar a sua tese, discutindo o valor de *sub* e concluindo que a dita expressão tem um valor temporal (“Em tempos de Viriato”). A utilização generalizada pelas fontes clássicas da qualificação de *dux latronum* (mercenário/bandido) oposta a *militum* (militar) nas referências a Viriato, exceptuando no caso da fundação de *Valentia*, afastou o autor da ideia do assentamento lusitano. Argumentou ainda, assertivamente, a falta de lógica em premiar rebeldes perigosos com uma posição fortificada, evocando também as fórmulas epigráficas *veterani et veteres* para justificar uma relação entre romanos e indígenas (colonos antigos e militares) ou uma afluência de novos colonos de origem militar após os conflitos sertorianos.

¹⁴⁶ Gabba (1976, 43 e 200) não apresenta argumentos, sugerindo somente que os *veteres* seriam Lusitanos estabelecidos por D. Júnio Bruto através da epigrafia aqui referida. *Vide* também esteve Forriol, 1999, 87-88.

¹⁴⁷ Galsterer, 1971, 12; Wiegels, 1974, 7. Inexistência de cognome em *Valentia* revela que o seu estatuto de colónia não foi alterado em nenhum momento de reforma jurídica das cidades hispânicas.

¹⁴⁸ Pena Gimeno, 1989, 314. Fundamenta-se na presença dos *nomina* pouco comuns na Península Ibérica, em contrapartida bem atestados na Campânia e na Itália Central. Salienta a existência do *nomen Sertorius*, sendo o gentílico indicativo da descendência de indivíduos que haviam recebido a cidadania romana por Quinto Sertório, e na ausência de *Pompeius*.

¹⁴⁹ Pereira Menaut, 1979, 7. Reconhece que as epígrafes em questão não resolvem o debate em torno da fundação da cidade e que a obra de Tito Lívio, ou as sucessivas transcrições da mesma, relaciona erroneamente o acto de fundar *Valentia* com o de assentar os lusitanos de Viriato, sendo estes episódios separados.

Mais recentemente Ferran Arasa i Gil argumentou que estes grupos sociais são tardo-republicanos, ou imperiais, em nada relacionados com a primeira fundação da cidade. Porém, a sua teorização sobre os *veteres*, corresponde-os aos descendentes dos cidadãos que sobreviveram à *deletio* de Pompeu, enquanto os *veterani* seriam resultantes de uma segunda vaga de militares aposentados¹⁵⁰.

Apesar da particularidade que a epigrafia de *Valentia* apresenta sobre a diversidade sócio-administrativa que compunha o mundo romano, esta duplicidade de *ordo decurionum* não é o único exemplo desta tipologia de organização social, havendo diversos casos registados, tanto pela epigrafia como pelas fontes escritas, na Itália e no Norte de África¹⁵¹. Plínio é exemplar na distinção destas ocorrências, citando as ordens presentes na cidade de *Arretium*: *Arretini veteres*, descendentes dos arretinos originais, *Arretini Fidentiores*, descendentes dos colonos de Sila, e *Arretini Iulienses*, colonos de César/Octávio. Ainda no mesmo passo coloca, sobre *Clusium*, os *Clusisini veteres* (os habitantes mais antigos) em oposição aos *Clusini novi*, colonos de Sila¹⁵².

Ainda nos meados do séc. XX, Miquel Tarradell i Mateu compilou os dados até então recolhidos sobre *Valentia* chegando a algumas interessantes conclusões. Argumenta que uma fundação à base de veteranos, com função colonial, é um fenómeno que só ocorre a partir do séc. I a.C., com as profundas reformas na estrutura militar romana, ordenadas por Sila em 107 a.C.¹⁵³. É, posteriormente, com a profissionalização do exército romano que o fenómeno de “veteranismo” alcança a importância social visível durante o Império Romano. Tarradell recorreu também aos textos de Diodoro Sículo¹⁵⁴ e Apiano¹⁵⁵, sobre a rebelião de Tautalo (no seguimento das Guerras Lusitanas) e a capitulação e cedência de terrenos para evitar o bandoleirismo, como argumento para uma fundação lusitana em *Valentia*¹⁵⁶. Anos antes, C. Torres considerou, através destes mesmos dados, os *veterani* como os primitivos colonos e os *veteres* a população estabelecida depois da destruição pompeiana¹⁵⁷.

¹⁵⁰ Arasa i Gil, 2012, 284 e 287.

¹⁵¹ Pena Gimeno, 1989, 312.

¹⁵² Plin. *HN*. 3. 8.

¹⁵³ Tarradell Mateu, 1962, 18.

¹⁵⁴ Diod. Sic. XXXIII. 1. 3.

¹⁵⁵ App. *Hisp*. 75.

¹⁵⁶ Tarradell Mateu, *idem*, 19.

¹⁵⁷ Torres, 1951, 120.

Apresentados estes dados que, como vimos, não parecem estar perto de uma resolução definitiva sobre a fundação da colónia, discutimos em linhas gerais o estado da arte sobre o estatuto jurídico a ela atribuído.

É, sobretudo, por Tito Lívio que se tem conhecimento da constituição dos estatutos atribuídos a grande parte das cidades que Roma foi absorvendo no seu território. Assim, a colonização latina em Itália concluiu-se com o caso de Aquileia (181 a.C.) e, a partir de então, somente se estabeleceram colónias de direito romano neste espaço. María José Pena Gimeno considerou a fundação de *Carteia* excepcional, não só por ser a primeira colónia fora da Península Itálica, mas devido ao estatuto jurídico romano, voltando a ser aplicado somente em 118 a.C., na fundação de *Narbona*¹⁵⁸. Assim, a autora sugeriu que se pode incluir *Valentia* numa vaga de colonizações de direito latino, como se atesta em *Corduba*, *Palma* e *Pollentia*. Infelizmente, a inexistência de qualquer fonte escrita que o expresse dificulta os estudos sobre o estatuto jurídico atribuído a *Valentia* na altura da sua fundação¹⁵⁹.

Ainda para esta questão, alguns apontamentos devem ser feitos sobre a numismática desta cidade romana. José María Vidal Bardán catalogou e tipificou as moedas de *Valentia*, depositadas no Museo Arqueológico Nacional. O autor dividiu as produções em dois grupos cronológicos: um cronologicamente próximo da fundação da cidade romana, que atribui a 127 a.C.; e outro centrado nos principados de Augusto e Tibério¹⁶⁰. Mais recentemente, Pere Pau Ripollès i Alegre tratou exaustivamente das questões numismáticas de *Valentia*, admitindo uma datação da sua série II a partir de 138 a.C., sugerindo uma ocupação inicial da cidade por veteranos romanos¹⁶¹. Este, por outro lado, dividiu as produções em três grupos¹⁶²: as moedas anteriores a 195 a.C. (meramente representativas); as produzidas entre 195-72 a.C.; e, por último, as de 72 a.C. até ao período imperial. A análise de María José Pena Gimeno lançou dados particularmente interessantes neste debate, salientando a presença de onomástica tipicamente italo-romana, embora atribua aos numismas mais antigos uma datação de 127 a.C.¹⁶³.

Através da epigrafia, García-Bellido deduziu o estatuto de *colonia civium Romanorum*, apoiando-se na inscrição do CIL IX 5275, datada de 60 a.C., dedicada ao

¹⁵⁸ Pena Gimeno, 2002, 275

¹⁵⁹ Vide também Stylow, 1995, 105-123

¹⁶⁰ Vidal Bardán, 1981, 255.

¹⁶¹ Ripollès i Alegre, 1988, 6-11; 59-64; 2002.

¹⁶² Ripollès i Alegre, 2002, 341.

¹⁶³ Pena Gimeno, 1986, 152.

cônsul L. Afrânio pelos colonos e senadores de *Valentia*¹⁶⁴. Embora pertencente a um momento posterior à destruição desta durante os conflitos sertorianos, o facto de a cidade não conter um cognome explicaria uma fundação com o estatuto de colónia em 138 a.C. Rainer Wiegels acrescentou que a inexistência de cognome em *Valentia* revela que o seu estatuto não foi alterado em nenhum momento de reforma jurídica das cidades hispânicas¹⁶⁵.

Por último, Josep Esteve Forriol assumiu que *Valentia* era dotada de direito latino, pois a administração da cidade estaria nas mãos de um duunvirato de questores, cujos cargos políticos serviam de plataforma aos direitos plenos enquanto cidadãos de direito romano. O autor chegou a estas conclusões através da análise da onomástica dos questores presente nas moedas que circulavam em momento próximo da fundação da cidade¹⁶⁶.

A realidade arqueológica

Apesar dos debates que têm pautado as distintas problemáticas em torno desta colónia, as mais recentes investigações arqueológicas permitiram uma considerável evolução do estado da arte. Assim, os vestígios que permitem datar com bastante precisão o momento da fundação são de relevante importância para este trabalho e, seguramente, dão um especial contributo para o percurso de Décimo Júnio Bruto em direcção ao Ocidente.

Nos estudos desenvolvidos em meados do séc. XX, procurou-se demonstrar a presença de um substrato indígena nos níveis da fundação da colónia, apoiada na abundância de achados arqueológicos que, até à altura, remetiam para uma ocupação de cariz indígena¹⁶⁷. Domingo Fletcher Valls corroborou esta hipótese, recorrendo a Avieno, que mencionava a existência da cidade de *Tyris*, perto do rio *Tyrio* (actual Túria)¹⁶⁸. Acrescenta-se ainda que o autor também citou Apiano¹⁶⁹ e Diodoro da Sicília¹⁷⁰ para justificar uma implantação de veteranos lusitanos. Recordou ainda que *Valentia* deverá ter sido um sítio-chave fortificado relevante para a estratégia romana, quer no processo de conquista quer durante as guerras civis, o que é confirmado pela constante disputa pela cidade.

¹⁶⁴ García-Bellido, 1959, 454-456.

¹⁶⁵ Wiegels, 1974, 7.

¹⁶⁶ Esteve Forriol, 1999, X-XI.

¹⁶⁷ Fletcher Valls, 1962 e Fletcher Valls, 1963, 199-200.

¹⁶⁸ Avien. 482.

¹⁶⁹ App. *Hisp.* 72.

¹⁷⁰ Diod. Sic. XXXIII. 1. 3.

Apesar dos diversos e abundantes debates científicos em torno de *Valentia*, muitas das questões, incluídas algumas mencionadas, encontraram as suas respostas na investigação arqueológica.

Tendo em conta que o rio Túria seria mais amplo e o mar menos recuado da actual linha da costa, os primeiros vestígios do momento da fundação da cidade romana estão assentes numa elevação formada por um terraço aluvial, rodeado por vários canais fluviais e por abundantes espaços lagunares, resultantes da acumulação de sedimentos e da erosão da foz do rio Túria¹⁷¹. Esta tipologia de espaço, habitualmente manipulado na Península Itálica através da engenharia romana, sustenta a ausência de um substrato indígena, uma vez que os iberos não possuíam a tecnologia necessária para amenizar as contrariedades do terreno¹⁷².

A fundação de *Valentia*, do ponto de vista arqueológico, obedece a uma série de fases construtivas comuns às demais realidades romanas deste género. Assim, em Valência, podem-se observar três realidades distintas de construção, por vezes sincrónicas: numa primeira fase, fundacional, caracterizada pela existência de edificações percíveis, identificadas pela existência de estruturas negativas no substrato geológico (buracos-de-poste), que Albert Ribera i Lacomba reconhece como próprios de instalações de um acampamento¹⁷³. As lixeiras identificadas, associadas a possíveis tendas ou cabanas, demonstram que estão directamente relacionados com actividades habitualmente de subsistência¹⁷⁴. Porém, Marín Jordá e Ribera i Lacomba procuraram interpretar alguns destes contextos como resíduos de origem ritual, particularmente pela deposição de cerâmicas inteirase sem aparentes sinais de utilização. Discutem ainda a divisão destes vestígios segundo a sua intencionalidade, entre o foro ritualístico e o prático, com base na diversidade do espólio¹⁷⁵.

Entre estes, destaca-se a fossa de origem fundacional, escavada na Rua Roc Chabàs. Aí foi descoberto um reportório cerâmico sem desgaste e contendo vestígios faunísticos, selado por uma unidade que tem sido interpretada como indício da existência de algum incêndio¹⁷⁶. No total, o espólio engloba quarenta e quatro peças importadas da Península Itálica de variada morfologia, desde ânforas vinárias da Campânia (Greco-

¹⁷¹ Carmona González, 1990; Ribera i Lacomba *et* Jiménez Salvador, 2014, 145.

¹⁷² Bonet Rosado *et* Mata Parreño, 2002, 236-241; Denti, 1991.

¹⁷³ Marín Jordá, 2002, 349; Ribera i Lacomba *et* Jiménez Salvador, 2014, 147.

¹⁷⁴ Marín Jordá *et* Ribera i Lacomba, 2002, 289.

¹⁷⁵ Marín Jordá *et* Ribera i Lacomba, *idem*, 290-291.

¹⁷⁶ No seu estudo apurou-se uma datação relativa a 150-130 a.C.

itálica de transição e Dressel 1A), oleárias de Tripoli (Tripolitana Antiga), Ebusitanas (PE 17 e 23) e Numantinas (CC.NN.), cerâmica Campaniense A, cerâmica de Paredes Finas, cerâmicas comuns itálicas, entre outros. A descoberta relativamente regular de achados em contextos incinerados e com presença de fauna malacológica e mamalógica (como por exemplo a parte inferior de três ânforas Greco-itálicas e uma Dressel 1A numa vala fundacional das termas romano-republicanas) têm reforçado a interpretação de achados de natureza mágico-ritual¹⁷⁷.

A segunda fase de fundação é caracterizada pelo surgimento de estruturas de tipo “barracões”, constituídas por alçados em adobe e alvenaria (calcário travertino), e pela abertura de fossas que forneceram matéria-prima para a nivelção do terreno¹⁷⁸. Esta tipologia de construção, denominada de *opus formaceum*, aparece, essencialmente, em contextos militares itálicos datados dos séc. III-II a.C.¹⁷⁹. Do ponto de vista funcional, estes “barracões”, evidenciam semelhanças tipológicas tanto com os acampamentos militares temporários, como com os fixos¹⁸⁰. Os vestígios destas construções encontraram-se principalmente nas Cortes Valencianas e em l’Almoína, soterradas por edifícios de época romano-republicana. Através da análise estratigráfica, indicia-se que algumas das primitivas estruturas, construídas com materiais perecíveis, foram utilizadas em simultâneo com as construções da segunda fase¹⁸¹.

Ainda datável desta segunda fase, encontrou-se, na Praça de Cisneros, um fosso selado com pedra e dado como o limite desta precoce malha urbana. Este fosso tem sido interpretado como uma paliçada defensiva ou um possível sistema de drenagem de águas. A datação sugerida resulta da presença de fragmentos de ânforas Greco-itálicas. Todavia, qualquer interpretação é meramente hipotética, pois não se conservou mais que parte do alçado da estrutura negativa¹⁸². Por último, nesta mesma fase teve início um processo de monumentalização da cidade¹⁸³.

¹⁷⁷ Marín Jordá *et* Ribera i Lacomba, *idem*, 291-292.

¹⁷⁸ Ribera i Lacomba *et* Jiménez Salvador, 2014, 147.

¹⁷⁹ Pesando, 1999, 246-247.

¹⁸⁰ Ribera i Lacomba, 2009, 53; Pamment Salvatore, 1996.

¹⁸¹ Martín Jordán *et* Ribera i Lacomba, 2002, 297

¹⁸² Ribera i Lacomba, 2008, 180; Serrano Marcos, 2000, 83

¹⁸³ De entre as estruturas identificadas destacam-se: o fórum (Ribera i Lacomba, 2009, 58) e as *insulae* anexas (Ribera i Lacomba *et* Jiménez Salvador, 2012, 84), banhos públicos (Marín *et* Ribera i Lacomba, 1999; Ribera, 2002, 306-311; Ribera i Lacomba *et* Jiménez Salvador, 2014, 148), um santuário dedicado a Asclépio (Ribera i Lacomba, 2009, 61-62), um *horreum* (Ribera i Lacomba, 2011, 201-223), entre outros.

As referências feitas pelas fontes escritas à rede urbanística resumem-se à alusão ao *opiddum*, por Lívio¹⁸⁴, e às *moenia*, por Salústio¹⁸⁵, que remetem para a existência de um sistema defensivo que limitava a cidade. Acrescenta-se também o dado epigráfico referente à *Porta Sucronensis*¹⁸⁶ e os dados arqueológicos: um tramo de muralha com 8 metros de extensão conservados, que se supõe associados à *Porta Sucronensis*, e restos de uma possível torre, junta à Via Hercúlea¹⁸⁷.

A principal concentração de estruturas deste momento foi descoberta em l'Almoína, sendo atravessado por uma calçada, de Norte para Sul, que seria a Via Hercúlea¹⁸⁸. Nesta zona estaria o fórum romano-republicano, do qual somente se conhece uma pequena porção do pavimento da praça, em terra batida, delimitado por uma tosca canalização para as águas pluviais¹⁸⁹.

A descoberta de *horrea*, alguns com uma cronologia de utilização compreendida entre a fundação da cidade e o período alto-imperial, também tem tido interesse para as questões relativas à fundação de *Valentia*¹⁹⁰. Trata-se de uma tipologia de edifícios dedicados ao armazenamento e distribuição de produtos importados, que certamente faria parte de uma rede de abastecimento do exército romano¹⁹¹. Na primeira fase de utilização, uma estrutura foi instalada no centro urbano, junto ao fórum, local que facilitaria a transferência dos produtos para o porto fluvial (e vice-versa). Assim, esta centralização do *horreum* no cruzamento das principais vias da cidade, perto das portas Norte e Este (as mais próximas do rio), corresponderia à associação integral entre os acessos à zona portuária e de saída da cidade. A corroborar a importância deste sistema de armazenamento e distribuição de produtos, existe o enorme volume do espólio arqueológico romano-republicano, tanto em relação ao tamanho da rede urbana como nos próprios locais identificados como *horrea*. A nível regional a cidade seria um dos principais pontos de chegada de mercadorias, num momento de intensa actividade comercial ligado às explorações agrárias e vinárias da Campânia, Apúlia, do Sul do *Latium* e de algumas zonas da Etrúria.

¹⁸⁴ Liv. *Per.* 55

¹⁸⁵ Sall. *Hist.* II. 54. Referência ao assédio pompeiano.

¹⁸⁶ CIL II. 2, 14, 33.

¹⁸⁷ Ribera i Lacomba *et* Jiménez Salvador, 147; Ribera i Lacomba, 2009, 57-58; Ribera i Lacomba, 2002, 302-303.

¹⁸⁸ Ribera i Lacomba *et* Jiménez Salvador, 2012, 84.

¹⁸⁹ Ribera i Lacomba 2014, 148; Ribera i Lacomba, 2009, 58; Ribera i Lacomba *et* Romaní 2011, 326.

¹⁹⁰ Ribera i Lacomba, 2011, 219

¹⁹¹ Ribera i Lacomba, 2011, 216.

Albert Ribera i Lacombacolocou a hipótese de a fundação de *Valentia* e a construção de um *horreum* primitivo estarem intrinsecamente associadas a funções militares: por um lado à rede de *horrea* organizada por D. Júnio Bruto para assegurar a rota de aprovisionamento a *Olisipo*; por outro, posteriormente, às campanhas de C. Valério Flaco, governador da Citerior entre 93 e 91 a.C., conhecido pela actuação nos conflitos da Celtibéria. Ainda é sugerida, para uma fase mais tardia, a utilização destas estruturas com a mesma funcionalidade em período sertoriano¹⁹².

Relativamente ao mundo funerário de *Valentia*, escavaram-se entre 1992 e 2000, as necrópoles romanas nas ruas Quart e Cañete, em Valência, as quais trouxeram dados relevantes para as questões fundacionais de *Valentia*. Trata-se de espaços funerários com cerca de trezentas sepulturas, das quais oitenta e três datam do séc. II a.C., que continham quer inumações, quer vestígios de cremações. Ambas formas de enterramento estão presentes nos momentos mais antigos de ocupação da necrópole e a complexa, mas bem conservada, estratigrafia do local permitiu uma análise antropológica fiável¹⁹³.

Três das inumações foram estudadas pela particularidade de conterem vestígios osteológicos de tuberculose; uma destas foi datada do período de fundação da cidade e apresentava marcas de agressão que cicatrizaram ainda em vida. É, assim, colocada a possibilidade de ser um colono, participante nas Guerras Lusitanas, embora os autores do estudo não avancem com uma possível origem do indivíduo¹⁹⁴. Por outro lado, a insistência que os autores colocam em ver nestes contextos um ambiente pré-romano (grego, cartaginês ou mesmo etrusco), devido à descoberta de cinco sepulturas de câmara lateral que continham as mesmas oferendas: o crânio de um suídeo (rito denominado de *porca praesentania*), um *strigillum* e uma ânfora Greco-italica, foi criticada por Albert Ribera i Lacomba. Este autor assumiu que os supostos rituais subentendidos através da presença dos crânios, tinham paralelos na Península Itálica, em contextos perfeitamente romanos. Isto, em conjugação com o espólio artefactual, para o autor, em nada remete para um ambiente pré-romano¹⁹⁵.

Os vestígios numismáticos, deste contexto crono-geográfico, são compostos por moedas de bronze que contêm o nome dos magistrados romanos correspondentes ao seu

¹⁹² Ribera i Lacomba, *idem*, 218-219.

¹⁹³ 84,34% de inumações, face a 15,66% de cremações, *vide* Polo Cerdá *et al.* (2004, 297).

¹⁹⁴ *Ibidem*, 303-304.

¹⁹⁵ Ribera i Lacomba *et* Jiménez Salvador, 2014, 150; Ribera i Lacomba, 2009, 63-64; Ribera i Lacomba, 2008, 188-189. *Vide* García Prósper (2016), para uma perspectiva completa da autora sobre o assunto

ano de cunhagem¹⁹⁶. São datáveis entre 133 e 72 a.C. e compõe cerca de 20% da circulação monetária conhecida na Península Ibérica deste período¹⁹⁷. É um espólio particularmente relevante para o panorama numismático peninsular, uma vez que, deste período, *Carteia* é o único outro local de onde há registo de cunhagem de moeda. No entanto, para a questão relacionada com a fundação de *Valentia* e os seus primeiros habitantes, as moedas tornam-se ainda mais singulares, já que são o único testemunho da onomástica primitiva destes habitantes¹⁹⁸. Pena Gimeno aponta as semelhanças que existem, do ponto de vista tipológico, cronológico e iconográfico, deste conjunto com os denários cunhados por Q. Fábio Máximo Eburno¹⁹⁹. Os ditos denários estão seguramente datados de 127 a.C., o que leva a autora a crer que *Valentia* só começou a cunhar moeda uma década após a sua fundação. Por outro lado, a numismática deste local levanta uma outra questão, a semelhança destas cunhagens com o denário de Q. Fábio Máximo Eburno poderia constituir uma reivindicação, por parte da família *Fabia Maxima*, pelo protagonismo dos seus antecessores nos conflitos hispânicos e pela evidente relação entre os soldados licenciados e os membros desta família.

Apesar de toda a pertinência do espólio até aqui referido, não existe referência a artefactos bélicos anteriores às Guerras Civis. Num mesmo nível de incêndio, em que foram descobertas ossadas humanas, também haviam abundantes restos de fauna, fragmentos de Dressel 1 e Lamboglia 2, entre outras cerâmicas. Destacam-se ainda dois *pila*, uma ponta de lança e um denário romano de 77 a.C., cunhado por *P. Satrienus*, que valida a atribuição do contexto ao episódio de 75 a.C.²⁰⁰.

Em suma, os testemunhos proporcionados pelos primeiros povoadores da cidade materializaram-se em restos característicos de um habitat quotidiano. Todos estes vestígios culturais conferem uma valiosa e diversificada informação para o conhecimento, não só destas populações, como de outras ocupações coetâneas. As escavações mais representativas para este grupo de espólio datante são: l'Almoína, o Palau de les Corts, as ruas Roc Chabás e El Salvador, a Plaza de Cisneros e a lixeira de

¹⁹⁶ Seguí Marco *et* Sánchez González, 2005, 62. Dos quais conhecem-se três séries, com os nomes de um par de magistrados seguidos da letra Q, provavelmente de *questor*, a magistratura suprema da cidade, segundo José Pena (2002, 271).

¹⁹⁷ García-Bellido, 1959, 455.

¹⁹⁸ *C. Lucienus, C. Munius, T. Ahius, L. Trinius, L. Coranius e C. Numius* (Jiménez Salvador *et* Ribera i Lacomba, 2002, 273).

¹⁹⁹ Provavelmente filho de Q. Fábio Máximo Serviliano, famoso interveniente nos conflitos lusitano-romanos (Pena Gimeno, 2002, 271).

²⁰⁰ Ribera i Lacomba, 2008, 191; Alapont Martín, Calvo Gálvez *et* Ribera i Lacomba, 2010, 15.

Barón Petrés²⁰¹. Porém, há que analisar também os contextos subaquáticos resultantes de naufrágios ocorridos neste período, tais como o de Punta Scatella²⁰², ao largo da ilha de Giannutri, e da ilha Pedrosa²⁰³, em Girona, pois oferecem conjuntos isolados e, por vezes, inalterados por acção humana.

O material arqueológico mais específico e determinante para identificar os níveis fundacionais é, sem dúvida, as cerâmicas Campanienses de tipo A napolitanas, ainda que se possa admitir aparecerem associadas a limitadas percentagens de Campanienses de tipo B, sobretudo as produzidas em Cales. Assim, para este período são as de origem napolitana as mais frequentes²⁰⁴, nomeadamente formas abertas, como tigelas (Lamboglia 25, 31 e 33b), copos (Lamboglia 27 e 28), pratos (Lamboglia 6, 36 e 55) e páteras²⁰⁵. Verifica-se um predomínio quase absoluto de uma forma em cada grupo: a L. 31, no caso das tigelas; a L. 27, nos copos; e a L. 36 nos pratos. As formas mais antigas (L. 68) aparecem minoritariamente representadas.

Menos representada está a Campaniense B calena, o que se traduz num reportório formal consumido limitado, situação que se deve ao facto de ser este o momento inicial de dispersão destes produtos. A denominada cerâmica “calena média” não se regista em contextos claramente fundacionais, entre 140-135 a.C., mas sim nos imediatamente posteriores, entre 135-130 a.C.²⁰⁶. Uma das produções menos descoberta materializa-se no Grupo II de *Valentia*, cuja origem ainda é desconhecida²⁰⁷, mas mais rara é a Byrsa 401, da qual se supõe uma procedência siciliana²⁰⁸.

²⁰¹ Marín Jordá, 2002, 350.

²⁰² Lamboglia, 1964.

²⁰³ Sanmartí i Grego, 1985; Vivar Lombarte, 2013.

²⁰⁴ Cerca de 75%, segundo Ribera i Lacomba, 2014, 72.

²⁰⁵ Marín Jordá, *op. cit.*

²⁰⁶ Marín Jordá *et* Ribera i Lacomba, 2000.

²⁰⁷ Principal *et* Ribera i Lacomba, 2013, 128-129.

²⁰⁸ Principal *et* Ribera i Lacomba, 2013, 122-123.

Porcentagem de produções Campanienses		
Campaniense A	74,8%	L 5, 6, 25, 27b, 27c, 28, 31, 33b, 36, 55 e 68
Campaniense B Etrusca	13,1%	L 2, 3, 4, 5, 6, 8b
		MP 8 ^a
		M 2653
Campaniense B Calena Antiga	7,4%	L 25, 27b, 33b, 36
		MP 116, 127, 147
Calena Média	4,7%	L 5, 6
Byrsa 401		L 33b
Grupo II de Valentia		L 31 e 36

Tabela 1 - Segundo Ribera i Lacomba, 2014, 73

As cerâmicas de paredes finas são igualmente relevantes para o estudo da *Valentia* republicana, a partir de meados do séc. II a.C. Ainda que a sua presença seja escassa, está sempre presente nos níveis fundacionais, formas Mayet I e II, copos de perfil fusiforme ou ovóide, lábios salientes com escassa variação tipológica, sem engobe, mas lisos. A única decoração que ostentam são incisões paralelas, ligeiramente oblíquas, em torno da totalidade das peças de forma II²⁰⁹.

Relativamente às importações anfóricas, sublinha-se a predominância das Dressel 1A sobre as Greco-italicas, sobretudo originárias da área vesuviana. Menos numerosas, mas igualmente habituais, são as Greco-italicas, algumas Dressel 1A e as de Brindisi provenientes de Apúlia²¹⁰. A estreita ligação da região valenciana com áreas culturalmente púnicas regista-se através da importação, embora sempre em menor quantidade, de Tripolitanas Antigas²¹¹, de Mañá C2 e de CC.NN. da área da baía da Cádiz, e as púnico-ebusitanas PE 17 e 23. As ânforas gregas de Rodes são as mais raras encontrando-se ainda por estudar²¹².

²⁰⁹ Ribera i Lacomba, 2013; Ribera i Labomba, 2014, 74.

²¹⁰ Pascual *et* Ribera i Lacomba, 2013; Ribera i Lacomba, 2014, 74.

²¹¹ Pascual *et* Ribera i Lacomba, 2002, 310.

²¹² Ribera i Lacomba, 2014, 74.

Ânforas do nível fundacional de <i>Valentia</i>		
Origem		Tipologia
Itálicas	Campanas	Greco-itálica, Dressel 1A
	Adriáticas	Greco-itálica, Dressel 1A, Brindisi
Púnicas	Africanas	Tripolitana Antiga, Mañá C-1b
	Área do estreito	CC.NN., Mañá C-2b
	Ebusitanas	PE 17, 23?
Gregas	Ródia	

Tabela 2 - Segundo Ribera i Lacomba, 2014, 74

Também a cerâmica comum merece algumas considerações, não fosse a sua representatividade dividida entre produções ibéricas e produções itálicas. O conjunto itálico, relativamente homogêneo e composto maioritariamente por caçoilas, aparenta ter origem nas regiões campaniense e etrusca. Surge numa constante percentagem de 10%, face às restantes²¹³. Um número residual de importações púnicas e ebusitanas (Lancel 273) reforça as relações evidenciadas pelo acervo anfórico. Também a cerâmica ibérica é frequente nos níveis fundacionais, ainda que em menor quantidade que as importações e as restantes produções locais. As formas mais representadas são os *kalathos* e, em segundo lugar, as “tinajas” de lábio moldurado, “tinajillas” e de tipo “lebes”. Por outro lado, a presença de cerâmica de mesa indígena, particularmente pratos e páteras, é de escassa importância, quiçá porque esta função era colmatada pelas importações de verniz negro²¹⁴.

A exposição aqui feita dos materiais da fase fundacional de *Valentia* reveste-se de acrescida importância, quando comparada com as realidades arqueológicas do Ocidente peninsular. Assim, definida quer a cronologia, quer os materiais a esta atribuída, há a possibilidade de não só traçar o percurso de Décimo Júnio Bruto na Hispânia, como também de explorar os modelos de abastecimento aos exércitos que Roma implantou durante a sua expansão. Assim, assumindo que o seu percurso foi realizado por terra, as vias fluviais foram de maior importância no abastecimento, movimentação e estabelecimento das forças militares como veremos posteriormente.

²¹³ Ribera i Lacomba, 2014, 74-75.

²¹⁴ Ribera i Lacomba, *idem*, 75-76.

IV

LOGÍSTICA E CONTROLO TERRITORIAL NO OCIDENTE PENINSULAR

Tejo: eixo de movimentação militar

Face à sua desafogada navegabilidade e manifestas riquezas naturais, o vale do Tejo foi desde cedo procurado por comunidades exógenas, que aqui se estabeleceram e interagiram com as populações indígenas. É assim que, desde meados do primeiro milénio a.C., assistimos à presença do mundo fenício nesta área, que promoveu o desenvolvimento dos mais relevantes povoados portuários. O contacto com o mundo mediterrâneo teria um papel fundamental no desenvolvimento destes núcleos, alcançando, alguns deles, dimensões de verdadeiras cidades. Estes aglomerados de cariz urbano, mantiveram ao longo da Idade do Ferro fortes contactos com o mundo mediterrâneo, parecendo assumir o papel de portos abertos à navegação e, simultaneamente, de contacto com o interior²¹⁵.

Naturalmente, este espaço geográfico não ficou fora dos horizontes de Roma, não fosse a primeira grande campanha romana no extremo Ocidente da Península Ibérica, perpetrada por Décimo Júnio Bruto, que elevou o Tejo e o vale deste rio a principal eixo de movimentação militar através da “fortificação” de *Olisipo* e da instalação de um centro de operações na cidade indígena de *Moron*. Torna-se claro o objectivo de dominar a entrada/saída do rio, mantendo livre a navegação do mesmo e assegurando o abastecimento dos exércitos.

Do ponto de vista militar, um rio pode ser uma barreira, na margem do qual se instalam estruturas defensivas. Boris Rankov, procurou argumentar contra a sua funcionalidade enquanto zonas defensáveis, reforçando, em contrapartida, uma função militar de transporte e abastecimento²¹⁶. No entanto, a análise contextual dos rios depende, sobretudo, das condições naturais de cada região e da necessidade de a defender. É também evidente que os rios são elementos que auxiliam a organização de um discurso geográfico, como aquele que é narrado por Estrabão, relativamente à história e mitologia de um povo, podendo mesmo vir a determinar o nome de uma província²¹⁷.

A utilização dos meios fluviais, em contexto militar, está bem patente na história romana, não fosse o Tibre fonte de inspiração simbólica para o relato de Tito Lívio sobre

²¹⁵ Para um trabalho sobre a Idade do Ferro no Tejo Ocidental, *vide* Sousa, 2011.

²¹⁶ Rankov, 2005, 175-177.

²¹⁷ Campbell, 2012, 65.

Horácio Cocles e a defesa de Roma perante o rei etrusco Porsena²¹⁸. No mundo militar da Antiguidade os rios eram instrumentos de defesa ou de ataque, de controlo ou de fronteira, consoante os objectivos e posições dos militantes e, naturalmente, o seu controlo através da fundação de acampamentos ou de espaços habitacionais, que é recorrente²¹⁹.

Esta temática foi vastamente invocada ao longo do tempo, em particular pelos tratadistas militares, veja-se Frontino e a sua obra *Strategemata*, na qual discutiu, entre diversos outros pontos, as problemáticas que as barreiras naturais poderiam causar aos exércitos e generais²²⁰. Uma campanha bem-sucedida dependia largamente em conseguir entrar em contacto com o inimigo e mover o maior número de tropas para uma posição vantajosa em campo aberto ou que facilitasse um assédio. No entanto, foi somente com os *Commentarii de Bello Gallico* e *Commentarii de Bello Civili*, de Júlio César, que a utilização dos cursos fluviais ganhou protagonismo nesta tipologia de fontes²²¹.

Parece pertinente recordar que o treino militar recomendado por Vegécio reconhece a importância dos rios nos teatros e operações de guerra. O estabelecimento do Campo de Marte perto do Tibre, em período romano-republicano, poderá indicar que a preparação dos contingentes militares para estas operações, desde um período muito recuado da história de Roma, passava pelo treino da natação nos meses de Verão. Estes treinos permitiam atravessar grandes rios quando o exército estava em marcha ou salvar-se quando a chuva fazia subir o caudal²²².

Embora um enorme leque de factores influenciasse a localização dos acampamentos militares, a informação que chegou até à actualidade, pelas fontes escritas, é escassa, já que os tratadistas referem principalmente a preparação das batalhas desde um ponto de vista táctico e humano. Pseudo-Higino relatou algumas das condições essenciais para o estabelecimento de *castra*: existência de uma fonte de água potável perto (rio de preferência, mas não demasiado perto para evitar inundações); não deveria ser sobranceado por outra plataforma superior; e deveria ter visibilidade o mais abrangente possível, sendo de evitar florestas e vales²²³. A funcionalidade dos rios, que também se

²¹⁸ Liv. II. 10. 11.

²¹⁹ Campbell, 2012, 160.

²²⁰ Entre vários exemplos, Frontin. *Str.* III. 7. 3., trata as alterações antrópicas causadas aos rios com objectivos bélicos. É de especial atenção o caso de Lúcio Metelo que, durante os confrontos na Hispânia Citerior, em 143-142 a.C., inundou um acampamento indígena, ao desviar o curso de um rio.

²²¹ Campbell, 2012, 162.

²²² Veg. *Mil.* 1. 10. Tradução de Milner (2001, 11-12).

²²³ *De Munitionibus Castrorum.* 57-58.

pode observar, por exemplo, no Reno ou no Danúbio, prende-se também com a mais fácil capacidade de movimentação e comunicação entre os recintos militares romanos²²⁴.

Recuando a um momento anterior à Segunda Guerra Púnica, o limite entre o território sob influência cartaginesa e sob influência romana, na Hispânia, está patente no tratado do rio Ebro, celebrado em 226 a.C.²²⁵. François Cadiou e Pierre Moret argumentaram que a utilização da foz deste rio como limite entre as duas potências demonstra a mentalidade que os romanos tinham perante o conceito de “fronteira”²²⁶. Embora não houvesse, segundo Tito Lívio, nem uma ocupação militar nem colonial, o espaço a Nordeste do Ebro entrava claramente na esfera de influência romana²²⁷. Este limite foi, sem dúvida, escolhido num momento em que os romanos conheciam minimamente a Península Ibérica, uma vez que a foz do Ebro era a única posição geográfica que permitiria estabelecer uma demarcação incontestável na costa Hispânica, entre os Pirenéus e Cartagena.

Com a expulsão definitiva da ocupação cartaginesa da Hispânia, em 206 a.C., por Cipião, o Africano, o conceito de “fronteira” tem novamente de ser adaptado a uma nova realidade, na qual o choque entre duas potências principais, sobre o controlo de terceiras, já não existe. A sucessiva representação em mapas modernos, apesar da sua utilidade como elemento divulgador e explicativo, tem perpetuado uma ideia que aos poucos se tem tentado desconstruir sobre as “fronteiras” romanas. A “ficção” apreciada nessas representações simplificadoras foi, justamente, denunciada várias vezes em trabalhos de final do séc. XX²²⁸. Isso, contudo, não impediu que os mesmos historiadores continuem a analisar a conquista romana na Hispânia de acordo com uma lógica limítrofe, conforme ilustrado por Stephen L. Dyson, que tem apoiado a ideia da existência de uma política de “fronteira” coerente e contínua²²⁹. Segundo o autor, ao longo do segundo e primeiro século, os generais romanos enviados às províncias hispânicas estavam preocupados em estabelecer uma fronteira externa, ou seja, instalarem-se no local mais adequado para assegurar a protecção mais eficiente dos territórios conquistados.

²²⁴ Campbell, 2012, 172.

²²⁵ Para fontes clássicas *vide* Polyb. III. 15. e Liv. XXI. 2. Para autores modernos *vide* Dorey, 1959-60, 1.

²²⁶ Cadiou *et* Moret, 2004, 1-2.

²²⁷ Liv. XXXIV. 13. 7.

²²⁸ *Vide* Dyson, 1993, 154: «The neat borders that sometimes appear on maps of Roman Gaul and Spain during the later Republic should probably be treated as convenient fictions [...]».

²²⁹ Dyson, 1985, 190-191 e 194. Na sua perspectiva, as personagens que melhor encarnam esta política de fronteira são Q. Fúlvio Flaco e Tibério Semprônio Graco na Citerior entre 182 e 179 a.C.

Alguns investigadores consideram impossível serem detectados vestígios das políticas de fronteira em período romano-republicano, apesar da reconhecida capacidade de organização social e política de Roma²³⁰. Entre as fontes clássicas mais antigas que consideraram barreiras naturais como divisórias diplomáticas, encontramos o exemplo dos Alpes²³¹, do Reno²³² e do Eufrates²³³. Merece ainda referência o episódio em que Júlio César atravessa o Rubicão, em 49 a.C., rio que marcou a fronteira entre a Gália Cisalpina e a Itália²³⁴ e que, o simples facto de ser cruzado, é o marco do ponto de vista historiográfico que assinala o início de uma guerra civil²³⁵.

Roma procurou manter o controlo das regiões não directamente administradas através da sua autoridade, isto é, pela sua influência política e, em último recurso, pelo poderio militar. A descrição das incursões perpetradas pelos povos indígenas em territórios dominados por Roma, entre 194 e 151 a.C., permite supor a inexistência de “fronteiras” *strictu sensu*, uma vez que não há referência a uma violação do espaço delimitado, mas sim a ataques a comunidades que eram protegidas pela potência dominante²³⁶. Efectivamente, não existe uma palavra latina que se traduza directamente para “fronteira”, uma linha num mapa que formalmente demarcasse áreas controladas, separadas por onde a administração romana estava implantada de onde outros meios de influência prevaleciam.

No debate sobre as ditas “fronteiras” romanas, pelo menos em período romano-republicano, é provavelmente mais realista interpretá-las como zonas complexas e de conflito onde os elementos culturais, económicos e sociais locais podem ter sofrido influência romana. Parece plausível os romanos suspenderem os seus avanços territoriais quando a equação não fosse favorável para tal, obrigando à formação desta tipologia de zonas²³⁷. Em concreto, as incursões de Décimo Júnio Bruto no Ocidente peninsular estão no seguimento da morte de Viriato e da capitulação de Táutalo, episódios que marcaram

²³⁰ Whittaker, 1994, 26.

²³¹ Considerados por Catão-o-Velho, segundo Serv. Ad. *Aen.* 10. 13, como as muralhas (*muri vice*) que protegem a Itália, afirmação bastante prévia à organização provincial da Gália Cisalpina ou de qualquer controlo a norte do rio Pó.

²³² Revê-se, claramente, uma afirmação simbólica de poder, quando César afirma que nenhum germânico deveria atravessar o rio Reno, embora Roma, nessa altura, não controlasse o dito território (Caes. *BGall.* 1. 43-44).

²³³ Quando os Partos pedem a Pompeu que reconheça o Eufrates como o limite do poder romano (Plut. *Vit. Pomp.* 33. 6.)

²³⁴ Cic. *Phil.* 6.5.

²³⁵ Albuquerque, Teixeira *et* Pereira, no prelo. Suetónio (*Jul.*, 31) narra este episódio.

²³⁶ Albuquerque, Pereira *et* Teixeira, no prelo.

²³⁷ Campbell, 2012, 187.

o enfraquecimento, em certa medida, da resistência hispânica. O papel das barreiras naturais, como é o caso dos rios, é igualmente inegável neste panorama, não fosse o episódio do Rio do Esquecimento exemplar disso²³⁸.

As “fronteiras” romanas devem também ser observadas no seu contexto cronológico. Se, por um lado, não surgiram espontaneamente nesta área geográfica e neste momento, durante o Império foram-se desenvolvendo até a um momento de estagnação, como se pode observar no caso do *Limes Germanicus* ou da Muralha de Antonino. O *ethos* do estado romano era caracteristicamente expansionista, o reconhecimento de uma fronteira política era assim desnecessário, embora existissem, de facto, limites físicos²³⁹. C. R. Whittaker relacionou as zonas limite de influência com o *imperium* romano, uma vez que, desde o século II a.C., Roma demonstrava um claro objectivo de expandir a sua influência até *ultimos terrarum fines*, ou seja, até aos confins da Terra²⁴⁰. Somente a partir de Augusto é que começaram a surgir padrões de instalação militar a título permanente, uma vez que, durante o período romano-republicano, este tipo de ocupação nestas áreas chave é quase nulo. Por exemplo, no Ocidente do Império, a partir das Guerras Cantábricas (19-15 a.C.), foram destacadas tropas nos estabelecimentos militares de Herrera de Pisuerga (*legio IIII Macedonica*), Astorga (*legio X gemina*) e León (*legio VI victrix*)²⁴¹. Outro exemplo, agora do Oriente, como forma de combater uma das principais ameaças à presença romana, os Partos, foram colocadas em Antioquia três legiões com objectivos ofensivos e defensivos. Eventualmente, estas legiões foram dispersadas ou mobilizadas com o avanço dos limites romanos, mas no final do séc. IV d.C. estas forças foram recuperadas na área de Antioquia, demonstrando a importância estratégica da região²⁴².

Assim, os estudos em torno das “fronteiras” de período romano-republicano herdaram muito à historiografia contemporânea, que, por seu lado, os desenvolveram aplicados ao Alto-Império. No século XIX, a teorização dos *limites* procurou traduzi-los como barreiras defensivas fortificadas, respostas a perigo externo, identificado com o mundo germânico²⁴³. Evidentemente, o quadro de pensamento fornecido pelo Estado-Nação moderno e o tipo de fronteiras que ele implica, pesaram sobre o desenvolvimento

²³⁸ App. *Hisp.* 72.; Str. III. 3. 168.; Liv. *Per.* 55. 10.

²³⁹ Breeze, 2013, 5.

²⁴⁰ Whittaker, 1994, 32.

²⁴¹ Morillo Cerdán, 2017, 23.

²⁴² Breeze, *ibidem*.

²⁴³ Vide a sintetização desta questão em Bohec (1989, 159-166).

dessa definição. Essa hipótese culminou com o importante livro de Edward Luttwak, publicado em 1976, que procurava demonstrar que o Império Romano se estabeleceu racionalmente, através de uma uniforme "fronteira científica", entendida como um constante aprimoramento da linha de defesa militar. As conclusões deste livro em muito contribuíram para estagnar o debate sobre as fronteiras romanas²⁴⁴.

Actualmente, sem eliminar completamente a aplicação conceptual de “fronteira”, a tendência oscila na aceitação da inexistência de um sistema racional de defesa de fronteira em período romano-republicano²⁴⁵. Posta a argumentação dos vários autores, creio ser apropriada a aplicação o termo *protolimes* para este período, em concreto para o caso da Hispânia Ocidental. Apesar da ausência de uma fronteira definida, correspondente aos modelos posteriores, as zonas de controlo impostas por Roma permitem teorizar esta terminologia. Veja-se a política militar de Metelo nas guerras sertorianas, que procurou fechar o acesso ao oceano pelo Guadiana e pelo Tejo, como exemplo desta tendência, e, simultaneamente, utilizar essas vias de abastecimento²⁴⁶.

A importância do próprio Tejo está directamente relacionada com a sua extensão e potencial de navegação. Pode-se, porventura, considerar que este rio fosse um *limes hispanicus* em 138 a.C., uma vez que a inexistência de uma influência romana em *Olisipo* é sustentada pela falta de achados arqueológicos prévios à cronologia do episódio de Bruto²⁴⁷. Por outro lado, a Arqueologia tem demonstrado nos últimos anos uma distribuição da ocupação romana, de cariz militar do último terço do séc. II a.C., em ambas as margens da bacia hidrográfica do Tejo. Tratar esta questão como uma problemática em torno de “fronteiras” seria anacrónico face ao significado que o conceito transparece actualmente, como foi observado antes. A Hispânia, quiçá pela sua integração total e precoce na rede de influência de Roma, carece de estudos que respondam às questões derradeiras estruturantes: o que seria, e como conceptualizar uma fronteira romana em período romano-republicano?

Do ponto de vista historiográfico, para uma caracterização do Tejo em período romano, surgem dois curtos apontamentos de Estrabão e de Plínio-o-Velho. Enquanto o primeiro traçou o perfil do rio, sugerindo a sua largura, profundidade e os tipos de

²⁴⁴ Vide Luttwak, 1976.

²⁴⁵ Cadiou *et* Moret, 2004, 4.

²⁴⁶ Dyson, 1985, 231.

²⁴⁷ Pimenta, 2014, 49.

navegação até *Moron*²⁴⁸, Plínio referiu os povoamentos e colónias romanas²⁴⁹. O Itinerário de Antonino acrescentou um local, de toponímia claramente militar, *Aritium praetorium*, entre *Olisipo* e *Augusta Emerita*, mas nada se sabe das suas características ou localização exacta. As indicações geográficas de Estrabão acentuam também os abundantes recursos auríferos existentes nas areias do Tejo, que só por si poderiam justificar a presença militar romana²⁵⁰.

Sobre *Aritium*, os dados que existem actualmente são muito fragmentados e pouco conclusivos. Publicada por Mário de Saa, uma notícia do achado, no sítio do “Terroal”, do Casal de Tamazim, de “uma boa provisão de pelotas de chumbo (balas de dois bicos, do feitio de bolotas), que serviam aos fundibulários romanos”²⁵¹, é um forte indicador de presença militar romana. Tal como este exemplo, outros têm surgido, essencialmente, relativos à descoberta descontextualizada de glandes de chumbo, como em Casal da Cascalheira, Ulme e Chamusca. Embora não se possa extrair informação concreta sobre *Aritium*, estes casos servem para demonstrar a densidade de vestígios de ocupação militar, que, por outro lado, poderiam levar a transformações estruturais em habitats civis.

A utilização de *Olisipo* e *Moron* como base de apoio à campanha permite supor a extensão da área administrada por Roma na sequência das Guerras Lusitanas. No entanto, é complicado afirmar que se tratava de um controlo efectivo. O estabelecimento de “fortificações” no vale do Tejo constitui um elemento importante para determinar a extensão da área administrada por Roma. Para Carlos Fabião seria inadmissível estabelecer uma retaguarda sem primeiro salvaguardar o território a Oriente e Sul, sugere que mais do que uma simples linha de apoio à conquista, toda a região teria interesse para Roma, essencialmente pela sua riqueza aurífera²⁵². Era clara a hostilidade que o mundo romano presenciava naquele espaço, não fossem estas preocupações defensivas acompanhadas pelo comportamento das tropas e do general²⁵³.

Seguindo a linha do Tejo em direcção a Oriente, tem-se composto uma imagem da região da Extremadura espanhola bastante interessante, apesar de ainda faltarem

²⁴⁸ Str. III. 3. 1. e Str. III. 3. 4.

²⁴⁹ Plin. *HN*. 4. 115; Plin. *HN*. 4. 117.

²⁵⁰ Str. III. 3. 4. Alarcão e Barroca (2012, 222-224) referem a importância dos recursos auríferos no território português, recolhidos em minas e em aluviões, e destacam as várias menções de autores à riqueza aurífera do Tejo. *Vide* também o complexo mineiro de Vale de Gatos (Sabrosa, 2006, 53-59).

²⁵¹ Saa, 1956, 256-257.

²⁵² Fabião, 1989, 42 e Fabião, 2014, 9.

²⁵³ E.g.: o episódio do rio do Esquecimento; a possibilidade de a marcha ter sido feita por um caminho mais costeiro.

dadosque facilitem a relação entre os territórios actualmente portugueses e espanhóis²⁵⁴. Carlos Fabião crê que se trata de um défice de informação, essencialmente da parte ocidental, que permita preencher o vazio que separa estas regiões²⁵⁵.

O papel dos rios na estruturação de “mapas mentais” e enquanto barreiras físicas está igualmente patente na sua utilização como “fronteiras” entre territórios administrativos romanos, como é o caso do Guadiana entre a Bética e a Lusitânia, embora esta informação, passada pelas fontes clássicas, seja contestada fortemente pela Epigrafia e pela Arqueologia²⁵⁶.

A “fortificação” de *Olisipo* e os modelos de abastecimento do exército romano

É habitual referir que, ao chegar ao extremo Ocidente Peninsular, Décimo Júnio Bruto, “fortificou” a cidade indígena de *Olisipo*. Pelo menos é esta versão que a generalidade das traduções de Estrabão nos apresenta²⁵⁷. A importância da alimentação para funcionamento da máquina de guerra romana era basilar na organização de uma expedição militar a novos territórios, sendo múltiplas as referências nas fontes clássicas a *desaires* militares atribuídos a deficiências de abastecimentos de determinados produtos²⁵⁸.

Em período imperial, o exército romano tornou-se estático em acampamentos permanentes nas zonas limite do Império Romano, sendo criadas forças de expedição, quando necessárias²⁵⁹. O mesmo não se pode dizer da Roma republicana, facto que se reflecte nas diferentes formas de abastecimento dos exércitos. A disponibilidade de víveres e o acesso a estes poderia ter um impacto decisivo na longevidade da campanha, na sua natureza, no número de operacionais empregues ou mesmo na estratégia delineada, no fundo, era decisivo para o sucesso da campanha. As expedições podiam subsistir, assim, de duas formas: através das importações itálicas e das restantes metrópoles sob influência romana; ou apoiando-se da recolha e captura de mantimentos nas regiões onde decorria a acção²⁶⁰. Novamente, foram os rios que, em inúmeros casos, condicionaram a expansão romana, não fosse o seu potencial enquanto via de comunicação entre os abastecedores e os abastecidos. Veja-se casos como o do Rio Pó, utilizado para o

²⁵⁴ Blázquez Cerrato, 2014, 420.

²⁵⁵ Fabião, 2014, 16.

²⁵⁶ Plin. *NH*. 3. 6. Para autores recentes *vide* Albuquerque; Pereira *et* Teixeira, no prelo.

²⁵⁷ Str. III. 3. 1.

²⁵⁸ Phang, 2008, 103 e 272.

²⁵⁹ Morillo Cerdán, 2017, 25.

²⁶⁰ Campbell, 2012, 177.

fornecimento de provisões durante os assédios cartagineses²⁶¹, e o Ródano, no papel relativo à resistência romana, encabeçada por Caio Mário, contra Teutões e Ambrões²⁶².

Não se pretende, com isto, afirmar que os exércitos eram unicamente abastecidos por via marítima e/ou fluvial. Os contingentes estiveram igualmente sujeitos a marchas e abastecimento terrestre, criando, para isso, uma rede viária igualmente importante para o controlo do Ocidente peninsular, que acabaria por ser plenamente estabelecida e perpetuada em época imperial²⁶³.

Na perspectiva de um comandante, as memórias de César sobre as Guerras Gálicas e as Guerras Civis oferecem dados pouco importantes relativamente ao abastecimento dos exércitos em período romano-republicano. É, no entanto, particularmente relevante a ênfase que o autor coloca na dificuldade em obter provisões para abastecer as suas forças militares²⁶⁴. As informações concretas sobre o abastecimento em si são escassas. Brian Campell sugeriu que tal se explica, simplesmente, porque adquirir mantimentos era considerada uma actividade tão banal e regular no quotidiano de um comandante, mesmo sendo vital para o funcionamento das campanhas²⁶⁵. Esta temática é, igualmente, pouco abordada pelos “estratagemas” de Frontino e Polieno.

O panorama das importações de produtos alimentares, que no registo arqueológico se traduz pela existência de contentores anfóricos, mas que se deve ter igualmente em conta a existência de sacaria comprovada, geralmente, por uma considerável quantidade de mós nos sítios militares, parece documentar não só a dieta e os hábitos deste período, mas também uma intrincada rede comercial que se viria a complexificar com o crescimento do Império Romano. Posto isto, as ânforas constituem, actualmente, um dos elementos mais importantes para o estudo da economia antiga²⁶⁶. O seu papel enquanto contentor destinado ao transporte a longa distância de produtos alimentares, torna-as uma fonte privilegiada para a compreensão da economia romana, provincial e militar, e das relações comerciais entre comunidades. Os primeiros trabalhos sobre estas cerâmicas recuam ao século XIX, realizados por Schoene e Dressel, as quais vieram a receber tabelas tipológicas em meados do século XX²⁶⁷.

²⁶¹ Liv. *Epit.* 21. 48. 8-9.

²⁶² Plut. *Vit. Mar.* 15. 1-3.

²⁶³ Mantas, 2012.

²⁶⁴ E.g.: Caes. *BGall.* 7. 11; 14; 17. e Caes. *BGall.* 8. 7.

²⁶⁵ Campbell, 2012, 179.

²⁶⁶ Carreras Monfort, 1999, 92.

²⁶⁷ Pimenta, 2005, 26.

Os vestígios cerâmicos que os contextos romano-republicano militares oferecem não se esgotam nas ânforas. A cerâmica Campaniense corresponde a uma produção inspirada nos fabricos de cerâmicas áticas²⁶⁸, impondo-se como um dos mais importantes elementos datantes dos contextos de época romano-republicana²⁶⁹. Foi com Nino Lamboglia que surgiram os primeiros trabalhos de sistematização das cerâmicas ocidentais de verniz negro²⁷⁰, baseando-se em três critérios para organizar a sua proposta: morfologia, tecnologia e cronologia²⁷¹. Definiram-se, assim, as produções de tipo A, B e C que, embora perdurem nos cânones actuais da investigação, sofreram fortes alterações e adaptações consoante as realidades arqueológicas em que se foram descobrindo²⁷². A cerâmica Campaniense do tipo A, produzida desde o séc. IV até 40 a.C. no golfo de Nápoles, muito provavelmente também na ilha de Íschia, foi definida por Lamboglia e, posteriormente, dividida em várias fases de produção por Jean-Paul Morel. Atingiu a sua fase de apogeu, relativamente à produção e exportação, nos anos 180-100 a.C. Destacase pela sua pasta muito depurada de cor vermelha rosada e pelo seu verniz negro metalizado. Por outro lado, a cerâmica Campaniense do tipo B etrusca, tem uma produção balizada no 2º quartel do século II até finais século I a.C. Como o nome indica, provêm de oficinas localizadas na região da Etrúria. Tecnicamente, tem uma pasta muito bem depurada de cor bege/salmão, o seu verniz tem grande qualidade, apresentando um tom negro homogéneo, azulado e mate²⁷³.

Andrés Adroher Aurox e Alejandro Caballero têm procurado proporcionar informações interessantes acerca dos modelos de abastecimento e produção local em âmbito militar através das cerâmicas Cinzentas Brunidas Republicanas²⁷⁴. Trata-se de uma produção fabricada em ambientes redutores, sem verniz ou engobe, mas cuja superfície foi alisada, em jeito de imitação das Campanienses. A sua cronologia restringe-se entre meados do séc. II a.C. até aos meados do séc. I d.C. Ainda que tenham sido consideradas, durante algum tempo, produções indígenas, nos últimos trabalhos de Adroher e Caballero têm sido observadas à luz de contextos militares, como forma de

²⁶⁸ Dias, 2010, 10.

²⁶⁹ Beltrán Lloriz, 1990, 39.

²⁷⁰ Vide Lamboglia, 1952, 139-206.

²⁷¹ Alves, 2010, 19.

²⁷² Veja-se os trabalhos de Jean Paul Morel. A tipologia preconizada por Morel assenta numa estrutura que privilegia o perfil das peças, e ainda que atribua valor aos aspectos tecnológicos, funcionais e cronológicos estes não são determinantes em toda a concepção e organização do trabalho. E.g.: Morel, 1981.

²⁷³ Arruda, 1993, 300.

²⁷⁴ Ou Grises Bruñidas Republicanas (GBR). Adroher Aurox *et* Caballero, 2012, 23-39.

supressão da ausência das produções itálicas²⁷⁵. Contudo, existe uma diversidade por todo o Mediterrâneo de imitações de Campaniense que, de certa forma, refuta a criação tipológica do grupo GBR, pois não só se desconhecem os centros produtores, como a classificação assenta em três pontos que parecem ser demasiado generalistas (tendo em conta a sua dispersão geográfica): a pasta cinzenta, a superfície brunida e a cronologia romano-republicana²⁷⁶. Por outro lado, interligar exclusivamente esta cerâmica com o mundo militar parece arriscado, já que a sua disseminação está generalizada pelos sítios republicanos na Hispânia, embora, de facto, certas produções estejam integradas em zonas de intensa actividade bélica²⁷⁷.

O abastecimento das tropas estacionadas no Ocidente peninsular seria realizado pela via Mediterrâneo-Atlântico. Por Cícero chegaram até nós dados relativos aos generais que beneficiaram da relação entre Gádir e Roma: os Cipiões, os Brutos e os Metelos, sendo de leitura mais duvidosa, os Horácios e os Cássios/Crassos²⁷⁸. Desta lista facilmente se depreende que os Gaditanos se associaram aos Romanos na conquista gradual do território e nela tiveram um papel crucial. Rui Morais aposta no apoio de Gádir como um dos meios mais importantes de aprovisionamento das tropas de Bruto, tendo-se estabelecido uma via directa, ou quase directa, entre esta cidade meridional e *Olisipo*²⁷⁹.

A importância da foz do Tejo está patente na defesa militar organizada pelos cartagineses na Hispânia, previamente ao avanço romano no território actualmente português. Políbio retratou que Magão estaria na terra do povo Cónio; Asdrúbal, filho de Giscão, estaria na Lusitânia, perto da foz do rio Tejo; e o outro Asdrúbal estaria a sitiar uma cidade no território dos carpetanos, não estando nenhum deles a menos de dez dias de marcha até Cartagena (Nova Cartago)²⁸⁰.

A “fortificação” de *Olisipo* não pode, assim, ser entendida como um facto histórico isolado, merecendo um devido enquadramento geopolítico. O seu substrato indígena está presente, logo à partida, no próprio topónimo²⁸¹, nos vestígios

²⁷⁵ Como é o caso da imitação de Lamboglia 4 no sítio de los Pinos, comarca de Guadix, segundo Morillo Cerdán, 2014, 34.

²⁷⁶ Adroher Auroux, 2014, 285; Alves, Mataloto *et* Soria, 2014, 165.

²⁷⁷ Vide Ulbert, 1984 para uma visão sobre as imitações de campaniense de Cáceres el Viejo, as quais são somente equiparáveis às importações calenas e napolitanas na sua forma.

²⁷⁸ Cic. *Balb.* 40.

²⁷⁹ Morais, 2007, 101-102.

²⁸⁰ Polyb. X. 7. 5.

²⁸¹ Destacando-se o sufixo *-ipo*.

arqueológicos²⁸² e epigráficos²⁸³, na sua maioria, de matriz oriental. No que diz respeito à área ocupada, os dados de que dispomos actualmente deixam antever uma superfície de grandes dimensões. *Olisipo* ocuparia o morro do Castelo, descendo pelas encostas até encontrar as margens do rio, a Sul, estando, a Ocidente, limitada pelo esteiro da Baixa e, a Oriente, pela própria topografia da colina²⁸⁴.

Ora, a “fortificação” de uma posição povoada e com uma génese claramente indígena não seria possível se uma, ou ambas, as duas opções não fosse verdade: por um lado, a população poderia estar integralmente sob a influência romana; ou, por outro, Bruto teria deixado um contingente militar no local, assegurando simultaneamente o controlo das comunidades e do abastecimento aos exércitos situados no interior. Sobre a segunda hipótese, não há fonte, escrita ou arqueológica, que a sustente. O controlo de *Olisipo* era determinante para o sucesso da campanha militar perpetrada por Bruto e a “fortificação” deste *oppidum* demonstra, para Manuel Maia, uma clara confiança na lealdade da mesma para com a causa romana. Assim, para o referido autor, esta cumplicidade entre indígenas e itálicos seria unicamente possível se interpretarmos *Olisipo* como uma comunidade integrada numa vasta região, pacificada a Norte e a Oriente do Tejo²⁸⁵.

Do ponto de vista arqueológico, os estudos realizados por João Pimenta ao espólio anfórico recolhido na área do Castelo de São Jorge permitiram aferir uma única fase, situada no terceiro quartel do século II a.C., precisamente entre 140-130 a.C.²⁸⁶. Esta restrita datação foi proposta tendo em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com outros contextos coetâneos²⁸⁷. Destaca-se, das cerâmicas de verniz negro, a Campaniense A e a Campaniense B, etrusca e calena, sendo percentualmente mais abundante aquela. Também se encontram bem representados os copos de paredes finas de produção Itálica, da forma I e II de Mayet, e as lucernas de

²⁸² Sousa, 2016, 173.

²⁸³ Neto, Rebelo, Ribeiro *et al.*, 2016. «No decurso de trabalhos de escavação arqueológica, da responsabilidade da Neoépica, decorridos na baixa lisboeta surgiu uma nova inscrição fenícia, reutilizada como parte de um muro de época romana, que pode ser datada paleograficamente por volta do século VII a.C. Trata-se da inscrição funerária de um indivíduo com possível nome local. O achado (a mais antiga amostra datável de epigrafia lapidar encontrada até hoje na Península Ibérica) constitui-se como prova de uma antiga e intensa presença fenícia na costa atlântica do Extremo Ocidente».

²⁸⁴ Pimenta, 2005, 22.

²⁸⁵ Maia, 1982-83, 102.

²⁸⁶ Pimenta, 2005, 120; Pimenta, 2014, 46-50.

²⁸⁷ E.g.: Valência, os naufrágios de Giannutri (150-140 a.C.) e Pedrosa (140-130 a.C.), a destruição de Cartago (146 a.C.) e os acampamentos militares do cerco de Numância (133 a.C.) (Ribera i Lacomba, 2009 e Principal, 2013).

influência helenística, como a Ricci B, e da série tardo-republicana, a forma Dressel 1 (nalguns casos com verniz negro). Do reportório anfórico, sublinha-se, por um lado, as produções da costa Tirrénica (Greco-italicas tardias e Dressel 1), por outro, as da Costa Adriática (Greco-italicas e de Brindisi). Provenientes do Sul e Ocidente peninsular, reconheceram-se ânforas ibero-púnicas do tipo CC.NN. (T-9.1.1.1.), Maña C2b (T-7.4.3.3.), D de Pellicer (T-4.2.2.5.) e Maña Pascual A4 (T-12.1.1.0.)²⁸⁸, ânforas de produção do Mediterrâneo ocidental e imitações hispânicas dos modelos Greco-italicos. As importações africanas estão representadas pelas ânforas oleícolas de tipo Tripolitana Antiga. Destacamos ainda os *kalathoi* ibéricos e as “tinajas” de lábio moldurado²⁸⁹.

A tradição epigráfica impressa nas importações de ânforas itálicas permite tecer algumas considerações sobre a sua natureza militar. Um dos elementos a destacar são dois conjuntos de marcas directamente relacionados com duas importantes *gens* da Itália Republicana: «C.L.SEX», identificada como *Sexitilia*, e «L.ANI» ou «L.ANICI»²⁹⁰. Quanto ao primeiro conjunto, a sua relevância prende-se com as descobertas análogas na Gália e em sítios militares da Hispânia, concretamente nos acampamentos de circunvalação a Numância (Renieblas) e em Ampúrias²⁹¹.

Paralelamente à cerâmica comum, predominantemente local/regional, encontraram-se importações itálicas com as típicas pastas campanienses, como por exemplo a forma Comum Itálica *Patina* Lt 6 C e C E e a *Couvercle* 7 A²⁹². Também de origem itálica, recolheram-se diversos exemplares de numismas cunhados em liga de bronze.

A descoberta de estruturas romanas-republicanas em Lisboa é escassa, no entanto, as escavações realizadas em 2010 no Beco do Forno do Castelo, revelaram uma interessante estrutura positiva em total rotura com o período sidérico. A utilização de *opus signinum*, os claros paralelos com L'Almoína (Valência) e o espólio arqueológico forneceram uma datação de meados do séc. II a.C., apesar do caos estratigráfico, típico da arqueologia urbana²⁹³. A estas estruturas têm sido atribuídas funções hidráulicas, relacionadas com eventuais equipamentos termais, e o seu abandono foi relacionado com o fim da presença militar em *Olisipo*, correlacionada com o desfecho da campanha militar

²⁸⁸ Ramon Torres, 1995.

²⁸⁹ Pimenta, 2014, 49.

²⁹⁰ Pimenta, *ibidem*, 53. Uma leitura mais correcta permite concluir que se trata da *gens Sexitilia*.

²⁹¹ Desbat, Mazza *et Picon*, 1997.

²⁹² Pimenta, *ibidem*, 50.

²⁹³ Pimenta, Gaspar, Gomes *et al.*, 2014, 132.

de Bruto²⁹⁴. Também na Rua do Recolhimento surgiram, entre 1998 e 2002, contextos romano-republicanos em sintonia com os do Castelo de São Jorge²⁹⁵.

Relativamente a uma possível “fortificação” romano-republicana, vista por alguns autores em Estrabão, pouco se sabe e nada de taxativo será possível afirmar. Em boa verdade, como Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira assinalaram recentemente²⁹⁶, o passo que retrata este episódio encontra-se muito corrupto, impossibilitando uma sugestão derradeira. A ter existido essa “fortificação”, as sucessivas ocupações ao longo da história da área lisboeta foram apagando os vestígios da génese dessa construção. Numa comunicação apresentada ao congresso “Os Púnicos no Extremo Ocidente” (Outubro de 2000), infelizmente não publicada, Dias Diogo apresentou uma estrutura negativa, interpretada como vala ou fosso defensivo, aparentemente de cronologia romana-republicana que, segundo o próprio, poderia estar relacionada com o sistema defensivo da cidade nessa época²⁹⁷.

Deve ainda ter-se em conta, no âmbito desta discussão, as pré-existências do cerro onde se implantou o Castelo de São Jorge. Assim, não é descabido pensar que a longa ocupação dessa área, durante a Idade do Ferro, incluisse um recinto muralhado, eventualmente reparado ou ampliado aquando da chegada de Bruto. Todavia, lembramos que a contínua ocupação de Lisboa é um constrangimento na solução deste enigma, esperando que futuros trabalhos arqueológicos possam dar um contributo.

Chões de Alpompe e os acampamentos militares

Actualmente, nas imediações do baixo-Tejo, estão identificados, como locais de presença militar romana-republicana, o Alto do Castelo²⁹⁸ (Alpiarça), o Alto dos Cacos²⁹⁹ (Almeirim), o Monte dos Castelinhos³⁰⁰ (Vila Franca de Xira) e Chões de Alpompe³⁰¹ (Santarém). Além destes, Porto do Sabugueiro³⁰² (Muge) também surge referenciado. Embora não sendo um sítio estritamente militar, esteve certamente relacionado com a conquista e a romanização desta área do território actualmente português. Centremo-nos,

²⁹⁴ Pimenta, Gaspar, Gomes *et al.*, *ibidem*, 145.

²⁹⁵ Mota, Pimenta *et Silva*, 2014, 165.

²⁹⁶ Deserto *et Pereira*, 2016, 60.

²⁹⁷ Pimenta, 2005, 134.

²⁹⁸ Fabião, 2007, 118.

²⁹⁹ *Vide* Pimenta, Henriques *et Mendes*, 2012.

³⁰⁰ *Vide* Pimenta, coord., 2013.

³⁰¹ Para o trabalho de síntese mais recente *vide* Pimenta *et Arruda*, 2014.

³⁰² Pimenta *et al.*, 2014a, 39-57.

porém, em Chões de Alpompe, local para o qual os estudos sobre a *Moron* citada nas fontes clássicas nos remetem.

O sítio arqueológico de Chões de Alpompe, freguesia de S. Vicente do Paúl, concelho de Santarém, corresponde a um vasto e recortado planalto de mais de 20 hectares, com 96 metros de altura, implantado sobre o rio Alviela, a escassa distância da sua confluência com o Tejo³⁰³. Conquanto os dados arqueológicos conhecidos não consintam uma efectiva identificação com aquela cidade indígena, que figura uma única vez em toda a tradição literária antiga³⁰⁴, permitem, porém, uma eventual correspondência com o recinto militar estabelecido por Décimo Júnio Bruto³⁰⁵.

A mais antiga referência aos vestígios arqueológicos no planalto de Alpompe remonta a 1883, com a sugestão da existência de «fundamentos de grandes muralhas»³⁰⁶, um substancial espólio numismático romano e outros artefactos significativos. No entanto, somente com os trabalhos de Amorim Girão e Bairrão Oleiro a descrição do local e das características se tornaram claras, propondo-se, pela primeira vez, a correspondência entre *Moron* e Chões de Alpompe, que se prolongou até à actualidade³⁰⁷. Sucederam-se outras referências a este eventual acampamento militar, nomeadamente as de Mário de Saa, que reconheceu «[...] parapeitos e redutos térreos e muitos detritos de argila, de bronze e de ferro, juncando o chão e amontoando-se nas ravinas dos outeiros, sobre a encosta do Tejo»³⁰⁸. Posteriormente, a Universidade de Coimbra, no seguimento da destruição parcial do acampamento militar de Antanol e consequente publicação, declarou projectar “trabalhos logo que lhe seja possível, dispondo já da necessária autorização da Família Infante da Câmara, proprietária dos terrenos.”, mas que nunca se vieram a concretizar³⁰⁹.

Em 1967, Chões de Alpompe voltou a ser referido. No decorrer dos levantamentos dos Serviços Geológicos de Portugal, foi realizado um reconhecimento do terraço fluvial. No entanto, a investigação centrava-se nas «indústrias paleolíticas». A investigação, essencialmente cartográfica e de dispersão de materiais, levada a cabo por Georges Zbyszewski, Octávio da Veiga Ferreira e Maria Cristina Santos permitiu a identificação dos taludes do sistema defensivo, das eventuais zonas de entrada/saída, e «fora do campo

³⁰³ Pimenta *et* Arruda, 2014, 84.

³⁰⁴ Str. III. 3. 1.

³⁰⁵ Fabião, 2014, 12.

³⁰⁶ Num artigo sobre Santarém publicado no *Diccionario Popular*. *Apud* Pimenta *et* Arruda, 2014, 84.

³⁰⁷ *Vide* Girão *et* Oleiro, 1953.

³⁰⁸ Saa, 1953, 169 e 1964, 209-213.

³⁰⁹ *Vide* Arnaut *et* Ramos, 1958.

principal, duas atalaias que aproveitariam também um terraço sobranceiro ao acampamento principal, do lado menos defensável»³¹⁰.

Em 1977, José Manuel Garcia efectuou recolhas de superfície, tendo recuperado «[...] abundantes testemunhos de cultura pré-romana e romana do séc. II e I a.n.e., como atestam moedas, cerâmica comum decorada, Campaniense (A e B), fíbulas, ânforas (Dressel 1), e outros elementos [...]»³¹¹.

Apenas nas décadas de 80 e 90, do séc. XX, é que publicações sobre o espólio floresceram às mãos de diversos investigadores, tendo essas publicações sido incluídas em distintas sínteses da História de Portugal e da ocupação romana da Península Ibérica³¹². Tomem-se como exemplares as propostas de interpretação de Jorge de Alarcão, que sugeriu um desfasamento entre o acampamento militar republicano e a cidade pré-romana³¹³.

Os estudos e as escavações realizados por Philine Kalb e Martin Höck no Alto do Castelo (Alpiarça), em 1981 e 1983, evidenciaram estruturas defensivas em talude, associadas a outras negativas, que induziram os arqueólogos a uma relação entre este sítio e o acampamento de Bruto, referido nos textos antigos³¹⁴. Porém, reanalisando o excerto de Estrabão, e apercebendo-se que o autor clássico referiu que Bruto utilizou a cidade de *Moron* como base de operações, sem que se estabeleça um acampamento militar, reformularam a sua proposta inicial. Assim, concluíram que, embora «continuemos a considerar a muralha exterior do Alto do Castelo como um acampamento romano, mas [...] não necessariamente atribuível a *Brutus*, não se podendo de forma alguma relacioná-lo directamente com uma fonte escrita [...]»³¹⁵.

Voltando a Chões de Alpompe, António Dias Diogo publicou vários trabalhos sobre o espólio aí recolhido, dos quais destacamos o das ânforas³¹⁶ e o das moedas³¹⁷. Também Carlos Fabião deu o seu contributo no estudo do espólio anfórico, depositado no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu Geológico e Mineiro, afirmando que

³¹⁰ Vide Zbyszweski, Ferreira *et* Santos, 1968.

³¹¹ Garcia, 1977, 70-71.

³¹² Vide a História de Portugal, dirigida por José Mattoso, 1997, 205 cujo um dos autores é Carlos Fabião.

³¹³ Alarcão, 1983, 36; Alarcão, 1988, 22.

³¹⁴ Vide Kalb *et* Höck, 1982.

³¹⁵ Kalb *et* Höck, 1988, 199-200.

³¹⁶ Vide Diogo, 1993, 215-227.

³¹⁷ Diogo *et* Faria, 1985, 120-122. Acrescente-se ainda outros trabalhos do autor: Diogo, 1982, 147-154 e Diogo *et* Trindade, 1993-1994, 263-281.

«[...] nos Chões de Alpompe se encontra o conjunto de ânforas de aspecto mais antigo [...] em todo o actual território português»³¹⁸.

Ainda relativamente ao espólio numismático, José Ruivo abordou um expressivo conjunto numismático, publicado em 1999, que permitiu uma observação diacrónica do espaço e concluir que foi abandonado em período sertoriano³¹⁹, opondo-se à tradicional cronologia cesarina, atribuída por Dias Diogo³²⁰. Estes estudos numismáticos divulgaram um total de cento e cinquenta moedas, das quais se pôde inferir um momento de introdução, difusão e uso da moeda romana no Ocidente em momento compatível com a campanha de Bruto. O mesmo conjunto evidenciou a existência de um regular abastecimento e circulação nas décadas seguintes, assim como uma aparente quebra em cronologia compatível com o conflito sertoriano. Note-se, ainda, que a presença de numismas mais recentes sugere que o local foi alvo de outras ocupações³²¹.

Mais recentemente, Patrícia Bargão incluiu um conjunto de ânforas deste sítio na sua dissertação de mestrado, resultante das prospecções dos anos 80 e depositado na UNIARQ, concluindo-se assim a divulgação de artefactos de recolhas antigas que se encontravam inéditos³²². João Pimenta e Ana Margarida Arruda, destacaram a crescente importância do sítio de Chões de Alpompe no panorama científico, através da divulgação em âmbito internacional³²³.

Realizando uma sintética exposição dos materiais mais característicos deste sítio, destacamos a frequente presença de mós circulares, artefacto que comprova simultaneamente a existência abundante de cereais e a dieta dos soldados³²⁴. Também reflexo da dieta é a elevadíssima quantidade de ânforas vinárias oriundas da Península Itálica, quase todas com características morfológicas que permitem avançar uma cronologia de meados do terceiro quartel do séc. II a.C., integrando os tipos Greco-italico e Dressel 1 arcaico³²⁵. Também as T-9.1.1.1. de Ramon Torres, com origem na Baía de

³¹⁸ Fabião, 1989, 98.

³¹⁹ Trata-se de um pequeno tesouro de vinte denários e centro e trinta e uma unidades correspondentes a perdas isoladas, segundo Ruivo (1999, 101-110).

³²⁰ Diogo, 1993, 219.

³²¹ Fabião, 2014, 14.

³²² Bargão, 2006, 102-103.

³²³ Pimenta *et* Arruda, 2014, 85.

³²⁴ Zbyszewski, Ferreira *et* Santos, 1968, 53

³²⁵ Diogo, 1982, 149; Fabião, 1989, 98; Ferreira, Catarino *et* Pinho, 1992, 56; Diogo *et* Trindade, 1993-1994, 267-269 e Bargão, 2006, 102.

Cádis³²⁶, e as Tripolitanas Antigas norte-africanas³²⁷ são compatíveis com a mesma cronologia, estando, aliás, associadas nestes contextos.

Mais difícil de datar são as Mañá C2b, de produção gaditana, uma vez que foram utilizadas até momentos bastante tardios³²⁸. Ainda assim, Dias Diogo arriscou atribuir uma cronologia balizada entre 175 e 125 a.C. a alguns fragmentos que estavam revestidos, no interior, a resina. A ocorrência destas formas anfóricas é frequente nos diversos contextos deste período da conquista, é o caso de Lisboa³²⁹ e Valência³³⁰. Muito mais raras são as Lamboglia 2³³¹ e Dressel 2/4³³², mais tardias, sobretudo a última, e as da Classe 67³³³, oriunda do vale do Guadalquivir. Outro indicador da tipologia militar deste sítio arqueológico assenta no espólio metálico que se enquadra na categoria de *militaria*, sublinhando-se as cento e doze glandes de chumbo, provavelmente, de produção local³³⁴.

Parece, contudo, imperativo reforçar que a grande extensão, a quantidade, a qualidade do espólio recuperado e a visibilidade de um sistema defensivo em talude, particularmente bem conservado, foram responsáveis pela notoriedade que Chões de Alpompé alcançou no panorama arqueológico português. Porém, até 2015, nunca aí haviam sido realizadas escavações arqueológicas, sendo estes dados os que suportavam as diversas interpretações.

Foram estes trabalhos, realizados em Chões de Alpompé e no quadro do Projecto «Fenícios no Estuário do Tejo», que permitiram finalmente uma recolha metódica de informação sobre as ocupações antigas³³⁵. A existência de uma Idade do Ferro, que na fase inicial transparece uma matriz orientalizante, impressa quer no espólio quer nas estruturas domésticas, tornou possível o regresso ao debate acerca da localização de *Moron*, a “cidade” indígena que Décimo Júnio Bruto utilizou como centro de operações, em 138 a.C. A tipologia do acampamento do Galaico pode também ser discutida, tendo em consideração os dados recentemente obtidos, nomeadamente os que se referem à muralha de terra batida que envolve, em parte, o planalto e à estrutura negativa, de tipo

³²⁶ Ramon Torres, 1995, 226-227.

³²⁷ Fabião, 1989, 115; Diogo, 1993; Ferreira, Catarino *et* Pinho, 1992, 56 e Diogo *et* Trindade 1993-94, 268; Bargão *op. cit.*

³²⁸ Diogo 1982; Fabião, 1989, 98; Diogo *et* Trindade, 1993-1994, 269.

³²⁹ Pimenta, 2005.

³³⁰ Ribera i Lacomba, 2014, 74.

³³¹ Diogo *et* Trindade, *op. cit.*

³³² Diogo *et* Trindade, *op. cit.*

³³³ Fabião, 1989, 99; Diogo *et* Trindade, 1993-1994, 268.

³³⁴ Fabião, Pereira *et* Pimenta, 2015, 111.

³³⁵ Arruda *et al.*, no prelo.

“fosso”, paralela à mesma muralha. No entanto, a sequência ocupacional do sítio e o papel que este representou durante as guerras sertorianas não se deve excluir.

A análise do registo estratigráfico das sondagens 2 e 3, resultantes dos trabalhos de 2015, permitiram a identificação da diacronia da ocupação do planalto. No entanto, os níveis correspondentes a uma cronologia romana encontravam-se bastante afectados pela plantação de um eucaliptal. Apesar disso foi possível escavar estratos de época romana, concretamente na sondagem 2, onde, inclusive, foram detectadas estruturas cuja finalidade era a drenagem de águas³³⁶. Todavia, uma plausível sequência de ocupação romana-republicana entre Décimo Júnio Bruto / Sertório / Pompeio não foi possível de aferir, deixando abertas questões relacionadas com a ininterrupta estadia, ou não, das tropas no local.

Por outro lado, no que diz respeito a uma ocupação sidérica, a sondagem 3, apesar de truncada pela exploração de saibro dos anos 80³³⁷, trouxe diversos dados que possibilitam esboçar uma argumentação em torno de uma continuidade da ocupação pré-romana e romana³³⁸. Assim, os materiais e estruturas que surgiram permitiram datar, aproximadamente, ocupações da I Idade do Ferro (séc. VII-VI a.C.) e da II Idade do Ferro (séc. IV-III a.C.).

Muito mais significativos foram os dados obtidos sobre o sistema defensivo, quer os de escavação quer os que resultaram dos trabalhos de acompanhamento da desmatagem, ficando grandes tramos bem conservados a descoberto. Uma quarta sondagem foi implantada na base da muralha, do lado exterior, com o objectivo de esclarecer a existência, ou não, de um fosso associado à estrutura defensiva, identificada desde os anos 50³³⁹. A escavação revelou um negativo aberto no substrato geológico antropicamente alterado, preenchido com sedimentos provenientes da terraplanagem e parcíssimos fragmentos inclassificáveis de produção itálica, possivelmente, de ânforas Dressel 1 ou Greco-Itálica. Embora a estrutura negativa, congruente com um fosso, não se configura aos típicos fossos de acampamentos romano-republicanos, o certo é que a existência de uma depressão escavada na área externa e anexa à muralha, que lhe é paralela, é inquestionável. De facto, o corte relativamente pouco profundo, face à topografia do talude, levanta alguma dúvida sobre a sua funcionalidade, o que não

³³⁶ Arruda *et al.*, 2015, 6-8.

³³⁷ Arruda *et al.*, *idem*, 3.

³³⁸ Arruda *et al.*, *idem*, 11-14.

³³⁹ Arruda *et al.*, *idem*, 18-21 e Girão *et Oleiro*, 1953, 77.

impediu Ana Margarida Arruda e a sua equipa em considerar «evidente que o típico sistema de *vallum* foi aqui utilizado, ainda que não cumprindo com a tradicional tipificação dos acampamentos republicanos»³⁴⁰.

Em termos artefactuais, a campanha proporcionou um conjunto que permitiu reforçar os dados já adquiridos ao longo dos anos e das prospecções. Se por um lado, as produções locais/regionais e as importações referentes à Idade do Ferro permitiram delinear uma evolução morfológica, que coincide com o que se conhece de Lisboa e do Vale do Tejo, por outro, a época romana é pouco variada em termos de categorias morfo-funcionais. Com efeito, documentaram-se apenas escassos fragmentos de ânforas do tipo Dressel 1A, uma de origem adriática, Maña C2 de origem gaditana e Castro Marim 1 importada do baixo Guadalquivir. Infelizmente, a cerâmica de mesa é francamente escassa, resumindo-se apenas a um fragmento de cerâmica Campaniense, possivelmente de produção calena, e a um outro recolhido em prospecção, também de Campaniense. Deve, contudo, assinalar-se a recolha de alguns fragmentos de cerâmica cinzenta, decorados no exterior, que podem pertencer a um tipo de jarro de produção cuidada muito característico da área do baixo Tejo, durante o período romano-republicano³⁴¹. O restante espólio cerâmico é composto, essencialmente, por cerâmica comum e cinzenta, muito semelhante, tanto no fabrico como na morfologia, aos documentados nos estratos sidéricos mais tardios.

Por último, a presença de material de construção descoberto à superfície deve ser referida. Trata-se de fragmentos de *tegulae* e de um tijolo romboidal, idêntico ao recolhido pela equipa dos Serviços Geológicos de Portugal, característico dos pavimentos romanos de época romana-republicana tipicamente itálicos, designados por *opus spicatum*³⁴². Esta cerâmica de construção está igualmente presente noutros locais arqueológicos, atestadamente militares, como Monte dos Castelinhos³⁴³ (Vila Franca de Xira), Alto dos Cacos³⁴⁴ (Almeirim) e Cáceres el Viejo³⁴⁵. Efectivamente, trabalhos recentes, em sítios da Hispânia Citerior, têm vindo a comprovar a sua utilização precoce, desde o século II a.C., em locais com presença militar³⁴⁶.

³⁴⁰ Arruda *et al.*, no prelo.

³⁴¹ Pimenta, Calado *et* Leitão, 2014, 720.

³⁴² Zbyszewski, Ferreira *et* Santos, 1968, 53.

³⁴³ Pimenta, 2013, 38.

³⁴⁴ Pimenta, Henriques *et* Mendes, 2012, 63-64.

³⁴⁵ Vide Ulbert, 1984.

³⁴⁶ Vide Rodrigo Requena, 2014.

Uma das principais problemáticas, de que se revestem os estudos dedicados aos acampamentos romanos, é o estabelecimento de modelos preconcebidos com base nos dados que as fontes escritas transmitiram³⁴⁷. São significativos os casos em que não existe correspondência entre as medidas que os autores clássicos definiram e a realidade arqueológica. Por outro lado, a inexistência de um conjunto de terminologias, neste campo da investigação, tem criado ao longo dos anos um ciclo de incoerência, tanto nas publicações de carácter científico como divulgativo, perpetuando desinformação e lacunas no contacto entre autores e investigadores³⁴⁸.

Expostos estes dados, Chões de Alpompé aparenta integrar-se na categoria de acampamentos que mais questões de natureza tipológica tem levantado, os *castra aestiva*, associados geralmente a estruturas construídas com materiais perecíveis, como a madeira e a terra. Esta pode ser uma correlação muito perigosa, já que, como Ángel Morillo e Andrés María Adroher Auroux alertaram:

«[...] negando o desconociendo la evidencia material, algunos autores siguen insistiendo en que existe una relación directa entre la calidad de la construcción y la entidad temporal de ocupación del mismo, generalizando el término *castra aestiva* a cualquier asentamiento militar realizado en materiales perecederos»³⁴⁹.

Do ponto de vista historiográfico, efectivamente, o modelo clássico que é mencionado nos textos antigos integra acampamentos de planta ortogonal, geralmente quadrangular ou rectangular, atravessados por vias principais (*praetoria* e *principalis*) que se cruzam em frente ao quartel-general (*praetoria* ou *principia*)³⁵⁰. Apesar das diversas alterações topográficas³⁵¹ que o planalto do Alviela sofreu desde a ocupação romana, este está longe de se integrar nos modelos, por vezes dotados de medidas e formatos precisos, que os textos antigos transparecem. Há todo um leque de variáveis que impedem a inserção imediata deste acampamento, assim como tantos outros, nas tipologias que os cânones tanto reforçam. Por outro lado, não é de descartar que a tipologia dos recintos militares estivesse igualmente associada à estratégia militar, ou seja, que cada recinto se adaptasse à maior ou menor proximidade do inimigo, aos

³⁴⁷ Morillo Cerdán *et* Adroher Auroux, 2014, 26.

³⁴⁸ Relativamente ao mundo hispânico, muito menos adaptado à investigação desenvolvida em Portugal.

³⁴⁹ Morillo Cerdán *et* Adroher Auroux, *op. cit.*

³⁵⁰ E.g.: Polyb. 6. 26-28; Hyg. *De Monitionibus Castrorum*. Para autores recentes *vide* Morillo Cerdán, 2008, 78.

³⁵¹ Recorde-se os cortes para extracção de saibro.

objectivos concretos (defesa, ataque, controlo, abastecimento e/ou apoio de retaguarda a outros acampamentos, entre outros) ou à celeridade da campanha³⁵².

Apesar de nunca ser mencionada nas fontes escritas, no contexto das campanhas de Bruto, não se pode deixar de considerar a importância de *Scallabis* (Santarém) no panorama militar do Ocidente ibérico³⁵³. A cidade pré-romana implantou-se no vasto planalto sobranceiro ao Tejo, onde, na Idade Média, se ergueu a Alcáçova. Encontra-se a cerca de 70 km do estuário deste rio, assim como de *Olisipo*, e está a escassos 12,5 km de Chões de Alpompé, com o qual mantém, aliás, uma relação de estreita intervisibilidade. As campanhas arqueológicas que ocorreram entre 1983 e 2001 permitiram uma proliferação pródiga de estudos e divulgações sobre os resultados³⁵⁴. Assim, os materiais, que corporizam uma ocupação romana precoce, englobam as ânforas Greco-italicas e Dressel 1, as produções da Ulterior dos tipos Mañá C2b, as ovóides, as Dressel 1, CC.NN. (T-9.1.1.1) e as Tripolitanas Antigas de produção africana. A cerâmica de mesa está representada pela Campaniense A, pela Campaniense B, de produção calena e etrusca, pela de pasta cinzenta e por cerâmica de Paredes Finas (Mayet I e II)³⁵⁵. Assim, embora o início do processo de romanização do *oppidum* ocorra, provavelmente, na linha das campanhas de Bruto, a tardia reestruturação da malha urbana de *Scallabis* (no segundo quartel do séc. I a.C.), que acompanha o topónimo *Praesidium Iulium Scallabis*, a grande relevância de espólio tardo-republicano e a datação de *militaria* de período cesarino, obriga a ponderar que Santarém pode ter ficado relativamente à margem das movimentações militares realizadas por Décimo Júnio Bruto³⁵⁶.

³⁵² Arruda *et al.* no prelo; Heras Mora, 2015, 46.

³⁵³ Arruda *et Viegas*, 2014, 242.

³⁵⁴ Vide AA. VV., 2002; Arruda *et Sousa*, 2003; Viegas, 2003 e Bargão, 2006; entre muitos outros.

³⁵⁵ Arruda *et Viegas*, 2014, 247-248.

³⁵⁶ Arruda *et Viegas*, 2014, 253.

V

O EPISÓDIO DE TALÁBRIGA

Talábriga nas fontes

“As cidades (castros) que o general ia conquistando, revoltavam-se para logo; mas elle submetia-as de novo. A historia da campanha de Bruto termina-a Appiano, cap. 73 (75) com a menção da tomada de Talábriga.”³⁵⁷

Um dos episódios mais relevantes para a historiografia e para a Arqueologia portuguesa da conquista romana, retrata o cônsul de 138 a.C., Décimo Júnio Bruto, e a pacificação da cidade indígena de Talábriga. Este, após a sua chegada ao Ocidente peninsular, conseqüente “fortificação” de *Olisipo* e estabelecimento de um acampamento em *Moron*, dirigiu-se ao Noroeste.

Organizado um dispositivo militar de retaguarda destinado ao controlo efectivo sobre as populações e que assegurasse o abastecimento das tropas via marítima e fluvial, o avanço dos contingentes latinos foi inexorável. Apiano conta-nos, embora sem prolongadas descrições, os confrontos entre os indígenas e as tropas de Bruto, que as mulheres protegiam as suas comunidades e lutavam até ao derradeiro fôlego. Apiano informa-nos ainda que os romanos permitiam a fuga dos desalojados para as montanhas e, após isso, o saque era distribuído entre os romanos³⁵⁸.

Ainda pela narrativa de Apiano, sabemos que os povos subjugados se rebelavam com alguma regularidade. No entanto, somente um ópido teve direito a referência pela sua regular insurreição: Talábriga. Apiano descreveu como o cônsul lidou com a população, mas não explicita a localização e características da cidade³⁵⁹.

Para o estudo desta realidade, a informação não se esgota em Apiano. As alusões a Talábriga desdobram-se por múltiplas outras fontes, seja na forma textual ou nos itinerários compilados ao longo dos séculos. Assim, a quantidade de informação proveniente das fontes clássicas que chegou aos dias de hoje faria prever a simples desmistificação de Talábriga, uma vez que os próprios itinerários oferecem um esboço, não da localização, mas das distâncias entre os vários topónimos neles apresentados. A importância dos trabalhos arqueológicos, para esta questão, tem sido tão fundamental

³⁵⁷ Vasconcelos, 1913, 130.

³⁵⁸ App. *Hisp.* 71-72.

³⁵⁹ App. *Hisp.* 73.

tanto quanto tem complexificado a identificação da cidade pré-romana. A associação de diversos sítios com a dita cidade, com mais ou menos argumentos viáveis, tem orientado a investigação por caminhos, por vezes, inacabáveis.

Talábriga tem sido considerada um tema não só de interesse nacional, por pertencer, presumidamente, ao único episódio relatado da conquista romana em solo actualmente português, mas também a nível regional, pela quantidade de investigadores locais que se entusiasmaram pela questão desde o século XVI³⁶⁰, perfeitamente integrados no movimento renascentista de culto das civilizações antigas e de procura dos seus vestígios.

As fontes clássicas sempre foram o pilar nestas buscas de uma Talábriga pré-romana. O relato de Apiano sobre as Guerras Hispânicas é a parte que melhor se conservou da obra *História Romana*. Aí descreveu os conflitos em solo hispânico, desde a conquista da costa mediterrânica da península, contra Aníbal Barca durante a Segunda Guerra Púnica, até às fases finais da pacificação deste território por parte de Augusto. No seguimento dos confrontos entre Lusitanos e Romanos, Apiano relatou os feitos de Décimo Júnio Bruto na Península Ibérica. É no passo 73 que o autor menciona a chegada do cônsul à cidade de Talábriga e descreve a sua rápida submissão:

“Uma das cidades que tão frequentemente se submetia quanto se rebelava era Talábriga. Quando Bruto movimentou-se contra Talábriga, os seus habitantes pediram perdão e renderam-se sem exigências. Ele, primeiro, exigiu os desertores romanos, os prisioneiros, e o armamento que tivessem, mais os reféns; então ordenou que abandonassem a cidade com as mulheres e crianças. Ao acabarem de acatar estas ordens, ele rodeou-os com o seu exército e discursou-lhes, explicitando-lhes a frequência com se tinham revoltado e renovado os conflitos contra si.”³⁶¹

A cidade foi tomada sem confronto militar, no entanto, as condições de *deditio* são claramente com o intuito de incapacitar e criar terror na população, evitando futuras insurgências. Embora seja o relato mais completo sobre este breve episódio da história da conquista romana da Península Ibérica, os dados geográficos oferecidos são, porém, confusos.

³⁶⁰ Barreiros, 1561.

³⁶¹ App. *Hisp.* 73. Tradução do latim, pelo autor.

Apiano traçou o percurso de Bruto: cruzou o rio Douro, de seguida o Letes, chegando por último ao *Nimis*³⁶², onde encabeçou uma expedição contra o Brácaros. Com isto, submeteu outras tantas comunidades e, de seguida, deu-se o episódio de Talábriga. De um ponto de vista geográfico, a interpretação tradicional não coincide com os dados disponíveis. Por um lado, a posição descrita, tão a Norte, exclui as propostas em torno do Vouga. Por outro, as opiniões em torno de uma Talábriga límica assentam no recuo de Bruto após a chegada ao *Nimis*, identificado, sem grande margem de erro, ao Minho.

Alguns autores presumiram que essa Talábriga correspondia à registada nos itinerários romanos, nomeadamente no de Antonino³⁶³ que surge como espécie de roteiro das vias do Império Romano durante o século III d.C., embora tenha posteriormente sofrido correcções. Dos 372 percursos descritos, 34 correspondem à Península Ibérica e, destes, somente 13 estariam integrados na Lusitânia. Sobre a origem, natureza e cronologia da obra existe abundante e pertinente literatura³⁶⁴, convém, no entanto, recordar que a obra corresponde certamente a uma versão simplificada de um tipo de documento, o dos *itineraria adnotata*, que se encontraria bem divulgado, mas dos quais nos restam escassos indícios. Do ponto de vista cronológico, a única informação segura sobre a construção desta obra é a sua atribuição à época tardo-imperial, embora a análise do documento permita, por um lado, remeter para o período tetrárquico, por outro, para o principado de Constâncio³⁶⁵.

Apesar da relativa organização, os trajectos repetem-se, dividem-se troços importantes e deixaram-se vastas regiões sem rede de comunicação. Estas deficiências estruturais na fonte foram-se acentuando com as sucessivas transcrições e traduções que o texto sofreu, considerando-se, no entanto, a edição compilada no século XVIII, por Peter Wesseling, a mais assertiva. Actualmente, segue-se na generalidade, a edição teubneriana de Otto Kuntz. Acerca do rigor com que as medidas foram realizadas, Luís Seabra Lopes³⁶⁶ opinou que os erros provêm não dos cálculos originais, mas sim da posterior transferência de informação.

³⁶² Associado ao actual Minho.

³⁶³ *It. Ant.* 421. 6.

³⁶⁴ *Vide* Arnaud, 1993, 33-50.

³⁶⁵ Guerra, 1998, 54.

³⁶⁶ Lopes, 2000, 32. É inegável o quanto algumas distâncias estão incorrectas, se as fizermos corresponder as suposições actuais para algumas cidades da antiguidade, como é o caso apresentado pelo autor de Condeixa-a-Velha e Tomar. No entanto, Lopes é muito claro na sua opinião: «Aquilo que tenho podido observar leva-me a concluir que, quando não há conflito entre as fontes nem com os dados arqueológicos, as distâncias do *Itinerário* devem ser consideradas como valores rigorosos».

Com todos os seus defeitos e embora as distâncias nem sempre sejam correspondentes, o Itinerário de Antonino apresenta-se como uma fonte relevante na identificação de locais arqueológicos. Alarcão³⁶⁷ explicitou que: os casos em que os topónimos surgem em ablativo ou locativo, seriam onde as vias passavam; em acusativo, os lugares conectados à via por ramais secundários; e, por último, em acusativo precedido de *ad*, às *mansiones*³⁶⁸ cujo nome deriva dos marcos geográficos a que se refere.

Talábriga está associada a um troço da via *Olisipo-Cale-Bracara*³⁶⁹ sob a forma:

<i>Eminio</i>	mp. X
<i>Talabriga</i>	mp. XL
<i>Langobriga</i>	mp. XVIII
<i>Calem</i>	mp. XIII

Diversos cálculos têm sido realizados para desvendar as exactas localizações dos topónimos, umas vezes com sucesso, outras nem tanto. Embora não seja consensual, certos autores consideram a fonte original desta obra como assertiva e que os erros associados às distâncias derivam invariavelmente das sucessivas traduções.

O itinerário, de autor desconhecido, conhecido como a Cosmografia de Anónimo de Ravena, corresponde a uma compilação muito tardia, geralmente situada no séc. VII³⁷⁰. Embora ainda se discuta o contexto e a cronologia das fontes a que dito autor recorre, admite-se que a obra poderia corresponder a um documento cartográfico latino, datável de meados do séc. III d.C.³⁷¹.

A sua importância, no panorama das investigações actuais, reside no extenso repertório toponímico, em concreto para a região ocidental da Península Ibérica. De facto, diversos nomes de locais cruzam-se com o *Itinerário de Antonino*, no entanto, um número significativo de ocorrências foi unicamente transmitido por esta fonte tardia. A obra corresponde, sensivelmente, a um elenco de províncias, *ciuitates uel flumina*, no qual, dado o grau de pormenorização geral, não deixam de ser surpreendentes as ausências que se verificam.

³⁶⁷ Alarcão, 1974, 64.

³⁶⁸ Estações de aspectos práticos para viajantes.

³⁶⁹ A importância de *Olisipo* (Lisboa) no panorama hispânico está patente nesta fonte, uma vez que é desta cidade que partem diversas vias em direcção a Norte, Sul e Este.

³⁷⁰ Rav. *Cosm.* 307. 2.

³⁷¹ Guerra, 1998, 57.

A particularidade que mais distancia a pertinência da obra, no que toca à identificação de Talábriga, advém da ausência de distâncias entre os vários topónimos, levando apenas a crer a existência de uma ordem entre estas, possivelmente, viária. A cidade pré-romana é, então, aqui referida sob a forma de *Terebrica*, no pressuposto troço *Olisipona-Augusta Bracara*.

Cláudio Ptolomeu definiu a Península de acordo com a divisão administrativa romana do seu tempo (meados do séc. II d.C.), em três províncias: Bética, Lusitânia e Tarraconense, dando uma visão detalhada das mesmas³⁷². A sua obra *Geografia* inclui a descrição de rios, montanhas, grupos étnicos e das cidades correspondentes, com uma precisão procedente das próprias coordenadas indicadas pelo autor clássico³⁷³.

Apesar da importância no conhecimento da Hispânia Antiga, é uma obra declaradamente negligenciada pela filologia clássica³⁷⁴, sendo a tradução completa mais recente de 1843-1845³⁷⁵. A abordagem desta fonte é dificultada pelo quão dispersas estão as suas partes, presentes em diversos códices, traduções e citações que surgiram desde a sua composição e pela passagem de latim para grego por Ptolomeu durante a compilação dos textos³⁷⁶.

Para uma possível identificação étnica do território talabriguense, é sugestiva a delimitação que Ptolomeu registou, a Norte, entre lusitanos e brácaros (referidos como galaicos)³⁷⁷. Talábriga está registada na secção dedicada aos “Lusitanos do interior” como *Ταλάβριγα*³⁷⁸. No entanto, é interessante como Talábriga, em Apiano, está integrada no território bracarense.

Gaio Plínio Segundo, conhecido regularmente como Plínio-o-Velho, terá nascido entre 23 e 24 d.C. e exercido um *cursus honorum* de *eques*³⁷⁹. As funções enquanto equestre ter-lhe-ão permitido conhecer diversas realidades provinciais do Império Romano e, com fundamento nestes conhecimentos, escrever as suas obras *Bella Germinae* e *Naturalis Historia*. A sua próxima relação com a dinastia dos flávios e dos júlio-cláudios causaram-lhe alguns problemas³⁸⁰, mas é também a causa desta situação

³⁷² Ptol. *Geog.* II. 5. 6.

³⁷³ Muitas vezes questionável, havendo inclusive casos comprovados de erros de concordância entre os dados arqueológicos e os historiográficos. Este desfasamento entre a informação é derivado tanto a enganos de Ptolomeu como às sucessivas traduções que se realizaram sobre a obra ao longo do tempo

³⁷⁴ Como afirmou Diller, 1939, 228.

³⁷⁵ Por Nobbe, Karl F. A., e reeditada, embora sem alterações críticas, em 1966 e, novamente, em 1990.

³⁷⁶ García Alonso, 2003, 13-18.

³⁷⁷ Ptol. *Geog.* II. 5. 1-2.

³⁷⁸ Ptol. *Geog.* II. 5. 6.

³⁷⁹ Plin. *HN.* 4. 113.

³⁸⁰ Especialmente durante o principado de Nero.

que se viu beneficiado por Vespasiano, ao ponto de ser conselheiro privado do imperador. A obtenção do cargo de *procurator* levou Plínio à Península Ibérica, exercendo-o na província da Tarraconense entre 72 e 74 d.C. Embora o curto espaço de tempo da estadia, o contacto com Lúrcio Licínio, *iuridicus Hispaniae Citerioris*, permitiu-lhe um conhecimento generalizado sobre a Hispânia, justificando-se as incorrecções dos seus registos pela falta de observação directa dos locais, mas também pela falta de tempo.

A obra de Plínio tem sido genericamente criticada, tanto pela ausência de um método científico na sua investigação como pela utilização consciente de um vasto repositório de fontes cuja veracidade é questionável³⁸¹. Saliente-se ainda o seu excessivo interesse pelos *mirabilia*, ou curiosidades, em vez de uma exposição racionalizada do mundo. Estas características da obra criam por vezes discrepâncias entre a informação nela contida e mostra a incapacidade de conjugar ou julgá-la por parte do autor.

Em jeito de introdução ao seguinte capítulo, Plínio menciona Talábriga durante a descrição da Lusitânia, entre o Douro e o Tejo:

«A partir do Douro começa a Lusitânia com os Túrdulos Antigos, os Pesuros, o rio Vouga, o ópido de Talábriga, o ópido e o rio Emínio e os ópidos de Conímbriga, Colipo e Eburobrício (...)»³⁸².

A informação é limitada e coloca questões de difícil resposta. Se a fonte seguir um percurso geográfico, de Norte para Sul, a Talábriga límica, considerada por alguns autores, encontra-se excluída dos textos de Plínio e coloca a povoação entre a margem Sul do rio Vouga e o rio Mondego³⁸³.

Sistematização das possíveis localizações

A procura de Talábriga levantou, desde o Renascentismo português, o interesse dos eruditos regionais e nacionais. Luís Seabra Lopes³⁸⁴ tentou sistematizar a informação sobre as questões talabriguenses que até então se tinham levantado.

Os mais antigos estudos historiográficos datam do séc. XVI, sendo pioneira a obra de Gaspar Barreiros, *Chorographia de algvns lvgares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó ano de MDXXXVI começando na cidade de Badajoz em Castella te*

³⁸¹ Guerra, 1995, 23-25.

³⁸² Tradução em Guerra, 1995, 33.

³⁸³ Associado actualmente, sem grande margem de erro, a Coimbra.

³⁸⁴ Lopes, 2000.

á de Milam em Italia. Esta primeira referência questionou Talavera de la Reina como aparente localização dogmática da cidade pré-romana, enquanto afirma não se tratar de patriotismo nem de uma questão bairrista, somente corrigir uma falácia na erudição. Uma tradução proposta por Gaspar Barreiros, em 1561, da obra de Plínio, *Naturalis Historia*, mencionava *Vacua* em espaço lusitano, lugar que foi uma das hipóteses sugeridas para Talábriga. No entanto, a teoria rapidamente foi abandonada uma vez que se confirmou ser somente uma transcrição incorrecta³⁸⁵.

Pequenas referências foram feitas desde a teorização de Barreiros, regularmente em torno da localização de Conímbriga e Emínio, deixando Talábriga como uma questão secundária. Somente no século XX surgiu um estudo inteiramente dedicado à questão de Talábriga, sob a autoria de Félix Alves Pereira. Este autor pertenceu à geração académica que beneficiou largamente da determinação dos locais correspondentes a Conímbriga e Emínio, no final do séc. XIX, uma vez que, até então, os estudos das cidades romanas e pré-romanas desta região eram confusos e pouco consensuais³⁸⁶.

Pereira começou por criticar, com muita assertividade, as «referências na pugna litteraria em que os paladinos de Agueda, de Aveiro e de Coimbra patrioticamente articulavam preeminências genealógicas (...)»³⁸⁷. Denota-se que as ditas referências surgiam das necessidades pessoais de elevação de nomes proeminentes na região, típicas deste contexto cronológico e académico. O autor fundamentava-se, sobretudo, nos Itinerários para excluir por completo Aveiro das hipóteses e para promover Albergaria, a Norte do Vouga. Todavia, sabe-se, actualmente, que os cálculos que realizou tiveram as suas falhas e, conseqüentemente, os resultados não são considerados válidos³⁸⁸. Discutiu também a impossibilidade da passagem de uma via romana no delta formado pelo Vouga, devido às características pouco consistentes do solo e pela ausência de material lítico para tal obra. Além disso, identificou os povoados muralhados da região, destacando-se o lugar de Cristellos, na antiga freguesia da Branca (Albergaria-a-Velha), que relacionou, prudentemente, com Talábriga. Por último, Pereira narrou a conquista de Talábriga por Décimo Júnio Bruto, embora não transpareça um conhecimento das questões geográficas que o texto levanta, considerando, assim, que uma Talábriga do Vouga corresponde à mesma do episódio narrado por Apiano.

³⁸⁵ Lopes, *idem*, 30.

³⁸⁶ Lopes, *op cit*.

³⁸⁷ Pereira, 1907, 129.

³⁸⁸ Lopes, 2000a.

Em meados do séc. XX, houve uma nova vaga de investigações incitadas por António Gomes da Rocha Madahíl, Alberto Souto e Augusto Soares de Sousa Baptista.

Souto, na publicação de 1939, num discurso muito pessoal e diletante, visitou alguns dos locais que a bibliografia sugeria e fez um apanhado da questão, rejeitando as diversas hipóteses que tinham sido, até à data, colocadas a favor de Cristelo da Branca³⁸⁹. Este autor acabaria por seguir a linha de Félix Alves Pereira ao interligar o episódio de Bruto às identificações geográficas das outras fontes.

Também o povoado da Torre/ Marinha Baixo foi alvo de identificações como Talábriga, desde o séc. XVII até meados da década de setenta. Todavia, os dados arqueológicos, mais actualizados, do sítio remeteram para uma ocupação tardo-romana, que se enquadra com os principais achados da larga diacronia do Cabeço do Vouga³⁹⁰.

Rocha Madahíl, por outro lado, foi pioneiro na descoberta e escavação do Cabeço do Vouga, também conhecido por Monte Marnel³⁹¹. Esta estação arqueológica (em concreto, a plataforma denominada Cabeço da Mina) localiza-se num meandro do rio Vouga, sobre a sua margem esquerda, cuja designação surge aplicada ao acidente orográfico após a época Medieval. Com base nos seus trabalhos e de Sousa Baptista, nos anos 40, foi classificado como Imóvel de Interesse Público, posteriormente sob a designação de “Recinto fortificado de época romana”. Nas campanhas realizadas em 1996/1997 foi identificada uma estrutura rectangular, definida por um muro de dupla face no sector norte, que apresenta estruturas de planta semicircular adossadas, do tipo “torres ocas”, separadas do paramento norte do muro por um corredor.

Os resultados destes trabalhos, se não desmentem uma ocupação pré-romana no local, também não permitem confirmar taxativamente a existência de um *oppidum*, já que aquelas estruturas, tidas como “bastiões” e “muralhas”, podem ter tido outra função que não a de defesa³⁹². Relativamente ao substrato indígena descobriram-se somente estruturas de planta circular, oblongas, subcirculares e os respectivos buracos de poste ou bases de assentamento dos mesmos, bem como alguns artefactos descritos apenas como olaria de fabrico manual, raros fragmentos de cadinhos em barro, contas oculadas, entre outros. Também a existência de um edifício de planta circular, no sector I, serviu para reafirmar a existência de um fundo pré-romano no local. Foram estes dados que

³⁸⁹ Souto, 1942, 321-322.

³⁹⁰ Vaz, 1983 e Silva *et* Barata, 2006.

³⁹¹ Madahíl, 1941.

³⁹² Silva, 1999 e Silva, 2002.

permitiram tomar esta estação arqueológica enquanto a localização mais aceite para a cidade pré-romana referida nas fontes, mesmo considerada por Carlos Fabião³⁹³.

Do referido trio de investigadores, Sousa Baptista procurou defender a localização do episódio de conquista de Talábriga no Vouga através de uma minuciosa análise das fontes clássicas. Sublinhou a evidente integração do *oppidum* na esfera de influência dos Brácaros e a sua localização entre Sul do Douro e Norte do Tejo, com base no passo «*Deinde trajecto Durio flumine (...)*». Assim, Apiano, antes da travessia do Douro, referiu³⁹⁴ que Bruto oprimiu os vários *oppida* indígenas que encontrou, retrocedendo³⁹⁵ a Talábriga por esta se rebelar com frequência³⁹⁶.

Sousa Baptista não ignorava a epígrafe de Estorãos, que será abordada posteriormente. Aceitando as tradicionais datações, de séc. II ou III d.C., atribuídas ao monólito, assumiu que a afirmação, no epitáfio, à existência de um talabriguense naquela região era a prova de que essa cidade não se localizaria aí. Rematou com o nível de romanização que o Ocidente peninsular já teria nesse momento, o que facilitaria a movimentação das populações por todo o império romano: «Já no seu tempo iam espanhóis para Roma governar o Império».

A nível historiográfico, a década de 40 foi o auge e, simultaneamente, o fim da investigação sobre Talábriga. Rocha Madahíl afirmou que: «não é com transcrições, sejam de quem forem, que a Esfinge falará; há-de ser pela sondagem directa das suas entranhas, e pelo indispensável estudo complementar do seu espólio trazido para a luz do dia»³⁹⁷. E, de facto, as opções consideradas como Talábriga, que foram levantadas ao longo dos séculos, aos poucos esgotaram-se, devido, sobretudo, às sucessivas e cada vez mais metodologicamente avançadas intervenções arqueológicas. Falta sobretudo uma monografia que compile os trabalhos realizados em torno do Vouga, a informação é dispersa e os trabalhos arqueológicos nem sempre tomam o rumo propício a responder ao leque de questões que a localização de uma cidade pré-romana coloca.

Talábriga límica

As fontes para a identificação de uma Talábriga na região do Lima são muito escassas. Numa primeira análise, Apiano, a única fonte escrita que transmite essa

³⁹³ Mattoso coord., 1997, 206.

³⁹⁴ App. *Hisp.* 71

³⁹⁵ App. *Hisp.* 72

³⁹⁶ Baptista, 1948.

³⁹⁷ Madahíl, 1941.

informação³⁹⁸, é dúbio sobre a localização da Talábriga rendida a Bruto. Informa somente que o episódio se dá após a chegada ao rio *Nimis* e que a rebelião daquela cidade é comum. Posto isto, relativo a esta fonte, só se pode concluir que Décimo Júnio Bruto chegou a Talábriga, submetendo-a, e, após a sua passagem voltou a rebelar-se, forçando o cônsul a agir. Ora, o território que percorreu até à chegada da cidade nunca é referido, nem temos indicação se os eventos ocorreram segundo uma ordem cronológica.

As evidências epigráficas surgem como os únicos indícios que remetem para uma localização hipotética em torno do rio Lima. Em 1902, na freguesia de Estorãos (Ponte de Lima), foi descoberta uma ara romana nas fundações da igreja paroquial, cujo texto tem sido transcrito como:

- *Camala • Ar/qui • f(ilia) • Tal/abrigen/sis • Genio • T/iaurauceai/co v(otum) • s(olvit) • l(ibens) • m(erito)*³⁹⁹

A dedicatória de Camala, cuja origem é *Talabrigensis*, ao génio Tiaurauceaico poderia sugerir a possibilidade de uma Talábriga na região onde foi descoberta. Todavia, se considerarmos a existência de dois topónimos com esta designação, a existência de uma Talábriga no local da descoberta da epígrafe parece tão improvável quanto o transporte desta inscrição desde o Vouga até ao Lima. Assim, afirmar com segurança a existência desta comunidade é arriscado, para além de que a sua integração na construção da igreja de Estorãos, datada do séc. XVII, impossibilita uma contextualização e a, conseqüente, dedução da sua origem. Acrescenta-se, então, uma questão sobre a proveniência da dedicante: não poderá Camala ser originária da Talábriga do Vouga? Relembramos as palavras de Félix Pereira quando afirmou que, a referência à origem da dedicante, apenas faz sentido se estivesse deslocada da sua origem.

Do ponto de vista epigráfico, por muito ténues que sejam, há mais indícios que poderão sustentar uma Talábriga límica. Veja-se as seguintes epígrafes, provenientes da área de Rio Tinto (Huelva):

- - - - - -/[b]rigensis / annorum XXX / h(ic) s(it-) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)
- *Sutrio / Calei f(ilius) / [T]alabrig(ensis) an(norum) XXX*⁴⁰⁰

³⁹⁸ App. *Hisp.* 12.

³⁹⁹ Pereira, 1907, 38.

⁴⁰⁰ CILA I, 42.

- *Fuscus / Fucini / Talabrig(ensis) / an(norum) XXII / h(ic) s(itus) e(st)*⁴⁰¹

Este conjunto epigráfico em nada garante uma relação com a cidade pré-romana das campanhas de Décimo Júnio Bruto, mas aponta para uma localização geográfica aproximada para os gentílios destes indivíduos, como adiante se verá. Por outro lado, a tradição mineira da bacia do Lima⁴⁰² poderá ter originado movimentos demográficos que justifiquem a presença dos talabriguenses em Rio Tinto (Huelva). Porém, a mesma situação foi documentada no percurso do Vouga⁴⁰³, embora com especial incidência no interior.

Foi em El Repilado (Jabugo, Huelva), também num contexto mineiro, que surgiu a única prova de uma Talábriga límica:

- *Anceitus Vaccei f(ilius) Limi/cus D|(castellum) Talabriga an(norum) / XXX h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) [F]lavus Aquilus frater / suus et Talavius Cloutius / Cloutai f(ilius) et Urtienus / Turdae f(ilius) et fratres eius / [f]aciendum curaveru[nt] / ob m(erita) eius*

Plínio-o-Velho atesta o povo Límico, quando refere as *civitates* presentes no território brácaro⁴⁰⁴. A existência de um *castellum*⁴⁰⁵ como nome de *Talabriga* entre os Límicos, situado na Bacia do Alto Lima, apoia-se na informação proporcionada por um diverso conjunto epigráfico⁴⁰⁶: em primeiro lugar, neste último testemunho; mas também no facto de os Talabrigenses anteriormente referidos (atestados na zona mineira de Riotinto) todos eles terem, verosimilmente, uma origem límica – tenha-se em conta que a presença de outros *Limici* nesta região se encontra bem atestada⁴⁰⁷; por fim, a ara de Estorãos, comporta uma *Talabrigensis*, sendo muito provável que esse indicador de origem se reporte a este mesmo *castellum*. Contudo, a localização do referido *castellum* é ainda incerta, mas deve seguramente procurar-se no território atribuído à *civitas Limicorum*, que engloba o Alto Vale do Lima.

⁴⁰¹ CILA I, 33.

⁴⁰² Entre Vila Mou e Lanheses, segundo Moreira, 1982, 46.

⁴⁰³ Martins, 2008, 46.

⁴⁰⁴ Plin. *HN*. 3. 4.

⁴⁰⁵ Identificado pelo “C” invertido.

⁴⁰⁶ Guerra, 1998, 498-499 e Albertos Firmat, 1975, 45.

⁴⁰⁷ Guerra, 1998, 498-499.

Com base em estudos filológicos, diversos autores⁴⁰⁸ têm sugerido a zona de Estorãos para a implantação de Talábriga. Do ponto de vista linguístico, *Talabriga* permite a separação dos elementos *tala-* de *-briga*. Segundo as investigações de meados do séc. XX, dos linguistas Abert Dauzat e Bertoldi⁴⁰⁹, *tala-* poderá identificar-se com “terra argilosa”, enquanto o conhecido sufixo toponímico *-briga* remeteria para “elevação, castro”. Moreira⁴¹⁰ recorreu a estes elementos para argumentar a presença de Talábriga entre Vila Mou e Nogueira, por esta região ser constituída por terrenos de argila e xisto.

Poucos são os casos em que os estudos linguísticos conseguem oferecer segurança nas propostas que avançam, como é o caso de *tala-*. Por outro lado, a ligação entre a origem céltica do radical *-briga* e a correlação com os povoados fortificados em altura da Idade do Ferro e Romanos tem vindo a ser sucessivamente comprovada. Na Península Ibérica estão atestados 89 topónimos desta natureza, e variantes, embora não se tenha conhecimento da localização da totalidade⁴¹¹. A sua extensão é ainda maior, veja-se a dispersão de radicais *-briga* pela actual França e Reino Unido. De facto, este conjunto toponomástico é geralmente tomado como um traço caracterizador da realidade linguística céltica, sendo a sua distribuição um dos indicadores mais significativos para a definição espacial deste grupo cultural. Apesar das diversas ligações que ao longo do tempo os autores tentaram fazer entre esta toponímica com as migrações célticas⁴¹², a persistência de implantações romanas (tardias até) com este radical despromoveu as teorias⁴¹³.

Todavia, segundo a base de dados Endovélico (DGPC), no único sítio arqueológico identificado na Freguesia de Vila Mou (CNS: 3086), actualmente Torre e Vila Mou, não foi realizado qualquer trabalho arqueológico. Os únicos vestígios (de superfície) em que os autores se basearam para identificar este local com Talábriga são inscrições votivas e «alguns fustes de colunas, que poderão ser de época visigótica, visto que se acharam capitéis e pedras lavradas desse período»⁴¹⁴. Manuel António Fernandes

⁴⁰⁸ Almeida (1983, 986-987), embora apresente argumentos filológicos não sugere nenhuma região como hipótese para a localização da Talábriga límica. Fernandes (1978, 568-569), acrescenta Talavera de la Reina como argumento para o significado do radical *-tala* significar barro, já que essa cidade espanhola é conhecida pela sua produção de cerâmica.

⁴⁰⁹ *Apud* Moreira, 1982, 47.

⁴¹⁰ Moreira, *op cit.*

⁴¹¹ Albertos Firmat, 1990, 145.

⁴¹² Período de La Tène.

⁴¹³ Guerra, 1998, 687.

⁴¹⁴ Segundo a descrição da base de dados.

Moreira, defendeu a existência de uma cidade em Vila Mou, situada numa pequena elevação, denominada popularmente por «monte da cidade ou monte dos Mouros»⁴¹⁵. Assentou a sua teoria na referida epígrafe de Estorãos, cuja localização fica a cerca de uma dezena de quilómetros do local arqueológico, e na presença de «estruturas defensivas, pedras lavradas a jeito de silharia de pequenas dimensões, fragmentos de cerâmica micosa e de fabrico rudimentar, mós manuais, trituradores de metais»⁴¹⁶, entre outros. É problemática a ausência de escavações ou de registos dos materiais que tantas vezes são utilizados como argumentos definidores de uma realidade tão incerta e contestada⁴¹⁷. A própria ara, datada do Baixo-Império, não permite uma relação entre o local e Bruto.

Um outro indício que Moreira levantou para a questão foi a descoberta de uma estátua de um guerreiro lusitano-galaico na Freguesia do Meixedo. Identificou o apelido «*Corocaudi*» presente, comumente aceite nas leituras, como indígena e apostou na criação deste estilo de monumentos em memória dos soldados comemorados durante as campanhas da ocupação romana⁴¹⁸. Desconhece-se o contexto arqueológico com o qual se relaciona a escultura, referenciada desde o séc. XV. Armando Redentor apresentava como credível a possibilidade de provir da Citânia de Santa Luzia, atendendo à sua dimensão e posicionamento regional, aspectos que facilmente lhe conferem o estatuto de lugar central. Além disso, a pequena dimensão dos povoados mais próximos de Meixedo, nomeadamente o de Vilar de Murteda e o de Amonde, inviabilizava uma relação a qualquer um deles. Se a própria inscrição tem caracteres e onomástica latina, relacioná-la com uma realidade pré-romana, numa fase em que a romanização do Noroeste peninsular era tão precoce, prevê-se falacioso⁴¹⁹.

Todas estas considerações não podem ser consideradas válidas para fazer corresponder um antigo *castellum Talabriga* ao lugar de Estorãos ou às suas proximidades. Claramente, ao indicar a sua origem, a dedicante da ara sublinha a sua condição de forasteira. Como se disse, proviria de um território que se situava no curso do mesmo rio, mas bastante mais a montante.

⁴¹⁵ Moreira, 1982, 45.

⁴¹⁶ *Ibidem*.

⁴¹⁷ Argumentos estes que Araújo (1962, 5) resume em citações de autores antigos, e pedras de fortificações e casas castrenses.

⁴¹⁸ Redentor, 2008, 196-203. Coloca-se, assim, a questão: será Talábriga a proveniência da estátua e o objectivo de esta comemorar uma das afamadas rebeliões contra os romanos?

⁴¹⁹ Para não dizer inexistente, a nível linguístico. Relembre-se as inscrições, ditas, lusitanas de Arroyo de la Luz (em Cáceres), Cabeço das Fráguas (na Guarda), Lamas de Moledo (Castro daire) e Arronches (Portalegre), entre outras.

A relação entre o rio Lima e a campanha de Décimo Júnio Bruto não se esgota, no entanto, nas questões em torno de Talábriga. O general é célebre nas fontes clássicas por ter sido o primeiro romano a atravessar o Rio do Esquecimento. Seguem-se os autores que retrataram este episódio e a subsequente análise destas narrativas.

VI

LETHES, TOPOS LITERÁRIO?

Entre o mito e a realidade

«Quando Decimo Junio Bruto andava em guerra na Galecia, aconteceu que, ao chegar com os soldados ao rio Limia, hoje *Lima*, estes não quiseram passar para o outro lado, sendo preciso que elle próprio arrancasse o estandarte das mãos do signífero e o levasse para a margem oposta, só assim os persuadindo a fazerem a travessia. [...] Em que é que consistia a superstição? Porque é que os soldados receavam atravessar o rio?»⁴²⁰

Partindo de uma tradição, considerada indo-europeia, os rios foram tidos na Antiguidade como sagrados, com frequência envoltos em lendas e superstições⁴²¹. A lenda em torno de um rio do Esquecimento apresenta-se como uma das narrativas mais generalizadas nas mitologias da Antiguidade. No caso concreto do mundo greco-romano, o *Lethes* surge citado por diversas fontes⁴²², sendo unânime que este curso de água era não só um rio do submundo associado ao esquecimento, mas também a sua correspondente entidade divina⁴²³. Assim, as almas dos mortos beberiam das suas águas para esquecer as memórias da sua vida terrestre. Segundo alguns autores clássicos, as margens delimitariam a fronteira entre o domínio de Hades e os paradisíacos Campos Elísios. A entidade divina representante de *Lethes*, por vezes, aparece associada a uma *daimona*⁴²⁴, a personificação do esquecimento, e o seu parentesco, enquanto filha de Éris, é revelado na *Teogonia*⁴²⁵.

Apesar das diversas alusões a rios com propriedades mágicas desta natureza, também na Península Ibérica os autores invocam o mito para explicar ocorrências históricas. Nas suas crónicas, Pedro de Medina procurou explicar a origem do hidrónimo Guadalete, recuando aos tratados que promoviam o esquecimento dos conflitos entre os habitantes das suas margens, gregos e cartagineses. Todavia o interesse desta narrativa

⁴²⁰ Vasconcelos, 1905, 225.

⁴²¹ Alonso Romero, 2004.

⁴²² E. g.: Paus. 9. 39.3. Na descrição da Grécia, por Pausânias, o autor descreve um ritual dos mistérios de Trofónio que envolve o beber das águas dos rios *Lethes* (Esquecimento) e *Mnemosyne* (Memória). Virgílio (*Aen.* 705 ss.) relata, sob forma de poema, a saga de Eneias e, neste passo em concreto, o seu contacto com o rio *Lethes*.

⁴²³ Os outros quatro rios do submundo seriam Estige, Aqueronte, Flagetonte e Cócito. Pinheiro, 2011, 437.

⁴²⁴ Vide Weinrich, 2005.

⁴²⁵ Em Hes. *Theog.* 227. presume-se que a paternidade pertença a Oceano, tal como dos outros rios.

centra-se nos relatos clássicos da campanha de Décimo Júnio Bruto e a sua travessia deste rio do Esquecimento, que em nada corresponde a uma realidade hidrográfica do Sul peninsular⁴²⁶.

O hidrónimo galaico *Limaia* foi introduzido nas línguas clássicas sob a forma de *Λήθη*, no caso grego, e *Oblivio*, no caso latino. Alguns estudos desenvolvidos no campo da linguística têm considerado, para este hidrónimo galaico-lusitano, uma raiz indo-europeia compatível com essa correspondência⁴²⁷. Nesse sentido, para Krzysztof Tomasz Witczak, *Limaia* seria um claro exemplo de tradução da designação autóctone para os idiomas grego e latino⁴²⁸. É relevante referir as três formas se conservaram através da literatura, culminando, actualmente, na expressão “Rio do Esquecimento”.

Manifestamente, pouco se conhece das línguas do Ocidente hispânico, estando representadas em escassas epígrafes, que expressam um conjunto de nomes transmitidos, e nos textos clássicos⁴²⁹. Discute-se a sua possível relação com um núcleo céltico, sem que haja um consenso a esse respeito⁴³⁰.

Quando se trata de averiguar a origem etimológica de *Limaia* algumas propostas se alinharam, entre elas a de Witczak, acima referida. O autor afirma que o fonema indo-europeu **gh* transformou-se em *h* na língua lusitana, veio-se a extinguir, processo que teria também ocorrido em diversas línguas indo-europeias. Witczak defendeu uma continuação, neste registo, da raiz **ghleim-* «esquecer» em **leim-* «inundar, transbordar, afogar». A garantia da autenticidade de determinada forma onomástica, transmitida pelas fontes clássicas, deve partir de alguns pressupostos, tais como a uniformidade do hidrónimo nas diversas populações locais e a captação correcta pelos indivíduos, que, por sua vez, transmitiram as culturas exógenas portadoras de línguas diferentes. Consequentemente, importa que a tradição literária de longa duração procure a transição para uma forma equivalente na sua língua e que os valores fonéticos perdurem dentro dos sistemas em que o nome circula.

Entre as alternativas a esta interpretação destaca-se a que considera esta designação como uma derivação da raiz indo-europeia **lei-m-* «inundar, transbordar, afogar», a qual estaria conservada nos idiomas célticos⁴³¹, em tocário (e.g.: *A lyam*, B

⁴²⁶ Vide Medina, 1590, 139.

⁴²⁷ **ghleim-* «esquecer».

⁴²⁸ Witczak, 2003, 357.

⁴²⁹ Estes estudos encontram-se compilados e revistos, em contexto de dissertação, por Miguel (2013).

⁴³⁰ Guerra, 1998, 836.

⁴³¹ E.g.: galês *llif* «fluxo, inundação»; bretão médio *livat* «inundação»; cónico *lyf* «transbordo»; < célt. **līmos*, comp. bret. *liñva* «inundar, afundar»; entre diversos outros exemplos. Vide Pokorny, 1959.

lyäm «lago» < **limen-*), em grego (gr. *λιμήν* m. «doca, porto», originalmente «lago»; *λίμνη* f. «água estanque, pântano») e em albanês⁴³² (*lumë, lumenj* m. «Rio» < **limen-*). Assim, a partir desta raiz comum, teriam surgido numerosos hidrónimos ainda linguisticamente observáveis no mundo indo-europeu, tais como: o rio *Lim*, na Herzegovina, o rio *Limene, Limine*, os lagos *Liminas* e *Liminelis*, na Lituânia⁴³³, e o lago *Limajno* (*Lymaio* em prussiano antigo)⁴³⁴. Todos estes representariam cursos de água que, normalmente, transbordam na Primavera, o que daria uma justificação semântica a esta interpretação.

Genericamente falando, as fontes escritas que hoje nos servem como base para os registos toponímicos e geográficos paleo-hispânicos não foram redigidas por autores que conheceram directamente o mundo ibérico, em especial o Ocidente. No essencial, limitaram-se a reproduzir, com alguma fidelidade, os termos transmitidos pelas *auctoritates*⁴³⁵. Estas fontes são, acima de tudo, agentes retransmissores da informação cuja capacidade de indagação, correcção e adição de dados é limitada. Relativamente a uma realidade hidrográfica ocidental, seguem-se as fontes antigas que, de alguma forma, a retratam.

Na sua descrição geográfica da Península Ibérica, Estrabão citou três nomes para o mesmo rio: o grego *Lethe* (*Λήθη*), o lusitano *Limaia* (ac. sg. *Λιμαία*) e Belio (ac. sg. *βελιωνα*), que parece uma corrupção da denominação latina *Oblivio* (ac. sg. *Oblivionem*)⁴³⁶. É também credível a leitura *οβλιουιωνα* (*Oblivion*). Logo no passo seguinte, Estrabão procurou explicar a origem do nome do rio do Esquecimento através da narração da expedição militar dos Celtas e Túrdulos até ao rio Lima (*Λήθη*), onde, após uma revolta, o seu líder faleceu, o que levou à debanda e fixação do grupo nessa mesma região⁴³⁷.

Tito Lívio referiu a travessia do rio por Décimo Júnio Bruto e pelas suas tropas, as quais não o quiseram seguir até este ter tomado a iniciativa, de *signum* em punho. A acção decorre após a fundação de Valência e a submissão das cidades lusitanas, num percurso delineado até à chegada ao Oceano. Aqui o Rio do Esquecimento é denominado de *Oblivionem* (ac. sg.)⁴³⁸.

⁴³² Embora também se possa considerar uma derivação do latim *flūmen*. Vide Meyer, 1891, 251.

⁴³³ Vide Vanagas, 1981, 191.

⁴³⁴ Witczak, 2003, 358.

⁴³⁵ Guerra, *ibidem*, 147-148.

⁴³⁶ Str. III. 3. 4.

⁴³⁷ Str. III. 3. 5.

⁴³⁸ Liv. *Epit. Per.* 55. 10.

Plutarco, na obra *Quaestiones Romanae*, procurou justificar alguns dos costumes romanos, na sua maioria do foro religioso. O autor referiu o Rio do Esquecimento, sob a forma de *Lethes* (*Λήθης*), ao explicar porque Décimo Júnio Bruto costumava realizar as suas preces e oferendas aos mortos em Dezembro, ao invés de Fevereiro. A invocação do rio tem o propósito de levar o leitor a recordar a qual dos Décimo Bruto o autor se referia⁴³⁹.

Também Lúcio Aneu Floro deu o seu contributo. No seguimento da enumeração dos povos ibéricos, submetidos, e dos romanos, que os submeteram, indicou a subjugação dos celtas, lusitanos e povos galaicos por Décimo Júnio Bruto. Acrescentou o Rio do Esquecimento (*flumen Oblivionis*) às conquistas do cônsul romano, referindo em especial o receio que os soldados romanos tinham deste⁴⁴⁰.

Apiano narrou as incursões romanas encabeçadas por Décimo Júnio Bruto como forma de supressão das guerrilhas indígenas, as quais, por sua vez, emulavam o guerrear e as façanhas de Viriato. O autor clássico avançou que o território destes povos compreendia o Tejo, o Letes (*Λήθης*), o Douro e o Bétis⁴⁴¹. No passo seguinte, depois de atravessar o Douro, tendo levado a guerra e tomado reféns aos locais, Bruto atravessou o Lete (*Λήθην*), sendo o primeiro romano a realizar tal façanha⁴⁴².

Pompónio Mela, na obra *De Chorographia*, registou algumas notas geográficas sobre a Península Ibérica. Aqui, descreveu o território dos povos celtas afirmando que os Gróvios habitavam, a partir do Douro, toda a costa, que incluía os rios Ave, Cávado, Neiva e Minho, de Sul para Norte, deixando para o final o Límia. No entanto, é o cognome do Límia que sobressai numa atenta observação, pois o autor acrescentou que também era conhecido por Esquecimento (*cui oblivionis cognomen est Limia*)⁴⁴³.

Plínio-o-Velho, na obra *Naturalis Historia*, lançou alguns dados interessantes sobre o assunto. Primeiro, enumerou as *civitates* tributárias dos Brácaros, nas quais incluiu o sugestivo povo dos Límicos⁴⁴⁴. De seguida, descreveu o território do Noroeste hispânico, citando o Lima antes do Douro⁴⁴⁵. Por último, procurou corrigir os erros a

⁴³⁹ Plut. *Mor. Quaes. Rom.* 34.

⁴⁴⁰ Flor. I. 33. 17. 12.

⁴⁴¹ A narrativa de Estrabão (III. 3. 4.) relaciona este hidrónimo com o conhecido rio da Bética. É possível que, no caso de Apiano, esta denominação se reporte ao rio que muitos autores actuais consideram ser o *Minus*, ou Minho (Guerra, 1998, 323-324).

⁴⁴² O cônsul romano foi, erradamente, apelidado por Plutarco de Sexto Júnio Bruto. App. *Hisp.* 71. e App. *Hisp.* 72.

⁴⁴³ Pomp. III. 1. 10.

⁴⁴⁴ Plin. *HN.* 3. 28.

⁴⁴⁵ Plin. *HN.* 4. 112.

respeito de rios célebres⁴⁴⁶. Concretamente, citou Varrão para distanciar duzentas milhas entre o Minho e rio Emínio. Todavia, mencionou que para outros autores, que Plínio não especificou, tanto o hidrónimo de Emínio como a sua localização estão mal registados, tratando-se do rio Lima (*Limaeam*), o do Esquecimento (*Oblivionis*), associado a muitas e antigas lendas⁴⁴⁷.

Numa curta referência, Ptolomeu mapeou o território dos galaicos bracarense, inserindo a foz do rio *Limíios* (*Λιμίων*) neste, mas também apresentando as respectivas coordenadas⁴⁴⁸.

Por último, Sílio Itálico retratou as Guerras Púnicas, sob a forma de poema, mencionando a riqueza dos rios do Ocidente hispânico, concretamente o Tejo, o Douro e o rio do território dos Grávios, conhecido por infligir o mesmo esquecimento que o *Lethe* do submundo⁴⁴⁹. Num outro passo foi narrada uma competição entre jovens militares, um dos quais, *Theron*, ficaria famoso por ter bebido das águas do esquecimento, oriundas do *Lethe*⁴⁵⁰.

⁴⁴⁶ Plin. *HN*. 4. 115.

⁴⁴⁷ Guerra, 1995, 88-89.

⁴⁴⁸ 5°30' Este e 43°15' Norte. Ptol. *Geog.* II. 6. 1.

⁴⁴⁹ Sil. *Pun.* I. 235-236.

⁴⁵⁰ Sil. *Pun.* XVI. 476-477.

	Lusitano(?)	Latino	Grego
Estrabão	<i>Limaia</i> (Λιμαΐαν)	<i>Bélion</i> (βελιῶνα) ou <i>Oblivion</i> (οβλιουιῶνα)	<i>Lethe</i> (Λήθη)
Tito Lívio		<i>Oblivionem</i>	
Plutarco			<i>Lethes</i> (Λήθης)
Floro		<i>oblivionis</i>	
Apiano			<i>Lethes</i> (Λήθης) e <i>Lethe</i> (Λήθην)
Pompónio Mela	<i>Limia</i>	<i>obliuionis</i>	
Plínio	<i>flumen Limia</i> e <i>Limaeam</i>	<i>Obliuionis</i>	
Ptolomeu	<i>Limíios</i> (Λιμίιον)		
Sílio Itálico		<i>oblivia Lethe</i>	

Tabela 3 Quadro síntese dos autores e das suas referências ao Rio do Esquecimento. A cinzento as fontes que mencionam Décimo Júnio Bruto

Hidronímia

O mito associado ao *Lethes*, o “rio do Esquecimento” tem vindo a ser associado a realidades hidrográficas actuais no Ocidente peninsular. No entanto, segundo Amílcar Guerra, um processo, não muito complexo, levou à errada identificação com o rio Lima, resultante na afinidade fonética entre um outro hidrónimo pré-romano (**Letia*, correspondente ao actual Leça) e a realidade mitológica do submundo greco-romano⁴⁵¹.

A análise que aqui se realizou às fontes, permitiu inferir cinco realidades geográficas distintas, às quais se pode, a umas mais que outras, tecer uma ligação ao Rio do Esquecimento. Vejamos, então, os argumentos que sustentam cada hipótese.

Tal como já foi observado, Plínio-o-Velho afirmou que o rio *Aeminus* se distanciava, segundo Varrão, duzentas milhas do Minho. Contudo, Plínio refere igualmente que muitos autores pensavam que *Aeminus* era na verdade o Lima, o Rio do Esquecimento⁴⁵². Esta identificação reveste-se de especial interesse, uma vez que, no processo de transferência deste hidrónimo, *Minus* é o único com o qual se encontram afinidades. Todavia, após avaliado o claro exagero que Plínio atribui às distâncias,

⁴⁵¹ Guerra, 1996.

⁴⁵² Plin. *HN*. 4. 115.

conclui-se que o autor se referia ao *Munda*, actual Mondego, onde se encontra o topónimo de igual designação, *Aeminium*⁴⁵³. A representação deste nome encontra-se também no orónimo clássico da Serra da Estrela, *Mons Herminius*, que García y Bellido considerou uma deturpação de *Mons Aeminus*⁴⁵⁴. Assim, é difícil de aceitar a existência de uma designação aplicada a três realidades distintas, sendo preferível considerar a forma *Herminius* como correcta, com base nas fontes medievais que designam os montes de *Hermenio* e *Ermio*⁴⁵⁵.

Estrabão, na obra *Geografia*, identifica uma série de termos aplicados à mesma realidade, das quais se destaca *Bélion*⁴⁵⁶. Desde as edições da obra, realizadas no séc. XIX, que se começou a sugerir a transcrição para *Obelión*, tratando-se, assim, da corrupção do latim *Oblivio*⁴⁵⁷. Posteriormente, Adolf Schulten procurou defender existência de um hipotético hidrónimo *Obelión*, constituído com um prefixo, de origem ibérica, *o*, à imagem do topónimo *Olisipo*. Desta forma, o autor alemão viu nesse hidrónimo a raiz latina *Oblivio*, e conseqüente tradução para *Lethes*⁴⁵⁸. Esta aproximação explicar-se-ia quer pela afinidade linguística, quer pela longa tradição mitológica em torno deste conceito.

Mendes Correia também interveio nas questões em torno deste hidrónimo. Para o investigador português tratava-se de uma raiz largamente empregue na Hispânia, dando como exemplos o rio *Belon* (na Bética), os topónimos *Belo*, *Belleia*, *Bilbilis* e *Belgeda*, e o povo celtibérico dos *Belli*. Correia recorreu ainda ao teónimo *Endovelico* para justificar uma raiz comum, **vello* (bom), reconhecendo nele “uma origem hispânica, celtibérica, muito remota”⁴⁵⁹. Amílcar Guerra acrescentou que a origem do hidrónimo *Belion* poderá estar interligada ao Antela, outrora conhecido por Beón. Este lago, de onde parte o rio Lima, pode ter estado na génese do hidrónimo, tendo sido aplicado a outra parte do curso de água⁴⁶⁰.

⁴⁵³ Guerra, 1995, 81

⁴⁵⁴ García-Bellido, 1987, 249.

⁴⁵⁵ Alarcão, 1988a, 42.

⁴⁵⁶ Str. III. 3. 4.

⁴⁵⁷ Nomeadamente a de Karl Müller, Friedrich Dübner e Ambrosio Firmin Didot.

⁴⁵⁸ Schulten, 1963, 85.

⁴⁵⁹ Correia, *ibidem*, 4.

⁴⁶⁰ Guerra, *op. cit.*

Os termos *Limia*⁴⁶¹, e as suas variantes *Limaeda*⁴⁶², *Limaida*⁴⁶³ e *Limíós*⁴⁶⁴, considerados de origem indígena, são difíceis de explicar. No princípio do séc. XX, José Leite de Vasconcelos aceitou que este nome tinha o significado, em língua indígena, de “Esquecimento” e seria este o único nome que o rio teve durante a Antiguidade, radicando neste todas as restantes ocorrências⁴⁶⁵. Assim, compactuou com as teses dos editores que pretendiam ver em *Beliona*, do texto de Estrabão, um eventual *Obliviona* e excluiu a designação *Lethes*, que seria o resultado da tradução literal do latim para grego.

A narrativa de Plínio-o-Velho é particularmente interessante na análise deste hidrónimo, uma vez que o autor clássico apresenta em duas passagens relativamente próximas duas designações diferentes para a mesma realidade. Todavia, é a primeira versão aqui apresentada que parece ter-se mantido nos cânones, justamente pela sua utilização na documentação medieval e pelo infixos *-i-*, cuja utilização é corrente no latim⁴⁶⁶.

Como já foi aqui observado, estas designações de cariz indígena relacionam-se com um grande grupo de hidrónimos e locais, pertencentes a um espectro indo-europeu. Amílcar Guerra identificou um dos principais problemas na comparação entre as diversas realidades⁴⁶⁷. Este reside na existência de três raízes capazes de justificarem uma boa parte dos nomes deste conjunto: **lem-* «veado»; **lem- / *lim-* «olmo»; e **lim-* «pântano». Partindo dos exemplos já enunciados, a terceira hipótese vai ao encontro de Johannes Hubschmid que, igualmente, recorre a uma ascendência de **lei-* «verter-se, fluir» para confrontar com o galês *llif* «fluxo, inundação» <**limo-*⁴⁶⁸.

A relação entre o mítico *Lethes* e o seu homónimo ibérico foi evidenciada por Emílio Hübner, na obra *Monumenta Linguae Ibericae*, onde defendeu a existência de um hidrónimo que provaria a aplicação do termo grego⁴⁶⁹. Hübner concluiu que ao hidrónimo ter-se-ia deduzido o *-h-* presente no rio mítico a partir dos *Fragmento* de Salústio, nos quais o autor clássico afirmou a existência de um *Lete oppidum*⁴⁷⁰. Contudo, tal como

⁴⁶¹ Pomp. III. 1. 10. e Plin. *HN.* 4. 112.

⁴⁶² Plin. *HN.* 4. 115.

⁴⁶³ Str. III. 3. 4.

⁴⁶⁴ Ptol. *Geog.* II. 6. 1.

⁴⁶⁵ Vasconcelos, 1905, 231.

⁴⁶⁶ Guerra, 1996, 153.

⁴⁶⁷ Guerra, *idem*, 154.

⁴⁶⁸ Hubschmid, 1960, 490.

⁴⁶⁹ Hübner, 1893, LXXXV et XCI.

⁴⁷⁰ Sall. *Hist.* 1. 133 «*Apud Lete oppidum*» e Sall. *Hist.* 1. 134 «*Repulsus a Lete oppido quoi nomen oblivionis condiderant*».

Leite de Vasconcelos argumentou, a informação presente nos *Fragmentos* encontra-se desprovida de qualquer contextualização ou âmbito geográfico⁴⁷¹.

Apesar de pouco terem de recentes, as últimas leituras desta questão hidronímica, à excepção de Amílcar Guerra, não têm analisado os fragmentos de Salústio nem a argumentação de Hübner, relativa à ideia de que a forma *Lethes* recobriria um hidrónimo pré-existente⁴⁷².

Contudo, ainda na linha de pensamento de Hübner, e através do referido estudo linguístico de Amílcar Guerra, procurou-se provar que o nome não deveria ser *Letes*, mas sim, possivelmente, *Letia* ou *Laetia*. A sua argumentação baseia-se, essencialmente: no conjunto de sufixos *-io* / *-ia* presentes na hidronímia ao longo da faixa Ocidental peninsular; na documentação medieval, onde o rio é citado como *Letia/Laetia* ou, ainda, *Leza*, sendo a *Epistula de Expugnatione Olisiponis*, o que parece corresponder a uma excepção⁴⁷³. Hubschmid também tratou este ponto, preferindo considerar que estas propostas remontariam a um *Lecia*, com base no *flumen Licii*, actual Lez (Drôme)⁴⁷⁴. É possível, também, criar paralelos com o antigo hidrónimo *Laetia*, na actual Bélgica, e com um dos afluentes do Ebro, a Oeste do território dos *Berones*⁴⁷⁵.

Por último, uma outra evidência de uma possível relação do *Lethes* com um povoamento surge sob a forma de epígrafe. No achado proveniente de Braga pode-se ler *Albur/a Cat/uronis / f(ilia) J(castellum) Leti/obri a/nn(orum) LXX / h(ic) s(ita) e(st)*⁴⁷⁶. Ora, desta leitura deduz-se a relação entre as variantes do hidrónimo aqui discutido e o *castellum Letiobri*. Esta associação parece pertinente, não fosse a presença do sufixo *-bris* e o seu paralelo próximo aos casos de *Avobriga /Avobriguenses*, cujos nomes são constituídos a partir do hidrónimo *Avus*⁴⁷⁷, um caso de tal.

Resta então observar as ocorrências de *Oblivio* e *flumen Oblivionis*. Estas, facilmente justificam-se a partir da tradução do grego *Lethes* para o latim, comportando consigo atributos que o mito lhe conferiu⁴⁷⁸.

⁴⁷¹ Vasconcelos, 1905, 231.

⁴⁷² Guerra, 1996, 154-155.

⁴⁷³ Documento, alegadamente, redigido por Osberno, relativo à conquista de Lisboa. O hidrónimo aqui discutido surge na forma de *Leticia*, tendo sido corrigido pelos editores para *Letia*. Vide David, 2001.

⁴⁷⁴ Aponta para esta tipologia de hidrónimos uma raiz **leik-* / **lik-* «torcer, arquear» (Hubschmid, 1960, 490).

⁴⁷⁵ Vide Angustias Villacampa, 1989, 32 et 37-39.

⁴⁷⁶ Segundo o autor: “Aqui jaz Albura, filha de Caturão, do castro Letiobri, com 70 anos”.

⁴⁷⁷ Actual rio Ave (Lambrino, 1959-1960).

⁴⁷⁸ Guerra, 1996, 156.

Exposto este conjunto de conjecturas sobre as várias designações do Rio do “Esquecimento”, é pertinente questionar a origem do mito. Porém, os dados que chegaram à actualidade não permitem afirmar taxativamente se estamos perante uma narrativa pré-romana transmitida posteriormente, ou terá sido a transposição de um *topos* clássico para o mundo ibérico.

O Lethes e a questão dos Turduli

À partida, observar uma narrativa que tem sido sistematicamente inserida num contexto sidérico de movimentações populacionais, parece descabido para as temáticas aqui abordadas. Todavia, como procurarei demonstrar, trata-se de um episódio de maior importância para os estudos em torno das campanhas de Décimo Júnio Bruto.

Para além da simples aplicação do complexo mítico à realidade hidrográfica do Noroeste peninsular, deu-se o desenvolvimento, na literatura clássica, de narrativas específicas que têm como base, invariavelmente, os perigos que implica ultrapassar o rio do Esquecimento. Estes episódios, por norma, remetem para um passado relativamente recente, no esquema geral do mito. Recorde-se o passo de Estrabão, que reporta uma migração para Norte dos Túrdulos e dos Célticos, razão pela qual estes povos, ao terem esquecido o caminho de regresso, se encontravam no Noroeste hispânico⁴⁷⁹. Associado a Estrabão, parece pertinente referir dois passos de Mela: no primeiro, foi afirmado que na costa subsequente ao *Promontorium Magnum* encontravam-se os *Turduli Veteres Turdulorumque oppida*⁴⁸⁰; enquanto, no segundo, se considerava que, do Douro até ao ponto extremo do Noroeste, era *totam Celtici colunt* «habitada pelos célticos em toda a sua faixa»⁴⁸¹.

Leite de Vasconcelos concluiu, do passo de Estrabão, que a superstição já estaria apagada um ou dois séculos depois da travessia de Bruto, pois já não seria necessária uma origem lendária para explicar o nome do rio, fazendo uma comparação anacrónica entre o papel mitológico e explicativo deste episódio para o povo romano e as lendas dos Mouros para os dias de hoje, que justificam certos topónimos⁴⁸².

É nestes passos de Estrabão e Mela que assenta a convicção, relativamente generalizada, de que em determinado momento sidérico houve uma migração de

⁴⁷⁹ Str. III. 3. 5.

⁴⁸⁰ Mela III. 8.

⁴⁸¹ Mela III. 9. Tradução em Guerra, 1998, 852.

⁴⁸² Vasconcelos, 1905, 229.

populações pertencentes aos Túrdulos e aos Célticos, cuja memória se encontrava envolta por uma narrativa mítica, mas incontestável. Esta informação tem sido interpretada de forma bastante literal no plano da interpretação histórica, também devido a contributos epigráficos e arqueológicos. Na análise deste episódio, a questão mais complexa que se levanta relaciona-se, intrinsecamente, com a cronologia dos eventos, para além da fiabilidade das fontes e da sua eventual interpretação.

Revistas as fontes escritas, não se podem considerar fictícias as suas narrativas. Estas referências dos autores antigos aos *Celtici* encontram-se corroboradas pelos registos epigráficos em El Bierzo (León), em Astorga (León), em Santa Colomba de Somoza (León) e em *Lucus Augusti* (Lugo), entre outros. Além destas, inscrições relativas aos *Turduli* surgiram no castro de Monte Murado ou na Nossa Senhora da Saúde (Pedroso, Vila Nova da Gaia), sob a forma de *tesserae hospitales*⁴⁸³.

Estes povos têm origem numa região conhecida na Antiguidade como Betúria, situada entre os rios *Betis e Anas*, porém, os célticos ocupariam igualmente algumas áreas a Oeste do *Anas*. O território da Betúria céltica situava-se na parte Sudoeste da actual província de Badajoz e a Norte de Huelva⁴⁸⁴, ocupando a bacia hidrográfica dos rios Ardila, Alcarrache e a margem esquerda do Guadiana⁴⁸⁵. Esta localização é confirmada pelas cidades célticas da Betúria, que, no séc. I d.C., Plínio havia inventariado⁴⁸⁶. Por outro lado, a Betúria túrdula situava-se a Este dos célticos, nos vales do Zújar, do Matachel e na margem Sul do Guadiana médio⁴⁸⁷. Javier Bermejo Meléndez procurou, recentemente, defender a importância estratégica destes territórios para os romanos nos primeiros momentos da conquista da Hispânia, devido à sua função de barreira contra os povos lusitanos e como núcleo regional de exploração mineira⁴⁸⁸.

Predominam os autores que, nos seus estudos sobre a migração de célticos e túrdulos da Betúria para o Noroeste, defendem que o episódio se deu como narrado por Estrabão, surgindo assim as comunidades dos *Praestamarci*, dos *Supertamarci*, dos *Neri*, dos *Artabri* e, em torno ao Douro, dos *Turduli*⁴⁸⁹.

Quanto à sua cronologia, alguns autores têm proposto, para o Noroeste peninsular, uma “celtização” progressiva, ou cumulativa, com génese num substrato do Bronze

⁴⁸³ Silva, 2015, 69.

⁴⁸⁴ Vide o mapa em Alarcão, 1988a, 16.

⁴⁸⁵ Rodríguez Díaz, 1993, 245.

⁴⁸⁶ Plin. *HN*. 3. 13-14.

⁴⁸⁷ Rodríguez Díaz, 1995, 221-222 et 232.

⁴⁸⁸ Bermejo Meléndez, 2013, 74.

⁴⁸⁹ García y Bellido, 1951, 494-495 e Alarcão, 1992a, 344.

Atlântico, embora admitam a dificuldade em detectar migrações no registo arqueológico⁴⁹⁰.

González Ruibal, consciente da dificuldade em estabelecer uma cronologia bem definida, supôs que a migração ocorreu nalgum momento da II Idade do Ferro, entre os séc. V e II a.C., alertando, todavia, para o facto de no final desse período se terem iniciado vários fluxos de populações, provocadas pela conquista romana⁴⁹¹. Manuel Salinas de Frías, arriscou uma cronologia concreta, entre 89 e 49 a.C., apoiando-se nas produções numismáticas do castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres), que estaria povoado por populações celtibéricas inseridas, possivelmente, noutras vagas migratórias. Acrescentou também que as vagas em direcção a Noroeste se inseriam na lógica de exploração dos recursos auríferos de época augustana⁴⁹². Sem lhe atribuir uma cronologia concreta, Francisco Jordá Cerdá defendeu que as movimentações célticas para o Noroeste peninsular estavam enquadradas no contexto das tropas auxiliares do exército romano, considerando que levaram consigo técnicas defensivas (*chevaux-de-frise*) que não eram utilizadas anteriormente nos castros desta região⁴⁹³.

As propostas têm sido diversas. Foi, inclusive, atribuída por Almagro-Gorbea e Torres Ortiz uma origem tartéssica aos *Turduli*, com base na aproximação dos prefixos *tar-/tur-*⁴⁹⁴. No entanto, suscitam mais interesse as propostas em torno da deslocação conjunta de *Celtici* e *Turduli*, referida por Plínio, para o Norte de Portugal, que teria ocorrido em momento mais tardio, em torno a meados do séc. II a.C. Assim é de descartar a antiguidade deste acontecimento, como pretenderam Armando Coelho Ferreira da Silva, que a apontou para o séc. V a.C.⁴⁹⁵, e Jorge de Alarcão, que data a campanha céltico-túrdula do séc. IV ou III a.C.⁴⁹⁶. Assim, retomamos as propostas de Hübner, de Schulten e, posteriormente, de García y Bellido, que defenderam um papel destes povos enquanto *auxilia* no exército de Décimo Júnio Bruto, o que significava que os *Turduli Veteres* tinham chegado ao Noroeste peninsular numa vaga militar mais tardia, discordando das propostas que as situavam na Idade do Ferro⁴⁹⁷.

⁴⁹⁰ Almagro-Gorbea, 1992, 23; Almagro-Gorbea et Torres Ortiz, 2009, 121 e Olivares Pedreño, 2013, 57.

⁴⁹¹ González Ruibal, 2006-2007, 465-466.

⁴⁹² Salinas de Frías, 2011, 142

⁴⁹³ Jordá Cerdá, 1984, 8-9.

⁴⁹⁴ Almagro-Gorbea et Torres Ortiz, *ibidem*, 122.

⁴⁹⁵ Silva, 1986, 281 O autor procura argumentos a sua tese no estudo estratigráfico realizado nas escavações do Castro de Romariz, interligando as movimentações populacionais com o impacto no Sul da Península Ibérica causado pela batalha de Alália.

⁴⁹⁶ Para o séc. III a.C. (Alarcão, 1992a, 344) sugerindo que este se deve entender como consequência das pressões exercidas pelos púnicos e pelos celtiberos. Para o séc. IV, *vide* Alarcão, 1996, 22.

⁴⁹⁷ *Apud* Arruda, 2013, 216. A autora não indica as obras para onde remete. García y Bellido, 1951.

Mais que os conflitos de princípio do séc. II a.C., foram os que ocorreram em meados deste século, no contexto das Guerras Lusitanas, que tiveram um forte impacto na região da Betúria. Em primeiro lugar, pode debater-se a sugestão de Barrocal-Rangel, que estabeleceu o ano de 152 a.C. como datação de abandono para o nível III de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz), interligando o abandono do altar, descoberto no castro, com a tomada de *Nergobriga* por Marco Cláudio Marcelo⁴⁹⁸. Creio, no entanto, que os eventos mais notáveis que poderiam estar na origem da migração das populações da Betúria surgem a partir do ano 141 a.C., momento em que Fábio Máximo Serviliano chegou à Hispânia Ulterior como procônsul⁴⁹⁹. No âmbito de uma série de conflitos entre indígenas e romanos, Serviliano invadiu a Betúria e saqueou cinco cidades que haviam apoiado Viriato⁵⁰⁰.

A grande intensidade das movimentações militares na área betúrica, durante estes anos, está patente na descoberta de um acampamento romano-republicano denominado “Pedrosillo”. Trata-se de um autêntico complexo militar, com dois recintos muralhados, fortins e um sistema defensivo complementar que ocupa mais de 330 hectares, dimensão que permitiu calcular uma capacidade de acolhimento de uma legião completa e das respectivas unidades auxiliares⁵⁰¹. Segundo os autores, este acampamento pôde datar-se de meados ou da segunda metade do séc. II a.C., ainda que seja viável fixar a data em 140 a.C., tendo em conta o desenvolvimento do cenário bélico da região. Todavia, os trabalhos arqueológicos desenvolvidos limitam-se a prospecções de superfície, das quais não se obtiveram elementos datantes, como ânforas ou cerâmica Campaniense⁵⁰².

A guerra levada a cabo por Serviliano e continuada por Quinto Servílio Cepião, poderá, assim, ser a causa da migração de grandes grupos de populações em direcção ao Noroeste por variados motivos. Deduz-se, à partida, todo um conjunto de acções militares mais intensas, demolidoras e punitivas na Betúria, sendo lógica a fuga para uma região

⁴⁹⁸ Barrocal-Rangel, 1989, 257 relaciona o castro com a *Nertobriga* de época cesariana, que ficaria na Betúria céltica. Polyb. XXXIV. 2. 1-2. e App. *Hisp.* 48. Esta suposta conquista planta, de imediato, muitos problemas e possíveis erros, a começar pelo texto onde Políbio citou a expedição de Marcelo em direcção à Ulterior, enquanto para Apiano o cônsul encontrava-se na Citerior, em território arevaco.

⁴⁹⁹ Gorges *et* Rodríguez Martín, 2009, 369. Consideraram que a fase político-militar correspondente aos anos 141-139 a.C. foram, não só, decisivos para o desenrolar da guerra, como tiveram um foco intenso na Betúria.

⁵⁰⁰ Olivares Pedreño, 2013, 66.

⁵⁰¹ Gorges *et* Rodríguez Martín, 2006, 657 e Gorges *et* Rodríguez Martín, 2009, 267 e 278. Os elementos arqueológicos datantes incluem, até agora, pregos de ferro com paralelos em Numância e o carácter morfológico das estruturas, homólogas com as de Renieblas e Aguilar de Anguita. Acrescenta-se a descoberta de glandes de chumbo (Morillo Cerdán, 2008, 81).

⁵⁰² Para dúvidas sobre a cronologia atribuída, *vide* Vela (2011, 21).

ainda intocada por Roma, onde as populações estariam militarmente opostas à ocupação externa. Por último, a comparação do passo de Estrabão com as referências de Apiano, que refere *latrones*⁵⁰³, líderes de grandes grupos desvinculados das suas terras e das suas comunidades dispersos pelas áreas externas do domínio romano, permite relacionar as migrações aqui tratadas⁵⁰⁴. Pela expressão de Apiano, pode-se ainda supor que a própria mobilização dos povos, e consequente abandono das actividades produtivas, levaram ao saque como meio de subsistência⁵⁰⁵. Naturalmente, não estamos perante um fenómeno à escala peninsular, não sendo necessário mais do que observar o mundo celtibérico que, quiçá pelo seu traço muito mais urbanístico, não é afamado pela adopção de estratégias de saque.

Regressando à terminologia aplicada pelas fontes aos povos aqui tratados, os túrdulos presentes no relato de Pompónio Mela e de Plínio-o-Velho são adjectivados como *veteres*⁵⁰⁶. Esta caracterização foi, para alguns autores, um elemento de diferenciação entre um núcleo migrante, mais antigo, de outro, substancialmente mais recente. Assim, por exemplo, Jorge de Alarcão sustentou que os túrdulos migraram para o nosso território no séc. III a.C., mas os seus homónimos *veteres* teriam realizado este percurso três séculos antes⁵⁰⁷. Este adjectivo tem sido interpretado com regularidade no seu sentido literal, “antigos”, principalmente quando observado no quadro de movimentações sidéricas. Contudo, se considerarmos as movimentações mais tardias, da segunda metade do séc. II a.C., *veteres* poderá adquirir uma conotação militar⁵⁰⁸.

Trata-se de uma proposta aliciante que acentuaria as afinidades entre os dois episódios distintos, que as fontes associam às míticas propriedades do rio *Lethes*. Assim, mais do que movimentos espontâneos de populações indígenas, que, em contexto peninsular, percorrem uma grande extensão de território, seriam deslocações relativamente circunscritas, motivadas por razões concretas. Deste modo, melhor se pode interpretar a coligação entre célticos e túrdulos, embora o motivo pelo qual as fontes não atribuíram aos primeiros a designação *veteres* não seja claro nesta proposta.

⁵⁰³ “Bandoleiros”.

⁵⁰⁴ Str. III. 3. 5.; App. *Hisp.* 68.

⁵⁰⁵ Sobre a questão do bandoleirismo na Hispânia *vide* Sayas Abengochea (2014, 702-704). O autor defende que este fenómeno é pré-romano, resultado de uma desigual organização social, na qual os mais desfavorecidos recorriam ao saque e ao mercenarismo como meio de subsistência. Em antítese, Salinas de Frías (2011, 28-29) considera que o bandoleirismo resulta de uma transformação progressiva que o mundo indígena sofreu no sul da Lusitânia e na Betúria durante o período de guerras com Roma.

⁵⁰⁶ Mela. III. 8.; Plin. *HN.* 4. 113.

⁵⁰⁷ Silva, 1992, 47 e Alarcão, 1973, 18-20.

⁵⁰⁸ Guerra, 1998, 856.

Como podemos ver, existem enfoques diferentes e muitas dúvidas na atribuição de uma cronologia a este movimento de populações, ainda que, em boa verdade, muitas questões podem vir a encontrar uma resposta com o surgimento de novos dados. Um progresso neste domínio poderia passar, eventualmente, por confrontar os dados existentes nos contextos político-militares do território da Betúria com o registo arqueológico do Noroeste peninsular⁵⁰⁹.

⁵⁰⁹ Olivares Pedreño, 2013, 55.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto e a abrangência da actividade de Décimo Júnio Bruto, na Hispânia, não se cingiu aos momentos aqui tratados. Embora a natureza deste trabalho não permita alcançar a totalidade das questões, outros episódios, relativos ao cônsul romano, narrados pelas fontes escritas mereceriam atenção. Referimos, apenas como exemplo, as palavras de Floro sobre a chegada do contingente romano ao Oceano e do seu temor pelo sacrilégio ao observar o crepúsculo em contacto com o mar⁵¹⁰.

É, no entanto, incontornável a origem do *cognomen Gallaecus*⁵¹¹, como se pôde averiguar em Veleio Patérculo, resultante da batalha sumariamente enunciada por Orósio, na qual os romanos derrotaram sessenta mil galaicos⁵¹². Destes tombaram em combate cinquenta mil, foram aprisionados seis mil e poucos terão escapado⁵¹³. Ovídio forneceu a data concreta da celebração deste *cognomen*: no quinto dia anterior aos idos do mês do festival de Vesta (Junho)⁵¹⁴.

Com a pacificação do Ocidente peninsular, em 136 a.C., destaca-se a captura e negociação, embora unilateral, das populações susceptíveis ao desarmamento e a uma forçada cooperação, como é o caso de Talábriga. Os últimos registos relativos às acções militares de Bruto apontam para o assédio a *Pallantia*, quando, no final de 136 a.C., se juntou aos esforços do cônsul Emílio Lépidio Porcina para submeter os *vaceus*, todavia sem sucesso. Após a quebra do cerco, Porcina regressou a Roma para enfrentar um julgamento marcial⁵¹⁵. De Bruto desconhecemos se foi submetido ao mesmo processo. Jessica Clark colocou a hipótese de o cônsul romano ter permanecido na Hispânia Ulterior até 130 a.C., onde procurou recuperar a *gloria* e o apoio do Senado, tentativa que se reflectiu na celebração registada nos *Fastos Triunfales*⁵¹⁶. Décimo Júnio Bruto voltou a ser identificado em contextos bélicos, por Lívio, como “o que subjogou os Lusitanos”, mas agora em auxílio a Gaio Semprónio, no confronto contra os ilírios⁵¹⁷.

É também de realçar alguns contributos de Décimo Júnio Bruto para Roma. Mandou renovar, perto do Circo Flamínio, um templo dedicado a Marte, aplicando-lhe

⁵¹⁰ Flor. I. 33. 17. 12.

⁵¹¹ Vell. Pat. II. 5. 1. «*Gallaeci cognomen meruit*».

⁵¹² Oros. V. 5. 12.

⁵¹³ Cavada Nieto, 2009, 125-126.

⁵¹⁴ Ov. *Fast.* 6. 461-462.

⁵¹⁵ App. *Hisp.* 81-83.; Oros. V. 5. 13-16. Diod. Sic. XXXIII. 27. Liv. *Per.* 56. e Obseq. 25. Para autor modern *vide* Gruen, 1968, 39-40.

⁵¹⁶ Clark, 2014, 163.

⁵¹⁷ Liv. *Per.* 59.

um estilo decorativo helénico⁵¹⁸. Além disso, patrocinou a peça *Brutus*, composta pelo poeta Lúcio Ácio⁵¹⁹. Curiosamente, nenhuma das obras remete para as vitórias do cônsul em solo hispânico, mas sim para o legado e exaltação da *gens Junii Bruti*⁵²⁰.

Tiveram imensa importância, nas intervenções militares romanas da Hispânia, as decisões individuais, pois os indivíduos que as tomaram representavam grupos de pressão política no Senado romano. O magistrado encarnava o poder de Roma através do *imperium*, ou seja, o direito de mando militar e civil. Este encontrava-se habitualmente rodeado de outros que, logicamente, o influenciavam. Recordamos que, durante os seus mandatos, a distância dos magistrados a Roma obrigava a tomar decisões próprias. Portanto, a análise destes personagens é importante para compreender a evolução da mentalidade que esteve por de trás do imperialismo romano na Hispânia.

As ações de Décimo Júnio Bruto integram-se num momento em que se torna virtualmente impossível defender uma política de “imperialismo defensivo”. É, na verdade, uma nova etapa de “imperialismo agressivo”, que, na minha opinião, se evidencia quando Roma aniquilou a monarquia macedónica (em 168 a.C.), destruiu Cartago (em 146 a.C.)⁵²¹ e, na Hispânia, derrotou Numância (em 133 a.C.). Um rasgo típico desta política imperialista na Península Ibérica foi a intervenção nas dinâmicas entre as populações indígenas, ou seja, a manipulação das pessoas e das instituições. O característico imperialismo imposto por Roma também se revê na integração de indígenas no exército (*auxilia*) e na sua captura para o comércio escravagista⁵²².

Todavia, esta temática parece ser demasiado complexa para se balizar em fases perfeitamente definidas e lineares. É pertinente associar e analisar estes conceitos (de defensabilidade ou agressividade) em torno do “imperialismo”, referido por outros autores que já citámos, à luz das fundações coloniais na Hispânia, que, como se sabe, tiveram início com *Italica*, no final do séc. III a.C. As Guerras Lusitanas, das quais a campanha de Bruto é uma extensão, revelam uma certa lógica “defensiva”, na medida em que são, segundo as fontes escritas, uma reacção ao bandoleirismo dos povos indígenas e, em concreto, aos povos galaicos que apoiaram Viriato⁵²³. As incursões de Bruto, em

⁵¹⁸ Plin. *HN*. 36. 4.

⁵¹⁹ Val. Max. VIII. 14 .2.

⁵²⁰ Clark, 2014, 161.

⁵²¹ Polyb. XXXVI. 9. 7-8. Walbank (1979, 665-668) defendeu que a razia de Cartago é, neste quadro político, justificável.

⁵²² Alonso-Nuñez, 1989, 9-10.

⁵²³ App. *Hisp.* 70. Em 150 a.C. Quinto Servílio Cepião realizou as primeiras razias contra os Vetões e Galaicos.

contrapartida, sugerem que se valeu dos conflitos prévios para infligir pressão sobre os povos ocidentais e, assim, expandir a influência romana.

Não fosse este romano o primeiro a atravessar o *Lethes*, a avaliar pela extensão da sua campanha, esta foi além do mundo conhecido pelos romanos. Creio que podemos aceitar, apesar da política romana de retaliação, que assistimos, nesta campanha, a uma estratégia de expansão agressiva. Há que ter em conta, igualmente, que um dos motores deste processo foi, sem dúvida, a exploração aurífera do Noroeste hispânico⁵²⁴. No limite, se não aceitarmos as Campanienses A presentes em Laias (Ourense) como de origem militar⁵²⁵, a incursão de Bruto permitiu estabelecer contacto comercial com os povos do Noroeste peninsular e, assim, dar início ao longo processo de romanização do espaço.

A fundação de *Valentia* insere-se, então, numa complexa lógica que preenche alguns pressupostos da expansão romana, tais como a ocupação de espaços geograficamente estratégicos e a implantação de modelos administrativos latino-romanos. Embora este episódio levante muitas questões, existem algumas certezas, nomeadamente a data e a localização da fundação da cidade⁵²⁶. É de sublinhar a importância do debate em torno dos grupos étnicos que compunham a população inicial da cidade.

Cipião, segundo a interpretação de alguns, teria concedido aos companheiros de Viriato, um território vasto e fértil, decisão confirmada pelo seu sucessor Décimo Júnio Bruto, que fundou uma colónia a que deu o nome de *Valentia*⁵²⁷. Acção que tem sido interpretada como uma homenagem à bravura demonstrada pelos Lusitanos sob o comando de Viriato. De facto, a narrativa de Tito Lívio, considerada incorrupta, aponta neste sentido, uma fundação romana realizada por populações lusitanas⁵²⁸.

Os vestígios arqueológicos descobertos apresentam, nos níveis mais antigos, uma considerável predominância de importações itálicas, situação que poderia sugerir a presença maioritária de indivíduos com essa origem. Porém, sabemos através das fontes clássicas que *Valentia* se materializou por comunidades de matriz indígena.

O mundo funerário também contribuiu para o debate. Descobertas entre as ruas Quart e Cañete, onde conviveram inumações e incinerações, foram distinguidos três

⁵²⁴ Tovar *et* Blázquez, 1980, 68.

⁵²⁵ Cavada Nieto *et* Menéndez Llorente, 2006.

⁵²⁶ Segundo Fletcher Valls (1963, 204) o aparecimento, desde o terceiro quartel do século passado, nos níveis ocupacionais de Valência romana, de cerâmica campaniense A e B, posta em relação com o texto de Tito Lívio, permite com alguma certeza fechar esta questão.

⁵²⁷ Esteve Forriol, 1999, 43.

⁵²⁸ Liv. *Per.* 55.

grandes momentos, destacando-se a mais antiga que acomodou a fase romano-republicana do último terço do séc. II a.C. Nesta, identificaram-se enterramentos de natureza ibérica, ainda que outras transpareçam um cariz itálico⁵²⁹.

No que à epigrafia e à onomástica diz respeito, existe uma total ausência de inscrições datáveis entre a fundação da cidade e a destruição realizada por Pompeu, em 75 a.C., recordando-se a presença de numismas de *quaestores* que apresentam gentílios de origem itálica⁵³⁰. Todavia, o panorama fica consideravelmente mais complexo após este momento. O debate sobre a presença de *veteres* e *veterani*, presentes nas epígrafes que foram datadas de momentos posteriores à destruição da cidade, gerou muitas e distintas opiniões sobre a origem e o momento em que aí chegaram. Assim, a informação epigráfica transmitida permite apenas afirmar, de forma taxativa, que existiam dois grupos de cidadãos.

Também creio ser relevante recordar os dados de María Luisa Serrano Marcos, que defendeu a existência de um acampamento pseudomilitar prévio à construção da cidade, do qual se destacam materiais como: a cerâmica Campaniense A (formas 5, 25, 28, 36 de Lamboglia); a cerâmica Campaniense B etrusca (6 de Lamboglia); as ânforas itálicas; as cerâmicas ibéricas; e moedas de bronze⁵³¹. A edificação de *horrea* numa fase bastante precoce, parece alinhar-se com um objectivo militar, desde a fundação de *Valentia*, que pretendia apoiar os contingentes a Ocidente⁵³².

Todos os dados parecem reunir condições para teorizar a incorporação de indígenas e itálicos na fundação de *Valentia*. Atribuir uma posição estratégica económica e militarmente tão importante a um grupo indígena, apesar do histórico que Roma tem em mobilizar populações endógenas, não é concebível. Os vestígios arqueológicos, principalmente os funerários, levam a crer na dualidade de habitantes, que poderiam ter, a longo prazo, reflexo nas *ordines decurionum* e, assim, gerar os *veteres* e os *veterani* referidos na epigrafia. Ter veteranos lusitanos desarmados numa cidade povoada de romanos, igualmente veteranos retirava, assim, um obstáculo do Ocidente da Península Ibérica.

⁵²⁹ Vide García Prósper *et al.*, 2002-2003, 300. Os autores avançam com comparações entre os diferentes tipos de enterramentos, sublinhando as diferenças e os aspectos comuns entre as características destes. Destaca-se a existência de capacetes de tipo Montefortino no espólio das cremações romanas.

⁵³⁰ Arasa i Gil (2012, 282-283) afirma que a inexistência de dados epigráficos pode ser justificada através do episódio traumático de Pompeu, mas não se descarta relevância da falta de trabalhos arqueológicos na área do fórum.

⁵³¹ Serrano Marcos, 2000, 81

⁵³² Ribera i Lacomba, 2011, 201-223.

Observar os indícios relativos à administração da cidade permite também delinear algumas considerações. Do grupo de numismas de *Valentia*, datado do terceiro quartel do sec. II a.C., destaca-se a prevalência dos nomes de origem latina, associados a cargos político-administrativos⁵³³. Estes dados permitem apurar a existência de uma “elite” local valentina, na qual não se observa nenhuma presença indígena⁵³⁴. Perante os dados aqui expostos, creio verosímil afirmar que a colónia foi fundada quer por veteranos indígenas (segundo as fontes escritas e alguns indícios arqueológicos), quer por veteranos itálico-romanos, (segundo as fontes arqueológicas, os numismas e os modelos de implantação territorial na Hispânia), alguns destes com funções administrativas.

Realizada a fundação de *Valentia*, Décimo Júnio Bruto submeteu completamente a Lusitânia e tomou as cidades até ao Oceano. Seria interessante para o debate conhecer os possíveis percursos que o contingente romano tomou em direcção ao extremo Ocidente. Infelizmente não existem quaisquer dados que permitam traçar esse percurso de forma fidedigna. Pode-se conjecturar, à partida, uma via mais rápida e económica, pelo mar Mediterrâneo, mas que entra em conflito com a narrativa de Lívio. De facto, a informação deste autor obriga a ponderar um percurso terrestre, durante o qual foi submetendo comunidades indígenas⁵³⁵.

As notícias que se seguiram remetem para o Tejo Poente. Apesar do silêncio dos autores clássicos, relativamente à ordem cronológica dos eventos, é possível teorizar uma primeira chegada a *Olisipo* e um posterior estabelecimento em *Moron*. Este primeiro momento explica-se, prontamente, com a necessidade de garantir o abastecimento das tropas romanas, que se deveria realizar, essencialmente, por via marítima. Porém, Manuel Maia aceitou a “fortificação” de *Olisipo* com o intuito de justificar a dificuldade que haveria em manter este ponto estratégico, que se encontraria relativamente perto do território inimigo⁵³⁶. Apesar da inexistência de argumentos arqueológicos que sustentem um contacto prévio entre *Olisipo* e Roma, cremos que a ausência de um confronto ou de qualquer descrição, nas narrativas clássicas, indiciam que este foi um episódio relativamente pacífico. Por seu lado, pode-se relacionar um possível destacamento de militares, com vista ao controlo de *Olisipo*, com as diversas importações itálicas datadas deste período.

⁵³³ Ripollès Alegre, 1988, 16.

⁵³⁴ José Peña, 1986, 160.

⁵³⁵ Liv. *Per.* 55. 10.

⁵³⁶ Maia, 1982-1983, 101-102.

Com a principal rota de abastecimento assegurada, torna-se clara a necessidade de criar uma linha de retaguarda com base no curso do rio Tejo. Assim, Bruto criou uma base de operações, partindo do povoamento indígena de *Moron*. À luz dos dados actuais, identificar Chões de Alpompé com *Moron* é uma sugestão arriscada, embora os trabalhos arqueológicos de 2015 tenham revelado uma ocupação sidérica e outra romana. Todavia, *Moron* não voltou a ser mencionada na literatura antiga e não existe nenhuma epígrafe latina que lhe seja referente, ou seja, parece constituir um local abandonado, do qual não restou memória toponímica.

É, no entanto, inegável a presença de um acampamento militar nesta zona, quer pelo registo arqueológico quer pelas análises topográficas. O facto de não se enquadrar nas tradicionais descrições de recintos das fontes escritas, obriga a reflectir sobre a importância em priorizar a análise dos espólios e da estratigrafia dos locais arqueológicos, não se devendo “forçar” uma padronização entre estes e as tipologias convencionais de acampamentos.

Carlos Fabião procurou comparar Chões de Alpompé a Cáceres el Viejo, enquanto polos opostos de uma linha de abastecimento e controlo territorial, apresentando evidentes afinidades que se perdem na abissal diferença de investimento e de quantidade de trabalhos que os sítios sofreram⁵³⁷. Porém, os estudos arqueológicos de Gunter Ulbert permitiram definir, a partir do massivo espólio já há muito recolhido, uma cronologia de ocupação para este acampamento militar quase exclusiva dos confrontos sertorianos⁵³⁸.

Preparada a retaguarda, o contingente de Décimo Júnio Bruto seguiu para Norte, provavelmente pela via que se viria a tornar no troço *Olisipo-Bracara*⁵³⁹. Deu-se, de seguida, o episódio relativo ao assédio a Talábriga⁵⁴⁰. Sobre esta cidade, toponimicamente pertencente ao grupo celta, levantam-se, principalmente, questões sobre a sua localização que há muito se procuram resolver. Assumindo que existe uma ordem cronológica nos eventos narrados por Apiano, a chegada de Bruto a Talábriga ocorre perto do rio Minho. Os dados epigráficos fornecidos pela inscrição de Estorãos (Ponte de Lima), em conjunto com a de El Repilado, abonam claramente a favor da existência de um povoado com esse nome, situado entre o rio Lima e o Minho, onde faria muito mais sentido que esses eventos tivessem ocorrido, excluindo-se, deste modo, as propostas que os apontariam para a

⁵³⁷ Fabião, 2014, 59.

⁵³⁸ Ulbert, 1984, 207.

⁵³⁹ Mantas, 2012, 41.

⁵⁴⁰ App. *Hisp.* 73.

Talábriga em torno do Vouga. Todavia, temos consciência que a aplicação de um gentílico nas fórmulas das inscrições implicaria a deslocação dos indivíduos, situação que faria tanto sentido para a epígrafe de El Repilado como para a de Estorãos.

Esta dualidade de nomes poderá ser somente uma casualidade, inserida num contexto em que é frequente a repetição de topónimos, por vezes em território não muito distantes, como se verifica em casos como os de *Mirobriga*, *Arcobriga* ou *Segobriga*. A possibilidade de ter ocorrido uma transferência toponímica através da movimentação dos talabriguenses, que, segundo Apiano, se viram despojados de parte significativa dos seus bens⁵⁴¹ é pouco viável, já que, por regra, os romanos permitiam aos vencidos manter a posse das suas terras e casas, como se constata na *deditio* de Alcántara.

A associação dos talabriguenses ao povo Límico, observável na epígrafe de El Repilado (Huelva), referente a Anceito, filho de Vaceu, permite delinear algumas considerações sobre a extensão do território dos Límicos. Todavia, creio que uma só ocorrência desta natureza é insuficiente para conclusões taxativas, até porque, desconhecendo-se a verdadeira localização de Talábriga, não existem dados que validem hipóteses.

Uma vez esgotados os recursos que a linguística e as fontes clássicas permitem inferir, a Arqueologia apresenta-se como a derradeira disciplina para resolver este tópico. No entanto, a ausência de dados conclusivos das estações arqueológicas, seja por falta de trabalhos ou pela falta de publicação dos resultados, dificulta a já árdua tarefa de interligar episódios históricos a espaços geográficos. Em boa verdade, os dados que apontam para uma Talábriga límica são bastante esclarecedores. A epígrafe de Estorãos (Ponte de Lima), completamente descontextualizada, tem sido indiscriminadamente utilizada como argumento. Fará sentido um indivíduo mencionar a sua origem, quando foi sepultado na sua cidade? No mundo romano, a aplicação de um gentílico no epitáfio, geralmente implica a deslocação do indivíduo em questão, veja-se, pois, as restantes e já referidas inscrições descobertas em Espanha (se assumirmos que não existem “Talábrigas” em solo espanhol). Estorãos, não deve, pois, ser tomada como a *Talabriga* que as inscrições referem, mas devemos procurar este *castellum* num território que se situaria no Vale do Lima, mas substancialmente mais a montante.

Para António da Rocha Madahíl, o episódio narrado por Apiano deu-se na região do Minho, aceitando, assim, a existência de uma homónima bem mais a Norte, do que

⁵⁴¹ App. *Hisp.* 73.

aquela que postula sobre o Cabeço do Vouga. Afirmou que trazer o confronto entre romanos e talabriguenses para a região do Vouga resulta do imaginário regional, que sempre procurou associar os mitos e lendas ao seu território⁵⁴². De opinião oposta, no seu estudo das redes viárias romanas, Vasco Mantas colocou este episódio da conquista do Ocidente peninsular no Baixo Vouga e nunca no território dos Límicos sem, no entanto, apresentar argumentos⁵⁴³.

Julián de Francisco Martín avançou com uma proposta alternativa. Apiano, narrou que Bruto espoliou a cidade, como acto de intimidação e retaliação, antes de deixar os seus habitantes regressarem a ela. Teriam as suas exigências forçado os talabriguenses a trasladarem-se progressivamente? Isso, certamente, justificaria a existência de duas Talábricas distantes, mas com cronologias relativamente próximas⁵⁴⁴. Infelizmente sem trabalhos arqueológicos (tanto de campo como de laboratório), que procurem conhecer a transição da Idade do Ferro para a época romana-republicana dos locais que se mencionaram, as conclusões que se podem formular são limitadas.

O episódio referente à travessia do Letes por Décimo Júnio Bruto, transmitido por Tito Lívio⁵⁴⁵, Plutarco⁵⁴⁶, Lúcio Floro⁵⁴⁷ e Apiano⁵⁴⁸, parece ser mais importante para a narrativa em torno da ocupação do Ocidente hispânico. Concluir se o hidrónimo e a mitologia deste curso de água correspondiam a um conjunto de *topoi* literário requiere um conjunto de competências muito mais profundas no âmbito da filologia. Os diferentes episódios radicam num sugestivo *topos*, que resultaria, inevitavelmente, da proximidade fonética entre *Lethes* e *Letia*. Por outro lado, a análise da bibliografia disponível permite deduzir a existência de outros hidrónimos, provenientes do mundo indo-europeu, com a mesma lógica de formação e não exclusivamente de período greco-romano⁵⁴⁹.

Porém, também nos textos antigos surgem referências a Rios do “Esquecimento”, que não o hispânico, como o caso do *Lethon*, em África (possivelmente Líbia)⁵⁵⁰, e um possível *Lethes* que José Leite de Vasconcelos interpretou como macedónico, através dos descontextualizados fragmentos de Salústio⁵⁵¹. Com estes dados é possível concluir que

⁵⁴² Madahíl, 1941.

⁵⁴³ Mantas, 2012, 41.

⁵⁴⁴ Francisco Martín, 1996, 71.

⁵⁴⁵ Livy. *Epit. Per.* 55. 10

⁵⁴⁶ Plut. *Mor. Quaes. Rom.* 34

⁵⁴⁷ Flor. *Epit.* I. 33. 17. 12.

⁵⁴⁸ App. *Hisp.* 72.

⁵⁴⁹ Witczak, 2003, 359.

⁵⁵⁰ Solin. 27. 54.; Lucan. 9. 355 e Plin. *HN.* 5. 31.

⁵⁵¹ Vasconcelos, 1905, 231. Sall. *Hist.* 1. 133 e 134.

existe, de facto, a recorrente utilização deste tema na literatura Clássica, mas cuja mitologia e misticismo recua a uma antiguidade datável, através de estudos linguísticos, de um momento pré-romano. Assim, o nome resulta do mito ou o mito resulta do nome? Parece difícil aceitar que os povos locais não atravessassem o rio nas suas actividades quotidianas, algo que, eventualmente, desmistificaria o registo mítico.

De regresso à Península Ibérica, da listagem precedente pôde-se concluir que, à excepção de *Aeminius*, universalmente reconhecido pela historiografia e linguística como um erro por parte das fontes, todos os outros hidrónimos têm sido atribuídos a uma mesma realidade geográfica. José Leite de Vasconcelos opinou que dificilmente se pode aceitar uma quantidade tão grande de nomes para uma mesma entidade. Mais afirmou que, embora sejam aceitáveis variações entre o mesmo nome, três designações para a mesma realidade geográfica seria uma coincidência anómala⁵⁵².

Os dados arqueológicos conhecidos até ao momento não contribuíram para a identificação desta realidade, uma vez que as únicas referências, o *oppidum Lete* e o *castellum Letiobris*, não são aproximáveis devido à ausência de contextualização geográfica para aquele.

Sobre o processo de identificação entre realidades geográficas e literárias, pode-se tomar como exemplo o rio Yeltes, do qual Gómez Moreno deduziu o antigo nome, cuja forma seria Eletes, identificável com o Letes através da ara votiva: «*Eaccus / Albini f(filius) Aquis El/etesibus / uotum / l(ibens) a(animo) s(oluit)*», descoberta em Retortillo (Salamanca)⁵⁵³. Contudo, é enorme a distância que separa a realidade retratada pelas fontes clássicas e esta sugestão, facto que poderia, eventualmente, ser colmatado pelo desconhecimento geográfico da Hispânia por certos autores.

Tal como Amílcar Guerra, acredito na importância da documentação medieval, dado o carácter conservador da toponímia e da hidronímia, para a resolução do problema, a qual poderá residir no “*Epistula de Expugnatione Olisiponis*”, pois, em certa medida, descreve, paralelamente a Plínio-o-Velho, a zona ribeirinha do Noroeste peninsular⁵⁵⁴. Pela posição geográfica que ocupa na descrição, pelas razões linguísticas já tratadas e pelas recomendações que os documentos coevos sugerem toma-se como evidente que tenha existido realmente um antigo *Letia / Laetia*, hoje chamado Leça, embora quase a

⁵⁵² Vasconcelos, *ibidem*, 231-232.

⁵⁵³ Gómez Moreno, 1904, 149-150.

⁵⁵⁴ Guerra, 1996, 160.

totalidade da bibliografia moderna e contemporânea identifiquem o hidrónimo antigo com o rio Lima.

É evidente a falta de resposta categórica para estas questões. A crescente especialização, que caracteriza a evolução do meio académico, tem promovido, por vezes, uma compartimentação que impede a observação total dos dados disponíveis. É, por isso, importante que se mantenham abertas as possibilidades e as perspectivas, evitando a perpetuação de hipóteses assumidamente evidentes e inequívocas.

Estas questões levantadas sobre o Letes e a sua localização, abrem caminho à discussão em torno dos *Turduli Veteres* e da migração de povos sidéricos em direcção ao Noroeste peninsular. As teorias são diversas, referindo-se as movimentações atribuídas a meados do séc. V a.C. como consequência da batalha de Alália e da crescente imposição de Cartago no Mediterrâneo Ocidental⁵⁵⁵. Outros apontaram cronologias mais tardias: da segunda metade do séc. III a.C., resultado da pressão púnica e celtibérica no Sudoeste hispânico⁵⁵⁶; do terceiro quartel do séc. II a.C., no contexto das Guerras Lusitanas⁵⁵⁷.

Segue-se, em linhas gerais, a antítese entre autores que defendem um modelo pré-romano e outro da conquista romana, acompanhada pela argumentação na qual se sustentam:

Mais Antiga/ Migração Sidérica	Campanha Militar / <i>Auxilia</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Narrativa estraboniana: referência verbal “<i>fasti</i>” remete para tempos imemoriais. Mito como património imaterial indígena pré-existente à migração céltico-túrdula (García Quintela, 1986) e o significado inerente ao nome do rio (Witczak, 2003), explicáveis segundo a ideologia e a linguística indo-europeia bem assimilada no mundo céltico. • <i>Veteres</i> não tem conotação militar, terminologia utilizada para separar vagas populacionais. • E.g.: Dados estratigráficos das escavações no Castro de Romariz, Santa Maria da Feira, cujos níveis de ocupação mais antigos revelam ocupação anterior aos meados do 1º 	<ul style="list-style-type: none"> • Sólida e coerente contextualização histórica. • Impacto dos conflitos, em meados do séc. II a.C., nas comunidades da Betúria. Movimentação de povos por iniciativa própria ou enquanto <i>auxilia</i> no exército romano (Arruda, 2013, 216-217 et Guerra, 2007, 188). • Designação <i>Veteres</i> aplicada ao <i>Turduli</i> situados nas margens do Douro contraditória, quanto muito seria de esperar o termo oposto (Guerra, 1998, 856). • Conotação militar no termo <i>Veteres</i>, que, posteriormente, se veria a designar como <i>Veterani</i>. Interessante paralelo com <i>Valentia</i>, relativamente à

⁵⁵⁵ Silva, 2007, 41.

⁵⁵⁶ Alarcão, 1992a, 344.

⁵⁵⁷ Olivares Pedreño, 2013, 72.

<p>milénio a. C., com origens no final da Idade do Bronze e sequente relacionamento com o horizonte orientalizante durante os séculos VII/VI a. C.</p>	<p>separação entre as duas ordens de cidadãos <i>Veteres/Veterani</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • E.g.: Abandono do castro de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz) repentino e com ausência de importações itálicas. Última unidade de ocupação, datável de meados do séc. II a.C., coberta por uma camada de cinzas (Olivares Pedreño, 2013, 72).
<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças estruturais na malha urbana dos povoados do Noroeste hispânico a partir de meados do séc. II a.C. (Olivares Pedreño, <i>ibidem</i>, 77). No entanto, as alterações do registo arqueológico, por exemplo, do castro de Romariz e do castro de Borneiro (Corunha), não têm confronto com todas as outras que se verificaram no Noroeste, nomeadamente as que tiveram lugar na sequência da campanha de Décimo Júnio Bruto, de primordial importância para a reorganização interna do território, mas sem reflexos exógenos na cultura material (Silva, 2015, 70). 	

Posto isto, creio que, aplicado ao Letes e aos Túrdulos, não se nega, à partida, a capacidade de os povos indígenas construírem narrativas míticas em torno de acontecimentos imortalizados na tradição, nem se exclui liminarmente a possibilidade de as fontes clássicas poderem captar aspectos desses relatos. Todavia, a sua existência é manifestamente problemática e infundamentada, encarada com muitas reservas. Será mais lógico enquadrar, tanto a campanha de Servílio Cepião como a de Décimo Júnio Bruto, numa lógica de perseguição destes grupos de guerreiros.

A intervenção romana de meados do séc. II agudizou o surgimento de grupos dedicados à guerra e razias em busca de saque e subsistência, cujo carisma dos líderes garantiu um lugar nos textos antigos (a título do exemplo: Cúrio, Apuleio e Cónoba⁵⁵⁸). É na narrativa de Estrabão que se torna particularmente sugestivo o carácter militar da migração (*στρατεύσαντας ἐκεῖσε*)⁵⁵⁹. Assim, a movimentação de túrdulos e célticos por ele descrita encaixa nesta tipologia de grupo, inclusive pela sua contextualização geográfica e cronológica. Devem-se, assim, reconhecer as afinidades entre a recusa dos soldados de Bruto atravessarem o rio Letes com a revolta dos Célticos e Túrdulos contra o seu chefe.

Em síntese, este trabalho permitiu inferir a importância da intervenção de Décimo Júnio Bruto no plano político e militar, tanto em Roma como na Hispânia. Contudo, prevê-se algum antagonismo entre a atribuição do *cognomen* Galaico a este general

⁵⁵⁸ App. *Hisp.* 68.

⁵⁵⁹ Str. III. 3. 4.

romano e pouco se saber da sua vida após os conflitos ibéricos. O seu sucesso, relativamente à campanha no Ocidente peninsular, é inegável, não tivesse ficado este espaço pacificado, à exceção de insurgências menores. Porém, pode-se considerar que a submissão definitiva destes povos, em especial do Lusitanos, deu-se com a campanha de Júlio César⁵⁶⁰.

⁵⁶⁰ Suet. *Iul.* 54. 1.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV.

De Scallabis a Santarém. Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus e Museu Nacional de Arqueologia, 2002.

ADLER, Eric

“Late Victorian and Edwardian Views of Rome and the Nature of "Defensive Imperialism"”, in *International Journal of the Classical Tradition*. Vol. 15, N.º 2, 2008, pp. 187-216.

ADLER, Eric

“Post-9/11 Views of Rome and the Nature of "Defensive Imperialism” in *International Journal of the Classical Tradition*. Vol. 15, N.º 4, 2008a, pp. 587-610.

ADROHER AUROUX, Andrés

“Cerámica Gris Bruñida Republicana (GBR): el problema de las imitaciones en ceramología arqueológica”, in *As Produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Rui Morais, Adolfo Fernández Fernández et María José Sousa coords., Vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade do Porto et Madrid, Ex Officina Hispana, Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania, 2014, pp. 281-290.

ADROHER AUROUX, Andrés

“Arquitectura, urbanismo y paisaje”, in *Fortificaciones y control del territorio en la "Hispania" republicana*. Joaquim Pera i Isern et Jordi Vidal coords., Zaragoza, Libros Pórtico, 2016, pp. 53-82.

ADROHER AUROUX, Andrés et CABALLERO COBOS, Alejandro

“Imitaciones de campaniense en el mediodía peninsular. La cerámica gris bruñida republicana”, in *Cerámicas hispanorromanas II: producciones regionales*. Darío Bernal Casasola et Albert Ribera i Lacomba coords., Universidad de Cádiz, 2012, pp. 23-38.

ALAPONT MARTÍN, Llorenç; CALVO GÁLVEZ, Matías et RIBERA i LACOMBA, Albert

“La destrucción de Valencia por Pompeyo (75 a.C.)”, in *Quaderns de difusió arqueològica*. N.º 6, Ajuntament de Valencia, 2010, pp. 1-39.

ALARCÃO, Jorge de

Portugal Romano. Lisboa, Verbo, 1974.

ALARCÃO, Jorge de

- Portugal Romano*. 3ª ed., Lisboa, Verbo, 1983.
- ALARCÃO, Jorge de
O Domínio Romano em Portugal. Lisboa, Publicações Europa-América, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de
Roman Portugal. Warminster, Aris & Phillips Ltd., 1988a.
- ALARCÃO, Jorge de
“Os Montes Herminios e os lusitanos”, in *Livro de homenagem a Orlando Ribeiro*.
Vol. 2, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1988a, pp. 41-48.
- ALARCÃO, Jorge de
“Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Iberica”, in
*Paleoetnología de la Península Ibérica: actas de la Reunión celebrada en la
Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense: Madrid, 13-15
diciembre de 1989*. Gonzalo Ruiz Zapatero et Martín Almagro Gorbea coords.,
Vol 2, Madrid, Universidad Complutense, 1992, pp. 339-345.
- ALARCÃO, Jorge de
“O primeiro milénio a.C.”, in *De Ulisses a Viriato: o primeiro milénio a.C.*
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1996, pp. 15-30.
- ALARCÃO, Jorge de et BARROCA, Mário
Dicionário de arqueologia portuguesa. Porto, Figueirinhas, 2012.
- ALBERTOS FIRMAT, María de Lourdes
“Organizaciones Suprafamiliares en la Hispania Antigua”, in *Boletín del
Seminario de Estudios de Arte y Arqueología: BSAA*. Tomo 40-41, Universidad
de Valladolid, 1975, 5-66.
- ALBERTOS FIRMAT, María de Lourdes
“Los topónimos en "-briga" en Hispania”, in *Veleia: Revista de prehistoria,
historia antigua, arqueología y filología clásicas*. N.º 7, Universidad del País
Vasco, 1990, pp. 131-146.
- ALBUQUERQUE, Pedro; PEREIRA, Carlos et TEIXEIRA, Sílvia
*Elementos y perspectivas para el estudio del Anas como frontera en la
Antigüedad: fuentes clásicas, registro arqueológico y epigrafía*. Onoba – Revista
de Arqueología y Antigüedad, no prelo.
- ALMAGRO GORBEA, Martín

“El origen de los celtas en la Península Ibérica: Protoceltas y celtas”, in *Polis: revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad*. N.º 4, Universidad de Alcalá de Henares, 1992, pp. 5-31.

ALMAGRO GORBEA, Martín

“Los Iberos en Castilla-La Mancha”, in *Jornadas de Arqueología Ibérica en Castilla-La Mancha*. Toledo, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1999, pp. 25-48.

ALMAGRO GORBEA, Martín *et* TORRES ORTIZ, Mariano

“La colonización de la costa Atlántica de Portugal: ¿Fenicios o tartesios?”, in *Palaeohispánica: Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*. N.º 9, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2009, pp. 113-142.

ALMEIDA, Fernando de

“Talábriga”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. XVII, Lisboa, Verbo, 1983, pp. 986-987.

ALONSO ROMERO, Fernando

“Mito y folklore del río como espacio limitáneo entre dos mundos”, in *Iucundi acti labores: estudio en homenaje a Dulce Estefanía Alvarez*. María Teresa Amado Rodríguez *et al.* coords., Universidade de Santiago de Compostela, 2004, pp. 469-482.

ALONSO TRONCOSO, Víctor

“Primeras etapas en la conquista romana de Gallaecia”, in *Militaria: revista de cultura militar*. N.º. 8, Madrid, Servicio de Publicaciones Universidad Complutense, 1996, pp. 53-66.

ALVES, Catarina

A Cerâmica Campaniense de Mesas do Castelinho. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em Pré-História e Arqueologia, 2010.

ALVES, Catarina; MATALOTO, Rui *et* SORIA, Vincezo

“As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no Sul do território actualmente português”, in *As Produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Rui Morais, Adolfo Fernández Fernández *et* María José Sousa coords., Vol. 1, Faculdade de Letras da Universidade do Porto *et* Madrid, Ex Officina Hispana, Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania, 2014, pp. 165-176.

- AMARAL, João *et* AMARAL, Augusto
Povos Antigos em Portugal: Paleoetnologia do território hoje português. Lisboa, Quetzal Editores, 2000.
- ANGUSTIAS VILLACAMPA, María
Los Berones según las fuentes escritas. La Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1989.
- ARANEGUI GASCÓ, Carmen
“La primera necrópolis de Valentia”, in *La ciudad de Valencia: historia, geografía y arte de la ciudad de Valencia*, Jorge Hermsilla Pla coord. Vol. 1., Universitat de València, pp. 71-73.
- ARASA I GIL, Ferran
“Apuntes sobre la epigrafía romana de Valentia”, in *Espacio, tiempo y forma*. Serie II: Historia antigua, N.º 25, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012, pp. 281-304.
- ARAÚJO, José Rosa de
“Sobre algumas «pedras» de Vila Mou”, sep. de *Bracara Augusta*. Vol. 11-12, N.º 1-4, Câmara Municipal de Braga, 1961, pp. 5-10.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de
As memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga. Tomo 1, Lisboa, Joseph Antonio da Sylva, 1732.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de
De antiquitatibus conventus Bracaraugustani, libri quatour: vernaculo latinisque sermone conscripti. Lisboa, Sylvianis, 1738.
- ARNAUD, Pascal
“L’Itinéraire d’Antonin: Um témoin de la littérature itinéraire du Bas-Empire”, in *Geographia Antiqua*. Vol. 2, Firenze, Giunti, 1993, pp. 33-50.
- ARNAUT, Salvador Dias *et* RAMOS, José.
“Subsídios para o estudo do Acampamento Romano de Antanho”, separata de *Biblos*. N.º 35, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1958, pp. 1-54.
- ARRUDA, Ana Margarida.
“A cerâmica fina”, in *História de Portugal*. João Medina coord. Vol. 2. Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 299-309.
- ARRUDA, Ana Margarida

“O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século”, in *O Arqueólogo Português*. Lisboa, sér. IV, Vol. 23, 2005, pp. 9-156.

ARRUDA, Ana Margarida

“Do que falamos quando falamos de Tartesso?”, in *Tarteso. El emporio del metal*. Juan M. Campos et Jaime Alvar eds., Córdoba, Almuzara, 2012, pp. 211-222.

ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos; SOUSA, Elisa; PIMENTA, João; GOMES, João et DETRY, Cleia

“Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas”, *SPAL*, no prelo.

ARRUDA, Ana Margarida et SOUSA, Elisa de

“Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, N.º 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003, pp. 235-286.

ARRUDA, Ana Margarida et VIEGAS, Catarina

“Santarém durante a época romano-republicana”, in *Cira-Arqueologia: Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Carlos Fabião et João Pimenta coords., N.º 3, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2014, pp. 242-254.

ASTIN, Alan

Scipio Aemilianus. Oxford, Oxford University Press, 1967.

BAKER, Simon

Ancient Rome: The Rise and Fall of an Empire. London, BBC Book, 2007.

BAPTISTA, Augusto

“Talábrica”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Vol. 14, Aveiro, Francisco Ferreira Neves, pp. 214-230.

BARGÃO, Patrícia

As importações anfóricas durante a época romana republicana Alcáçova de Santarém. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em Pré-História e Arqueologia, 2006

BARREIROS, Gaspar

Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó anno de MDXXXXVJ começa[n]do na cidade de Badajoz em Castella te à de Milam em Italia. Coimbra, Ioam Aluares, 1561.

BELTRÁN LLORIS, Miguel

Guía de la cerámica romana. Zaragoza, Libros Pórtico, 1990.

BENDALA GALÁN, Manuel; ROLDÁN GÓMEZ, Lourdes *et* BLÁNQUEZ PÉREZ, Juan

“Carteia: de ciudad púnica a colonia latina”, in *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. José Luis Jiménez Salvador *et* Albert Ribera i Lacomba coords., Ajuntament de Valencia, 2002, pp. 157-172.

BERGGREN, John *et* JONES, Alexander

Ptolemy's geography: an annotated translation of the theoretical chapters. New Jersey, Princeton University Press, 2000.

BERMEJO MELÉNDEZ, Javier

Arucci y Turobriga, civitas et territorium un modelo de implantación territorial y municipal en la "Baeturia Celtica. Universidad de Huelva, 2014.

BERROCAL-RANGEL, Luis

“El asentamiento céltico del Castrejón de Capote (Higuera La Real, Badajoz)”, in *Cuadernos de prehistoria y arqueología*. N.º 16, Universidad Autónoma de Madrid, 1989, pp. 245-296.

BLÁZQUEZ CERRATO, Cruces

“Huellas militares numismáticas en el occidente peninsular”, in *La guerre et ses traces: conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a. C.)*. François Cadiou *et* Milagros Navarro Caballero sels., Bordeaux, Ausonius, 2014, pp. 415-428.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María

Religiones Primitivas de Hispania I: Fuentes Literarias y Epigráficas. Madrid, Consejo de Investigaciones Científicas, 1962.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María

La romanización. Madrid, ISTMO, 1974.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María *et al.*

Historia de España Antigua. Vol. 2: Hispania romana, 3ª ed., Madrid, Ediciones Cátedra, 1998.

BOHEC, Yann le

L'armée romaine sous le Haut-Empire. Paris, Picard, 1989.

BONET ROSADO, Helena *et* MATA PARREÑO, Consuelo

“El final del mundo ibérico en torno a Valentia”, in *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. José Luis Jiménez Salvador et Albert Ribera i Lacomba coords., Ajuntament de Valencia, 2002, pp. 233-244.

BRAVO CASTAÑEDA, Gonzalo

Hispania: La epopeya de los romanos en la Península. 2ª ed., Madrid, La Esfera de los Libros, 2008.

BREEZE, David

“Roman frontiers in their landscape settings”, in *The Charles Parish Lecture, 2011: Roman Frontiers in Their Landscape Settings*. Newcastle, The Literary and Philosophical Society, 2013, pp. 1-19.

BROADHEAD, Will

“Colonization, Land Distribution and Veteran Settlement”, in *A Companion to the Roman Army*. Paul Erdkamp ed., Oxford, Blackwell Publishing, 2007, pp. 148-163.

BRODERSEN, Kai

“Appian”, in *The Oxford Companion to Classical Civilization*. Simon Hornblower et Antony Spawforth eds., Oxford, University Press, 2004, p. 54.

BURKS, Andrew

Roman Slavery: A Study of Roman Society and Its Dependence on Slaves. Tese apresentada à East Tennessee State University, para obtenção do grau de Mestre em Arts in History, 2008.

CADIOU, François et MORET, Pierre

“Rome et la frontière hispanique à l’époque républicaine (IIe-Ier s. av. J.-C.)”. Comunicação no colóquio internacional *Empires et États nationaux en Méditerranée: la frontière*, 2004, consultado em 2017: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00413651>

CALLEJO SERRANO, Carlos

La “Valentia” fundada por Junio Bruto (138 a. de C.). Cáceres, Institución cultural “El Brocense” de la Excma. Diputación Provincial, 1981.

CAMPBELL, Brian

Rivers and the Power of Ancient Rome. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2012.

CARDOSO, João Luís

“A Baixa Extremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional”, in *Estudos arqueológicos de Oeiras*. Vol. 12, Câmara Municipal, 2004.

CARMONA GONZÁLEZ, Pilar

La formació de la plana al-luvial de València: geomorfologia, hidrologia i geoarqueologia de l'espai litoral del Túria. Universitat de València, 1990.

CARRERAS MONFORT, César

“The nature of the Roman trade: an archaeological perspective”, in *Münstersche Beiträge zur Antiken Handelsgeschichte*. Marburg, Universität Marburg, 1999. pp. 87-114.

CAVADA NIETO, María Milagros

“Décimo Junio Bruto en Hispania: Las Fuentes Literarias”, in *Estudios en homenaje al profesor José M. Pérez García*, María López Díaz coord., Vol. 1, Universidade de Vigo, 2009, pp. 113-130.

CAVADA NIETO, María Milagros et MENÉNDEZ LLORENTE, Adriángela

“D. Junio Bruto en la futura "Gallaecia": nuevos materiales”, in *Arqueología militar romana en Hispania II: producción y abastecimiento en el ámbito militar*. Angel Morillo Cerdán coord., Universidad de León, 2006, pp. 377-388.

CHIC-GARCÍA, Genaro

“Los saltus y las explotaciones mineras”, in *Boletín Arkeolan*. N.º 15, Gipuzkoa, Arkeolan, 2007-2008, pp. 143-163.

CHIC-GARCÍA, Genaro

“La Campaña de Catón en la Ulterior, el caso de Seguntia”, in *Gades*. N.º 15, Diputación Provincial de Cádiz, 1987, pp. 23-28.

CIPRÉS TORRES, María

Guerra y sociedad en la hispania indoeuropea. Vitoria-Gasteiz, Universidad del País Vasco, 1993.

CORREIA, António

“Um nome antigo do Lima”, sep.do *Arquivo de Viana do Castelo*. Vol. 1, Viana do Castelo, 1934.

CORZO SÁNCHEZ, Ramón

“La fundación de Italica y su desarrollo urbanístico”, in *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. José Luis Jiménez Salvador et Albert Ribera i Lacomba coords., Ajuntament de Valencia, 2002, pp. 123-135.

DAVID, Charles trad.

The Conquest of Lisbon: De Expugnatione Lyxbonensi. 2ª ed. New York, University of Columbia Press, 2001.

DEIBMANN-MERTEN, Marieluise

“Gens”, in *Brill’s Encyclopaedia of the Ancient World: New Pauly*. Hubert Cancik et Helmut Schneider eds., Vol. 5, Leiden, Brill, 2004, pp. 759-763.

DENTI, Mario

I romani al nord del Po, Archeologia e cultura in età repubblicana e augustea. Milano, Longanesi, 1991.

DESBAT, Armand; MAZA, Guillaume et PICON, Maurice

“La marque C. L. SEX. sur amphores Dressel 1A”, in *Actes du Congrès du Mans*. Marseille, Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaule, 1997, pp. 511-516.

DIAS, Vanessa

A cerâmica campaniense do Monte Molião, Lagos. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em Pré-História e Arqueologia, 2010.

DIAS, Vanessa

“A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa: uma abordagem preliminar”, in *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves coords., Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 717-726.

DILLER, Aubrey

“Lists of Provinces in Ptolemy's Geography”, in *Classical Philology*. Vol. 34, N.º 3, University of Chicago, 1939, pp. 228–238.

DIOGO, António Dias

“A propósito de “Morón”. Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém)”, in *Clio*. Vol. 4, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1982, pp. 147-154.

DIOGO, António Dias

“Ânforas pré-romanas provenientes dos Chões de Alpompe”, in *Estudos Orientais*. Vol. 4, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993, pp. 215-227.

DIOGO, António Dias et FARIA, António

- “Moedas romanas provenientes dos Chões de Alpompe”, in *Arqueologia*. N.º 11. Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1985, pp. 120-122.
- DIOGO, António Dias *et* TRINDADE, Laura
“Materiais provenientes de Chões de Alpompe (Santarém)”, in *Conímbriga*. Vols. 32-33, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993-1994, pp. 263-281.
- DOREY, T.
“The treaty with Saguntum”, in *Humanitas*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1959-1960, pp. 1-10.
- DYSON, Stephen
The Creation of the Roman Frontier. Princeton, University Press, 1985.
- DYSON, Stephen
“The Roman Frontier in comparative perspective: the view from North America”, in *Frontières d’Empire. Nature et signification des frontières romaines (Actes de la Table Ronde Internationale de Nemours, 21-23 mai 1992)*. Nemours, Association pour la Promotion de la Recherche Archéologique en Île-de-France, 1993, pp. 149-157.
- ESCACENA CARRASCO, José *et* BELÉN DEAMOS, María
“Economía y sociedad en la Turdetania de los siglos V-IV a. C.”, in *Huelva arqueológica*. N.º 14, Diputación Provincial de Huelva, 1994, pp. 137-160.
- ESTEVE FORRIOL, Josep
Valencia, fundación romana. Valencia, Federico Domenech, 1999.
- EVANS, John
“Resistance at Home: The Evasions of Military Service in Italy during the Second Century B.C.”, in *Forms of Control and Subordination in Antiquity*. Toru Yuge *et* Masaoki Doi eds., Leiden, Brill. pp. 121-140.
- FABIÃO, Carlos
Sobre ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil). Lisboa, UNIARQ, 1989.
- FABIÃO, Carlos
“Arqueología militar romana da Lusitania: textos e evidencias materiais” in *Arqueología militar romana en Europa*. Cesáreo Pérez González *et* Emilio Illarregui Gómez coords., Junta de Castilla y León, Universidad Internacional SEK, 2004, pp. 53-74.
- FABIÃO, Carlos

- “El ejército romano en Portugal”, in *El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica*. Angel Morillo Cerdán coord., Universidad de León, 2007, pp. 113-134.
- FABIÃO, Carlos; PEREIRA, Teresa *et* PIMENTA, João
“Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe – Santarém”, in *Cira-Arqueologia*. João Pimenta coord., N.º 4, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2015, pp. 110-150.
- FERNANDES, Armando
“Talábriga”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XXX, Lisboa e Rio de Janeiro, Enciclopédia, 1978, pp. 568-569.
- FERREIRA, Carlos; CATARINO, João *et* PINHO, Luís
“Chões de Alpompe. Síntese cultural”, in *Revista ESES*. N.º 3, Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém, 1992, pp. 55-63.
- FLETCHER VALLS, Domingo
“Algunas consideraciones sobre el nombre Tyris”, in *Saitabi: revista de la Facultat de Geografia i Història*. N.º 12, Universitat de València, 1962, pp. 53-59.
- FLETCHER VALLS, Domingo
“Consideraciones sobre la fundación de Valencia”, in *Archivo de Prehistoria Levantina*. Vol. 10, Diputación de Valencia: Servicio de Investigación Prehistórica, 1963, pp. 193-206.
- FRANCISCO MARTÍN, Julián de
Conquista y Romanización de Lusitania. 2ª ed. Universidad de Salamanca, 1996.
- GABBA, Emilio
Republican Rome, the Army and the Allies. Berkeley, University of California, 1976.
- GALSTERER, Hartmut von
Untersuchungen zum römischen Städtewesen auf der iberischen Halbinsel. Berlin, Gruyter, 1971.
- GARCIA, José
“Em torno de Scallabis”, in: *Santarém. A Cidade e os Homens*. Câmara Municipal de Santarém, 1977, pp. 65-77.
- GARCÍA-BELLIDO, María Paz

“¿Estuvo "Akra Leuké" en Carmona?”, in *Palaeohispánica: Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*. N.º 10, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2010, pp. 201-218.

GARCÍA ALONSO, Juan

La Península Ibérica en la "Geografía" de Claudio Ptolomeo. Vitoria-Gasteiz, Universidad del País Vasco, 2003.

GARCÍA y BELLIDO, Antonio

“Pequeñas invasiones y transmigraciones internas”, in *Archivo Español de Arqueología*. N.º 23, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951, pp. 490-496.

GARCÍA y BELLIDO, Antonio

“Las colonias romanas de Hispania”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*. N.º 29, 1959, pp. 447-512.

GARCÍA y BELLIDO, Antonio

Colonia Aelia Augusta: Italica. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.

GARCÍA y BELLIDO, Antonio

La España del siglo primero de nuestra era (según P. Mela y C. Plinio). Madrid, Espasa-Calpe, 1987.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco et FERRER ALBELDA, Eduardo

“Turdetania y turdetanos contribución a una problemática historiográfica y arqueológica”, in *Mainake*. N.º 24, Diputación de Málaga, 2002, pp. 133-151.

GARCÍA PRÓSPER, Elisa et al.

“Rituales funerarios ibéricos en la necrópolis fundacional de Valentia”, in *Anales de arqueología cordobesa*. N.º 13-14, Universidad de Córdoba, 2002-2003, pp. 279-310.

GARCÍA PRÓSPER, Elisa

Los ritos funerarios de la necrópolis romana de la calle Quart de Valencia (Siglos II a.C.-III d.C.). Tese apresentada à Universitat de València, para obtenção do grau de Doutora em Prehistoria i Arqueologia del Mediterráneo, 2016.

GARCÍA QUINTELA, Marco

“El río del olvido (variaciones en torno a un episodio de la conquista de Hispania)”, in *Mitología y mitos da la Hispania preromana II*. Xosé Carlos Bermejo Barrera ed., Madrid, Akal, 1986, pp. 75-86.

GARCÍA QUINTELA, Marco

“Las puertas del infierno y el río del olvido (un tema mítico céltico en la etnografía ibérica de Estrabón)”, in *Gallaecia*. N.º 16, Universidade de Santiago de Compostela, 1997, pp. 145-157.

GARCÍA RIAZA, Enrique

Celtíberos y lusitanos frente a Roma: diplomacia y derecho de guerra. Bilbao, Universidad del País Vasco, Servicio de Publicaciones, 2002.

GIANAKARIS, G. J.

Plutarch. Michigan, Twayne Publishers, 1970.

GIRÃO, Aristides de Amorim et OLEIRO, João Manuel Bairrão

“Geografía e campos fortificados romanos”, in *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. N.º 6-7, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1953, pp. 73-80.

GÓMEZ-MORENO, Manuel

“Sobre arqueología primitiva en la región del Duero”, in *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Tomo 45, Alicante, Real Academia de la Historia, 1904, pp. 147-160.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo

“Galaicos: Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. - 50 d.C.)”, in *Brigantium: Boletín do Museu Arqueolóxico e Histórico da Coruña*. N.º 18, Museu Arqueolóxico e Histórico da Coruña, 2006-2007, pp. 11-272.

GORGES, Jean-Gérard et RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco Germán

“Un probable complejo militar romano de época republicana en la Beturia túrdula notas preliminares sobre el campamento del "Pedrosillo" (Casas de Reina, Badajoz)”, in *Arqueología militar romana en Hispania II: producción y abastecimiento en el ámbito militar*. Angel Morillo Cerdán coord., Universidad de León, 2006, pp. 655-669.

GORGES, Jean-Gérard et RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco Germán

“Les guerres lusitaniennes entre mythe, histoire et réalité. Réflexions autour du complexe militaire romain du «Pedrosillo» (Casas de Reina, Badajoz, Espagne)”, in *Lusitânia romana: entre o mito e a realidade*. Jean-Gérard Gorges et al. coords., Câmara Municipal de Cascais, 2009, pp. 349-384.

GUERRA, Amílcar

Plínio-o-Velho e a Lusitânia. Lisboa, Edições Colibri, 1995.

GUERRA, Amílcar

“Os nomes do Rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica”, in *La Hispania prerromana: actas del VI Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica: (Coimbra, 13-15 de octubre de 1994)*. Francisco Villar Liébana et José D'Encarnação coords., Universidad de Salamanca, 1996, pp. 147-162.

GUERRA, Amílcar

Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Doutor em História Clássica, 1998.

GUERRA, Amílcar

“Reflexões em torno de alguns elementos toponomásticos do extremo Ocidente peninsular”, in *Onomástica galega: con especial consideración da situación prerromana*. Dieter Kremer coord., Universidad de Santiago de Compostela, 2007, pp. 113-134.

GUERRA, Amílcar

“A propósito dos conceitos de «lusitano» e «Lusitânia»”, in *Palaeohispánica Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*. Vol. 10, Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2010, pp. 81-98.

GUZMÁN ARIAS, Carmen

“¿Existió un río "Lete" en la Bética? aportaciones de F. Fernández de Córdoba a una cuestión geográfica”, in *Los humanistas españoles y el humanismo europeo: IV Simposio de Filología Clásica*. Universidad de Murcia, 1990, pp. 165-167.

HARRIS, William

War and imperialism in Republican Rome: 327-70 B.C. Oxford, Clarendon, 1979.

HERAS MORA, Francisco

“El Santo de Valdetorres (Badajoz, España). Un nuevo enclave militar romano en la línea del Guadiana”, in *Limes XX Congreso Internacional de Estudios sobre la Frontera Romana*. N.º 13. Vol. 1. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009, pp. 315-328.

HERAS MORA, Francisco

Arqueología de la implantación romana en los cursos Tajo-Guadiana (siglos II y I a.n.e.). Tese apresentada ao Departament de Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat

Mitjana da Universitat Autònoma de Barcelona, para obtenção do grau de Doutor em Culturas en Contacto en el Mediterráneo, 2015.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca *et al.*

Excavaciones en el castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres). Mérida, Editora Regional de Extremadura, 1989.

HERNÁNDEZ VERA, José

“La fundación de Graccurris”, in *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. José Luis Jiménez Salvador *et* Albert Ribera i Lacomba coords., Ajuntament de Valencia, 2002, pp. 173-182.

HOFMANN, Johann *et* Szantyr, Anton

Lateinische Syntax and Stilistik. München, C. H. Beck, 1965.

HOPKINS, Keith

“La romanizació: asimilación, cambio y resistencia”, in *La romanización en Occidente*. José María Blázquez Martínez *et* Jaime Alvar eds., Madrid, Actas Editorial, 1996, pp. 15-43.

HÜBNER, Emil

Monumenta Linguae Iberica. Reimeri, Berolini, 1893.

HUBSCHMID, Johannes

“Toponimia prerromana”, in *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Tomo I. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960, pp. 447-493

JAVIER LOMAS, Francisco *et al.*

Historia de España Antigua. Vol. 1: Protohistoria, 4ª ed., Madrid, Ediciones Cátedra, 1988.

JORDÁ CERDÁ, Francisco

“Notas sobre la cultura castreña en el Norte peninsular”, *Memorias de historia antigua*. N.º 6, Universidad de Oviedo, 1984, pp. 7-14.

KALB, Philine *et* HÖCK, Martín

“Alto do Castelo, Alpiarça, Distrikt Santarém. Vorberich über die Grabungen 1981”, in *Madriider Mitteilungen*. N.º. 23, Mainz, Philipp von Zabern, 1982, pp. 145-151.

KALB, Philine *et* HÖCK, Martín

“Moron”, in *Conimbriga*. Vol. 27. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1988, pp. 189-201.

KARL-LUDWIG, Elvers

“Iunius”, in *Brill's Encyclopaedia of the Ancient World: New Pauly*. Hubert Cancik *et* Helmut Schneider eds., Vol. 6, Leiden, Brill, p. 1092.

KEAY, Simon

“La romanización en el sur y el levante de España hasta la época de Augusto”, in *La romanización en Occidente*. José María Blázquez Martínez *et* Jaime Alvar eds., Madrid, Actas Editorial, 1996, pp. 147-177.

KEITH, Bradley

Slavery and society at Rome. Cambridge University Press, 2004.

LAFFI, Umberto

“La colonización romana desde el final de la Guerra de Anibal a los Gracos”, in *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. José Luis Jiménez Salvador *et* Albert Ribera i Lacomba coords., Ajuntament de Valencia, 2002, pp. 19-26.

LAMBOGLIA, Nino

“Per una classificazione preliminare della ceramica campana”, in *Atti del 1° Congresso Internazionale di Studi Liguri*. Bordighera, Istituto Internazionale di Studi Liguri, 1952, pp. 139-206.

LAMBOGLIA, Nino

“La campagna 1963 sul relitto di Punta Scaletta all'Isola di Giannutri relazione preliminare”, in *Rivista di studi liguri*. N.º 30, Bordighera, Istituto Internazionale di Studi Liguri, 1964, pp. 219-228.

LAMBRINO, Scarlat

“Le nom Aefus et la cité d'Avobriga en Lusitanie”, in *Bulletin des Études Portugaises de l'Institut Français au Portugal*. Tomo 22, Lisboa, Bertrand, 1959-1960, pp. 5-20.

LLOBREGAT CONESA, Enrique

Contestania Iberica. Alicante, Instituto de Estudios Alicantinos, 1972.

LOPES, Luís Seabra

“Talábriga: situação e limites aproximados”, in *Portugalia*. Sér. 2, Vol. 16, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p. 331-343.

LOPES, Luís Seabra

“Talábriga e as origens da terra de Vouga”, in *Beira Alta*. Vol. 40, Fasc. 1-2, Assembleia Distrital de Viseu, 1996, pp. 169-187.

LOPES, Luís Seabra

“Itinerários da estrada Olisipo-Bracara: contributo para o estudo da Hispânia de Ptolomeu”, in *O arqueólogo português*. Sér. IV, Vol. 13-15, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1997, pp. 313-346.

LOPES, Luís Seabra

“Tentativa de Sistematização da Historiografia de Talábriga”, in *Al-madan*. Sér. 2, N.º 9, Centro de Arqueologia de Almada, 2000, pp. 28-38.

LOPES, Luís Seabra

“A estrada Emínio-Talábriga-Cale”, in *Conimbriga*. Vol. 39, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000a, pp. 191-258.

LUTTWAK, Edward

The Grand Strategy of the Roman Empire, from the First Century AD to the Third. Baltimore and London, Johns Hopkins University, 1976.

MACKAY, Christopher

Ancient Rome: a military and political history. Cambridge University Press, 2004.

MADAHÍL, António da Rocha

“Estação Luso-romana do Cabeço do Vouga”, sep. do *Arquivo distrital de Aveiro*. Vol. 7, Gráfica de Coimbra, 1941.

MAIA, Manuel

“Decimus Iunius Brutus e o significado do amuralhamento de Olisipo”, in *Sintria*. Vol. 1-2, Câmara Municipal de Sintra, 1982-1983, pp. 95-106.

MANTAS, Vasco

As vías romanas da Lusitânia. Mérida, Museo de Arte Romano, 2012.

PERELMAN FAJARDO, Marcelo Emiliano

“Conflicto político, demografía y modo de producción en la Antigua Roma, siglos II-I a.C.”, in *Sociedades Precapitalistas*. Vol. 3, N.º 2, Universidad Nacional de la Plata, 2014. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6243/pr.6243.pdf

MARÍN DÍAZ, María

“La emigración itálica a Hispania en el siglo II a. C.”, in *Studia historica. Historia antigua*. N.º 4-5, Universidad de Salamanca, 1986-1987, pp. 53-63.

MARÍN JORDÁ, Carmen

“La cultura material de la época de la fundación de Valentia”, in *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. José Luis Jiménez Salvador et Albert Ribera i Lacomba coords., Ajuntament de Valencia, 2002, pp. 267-278.

MARÍN JORDÁ, Carmen et RIBERA i LACOMBA, Albert

“Las cerámicas de barniz negro de Valentia”, in *La Ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica: taula rodona, Empúries, 4 i 5 de juny de 1998*. Xavier Aquilué, Joaquim García i Roselló et Josep Guitart i Duran coords., Mataró: Patronat Municipal de Cultura, 2000, pp. 91-106.

MARSH, Frank

A History of the Roman World: from 146 to 30 B.C. London, Methuen, 1971.

MARTINS, Carla

A exploração mineira romana e metalúrgica do ouro em Portugal. Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2008.

MATTOSO, José coord.

História de Portugal: antes de Portugal. Vol. 1, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

MEDINA, Pedro de

Primera y segunda parte de las Grandezas y cosas notables de España. Alcalá de Henares, Iuan Gracian, 1590.

MENDEZ SILVA, Rodrigo

Población General de España. Madrid, Roque Rico de Miranda, 1645.

MEYER, Gustav

Wörterbuch der albanesischen Sprache. Strassburg, K. J. Trübner, 1891.

MIGUEL, Ana Margarida

As epígrafes em língua lusitana. Memórias escritas da língua e da religião indígena. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, 2013.

MORAIS, Rui

“A Via Atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da Península”, in *Humanitas*. N.º 59, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, pp. 99-132.

MOREIRA, Manuel

“A Romanização do Litoral do Alto Minho”, sep. da *Caminiana*. Vol. 6, Caminha, António Guerreiro Cepa, 1982, pp. 33-96.

MOREL, Jean-Paul.

Céramique Campanienne: les formes. Roma, École française de Rome, 1981.

MORILLO CERDÁN, Angel

“Criterios arqueológicos de identificación de los campamentos romanos en Hispania”, in *Saldvie: Estudios de prehistoria y arqueología*. N.º 8. Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2008, pp. 73-93.

MORILLO CERDÁN, Angel

“Limes Imperii: la frontera del Imperio Romano”, in *Frontera y Fortificación*. Enrique Martínez Ruiz, Jesús Cantera Montenegro et Magdalena de Pazzis Pi Corrales dirs., Madrid, Editorial Actas, 2017, pp. 21-37.

MORILLO CERDÁN, Angel et ADROHER AUROUX, Andrés

“El patrón arqueológico de carácter material: un criterio imprescindible de identificación de recintos militares romano-republicanos”, in *Cira-Arqueologia: Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Carlos Fabião et João Pimenta coords., N.º 3, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2014, pp. 25-43.

NIEBUHR, Barthold

The History of Rome. Vol. 1, Cambridge, John Smith, 1828.

MOTA, Nuno; PIMENTA, João et SILVA, Rodrigo

“Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70”, in *Cira-Arqueologia: Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Carlos Fabião et João Pimenta coords., N.º 3. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2014, pp. 149-177.

NETO, Nuno; REBELO, Paulo; RIBEIRO, Ricardo et al.

“Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 19, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2016, pp. 123-128.

OLIVARES PEDREÑO, Juan

“La migración de los célticos y túrdulos de La Beturia hacia el Noroeste de Hispania”, in *Cuadernos de estudios gallegos*. Tomo 60, N.º 126, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2013, pp. 51-84.

PAMMENT SALVATORE, John

Roman Republican Castramentation. A reappraisal of historical and archaeological sources. Oxford, Tempus Reparatum, 1996.

PANIEGO DÍAZ, Pablo

“Los túrdulos del occidente peninsular”, in *Revista Historia Autónoma*. N.º 5, Universidad Autónoma de Madrid, 2014, pp. 27-41.

PASCUAL, Guillermo *et* RIBERA i LACOMBA, Albert

“El material más apreciado por los antiguos. Las ánforas”, in *Manual de cerámica romana: del mundo helenístico al Imperio Romano*. Albert Ribera i Lacomba coord., Madrid, Museo Arqueológico Regional, 2013, pp. 215-290.

PASCUAL, Guillermo *et* RIBERA i LACOMBA, Albert

“Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del Occidente Mediterráneo”, in *Vivre, produire et échanger: reflets méditerranéens: mélanges offerts à Bernard Liou*. Lucien Rivet *et* Martine Sciallano coords., Montagnac, Monique Mergoïl, 2002, pp. 303-318.

PENA GIMENO, María

“Apuntes y observaciones sobre las primeras fundaciones romanas en Hispania”, in *Estudios de la Antigüedad*. Vol. 1, Universidad Autónoma de Barcelona, 1984, pp. 47-85.

PENA GIMENO, María

“Los magistrados monetales de Valentia”, in *Saguntum: Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. N.º 20, Universitat de València, 1986, pp. 151-164.

PENA GIMENO, María

“Consideraciones sobre el Estatuto jurídico de Valentia”, in *Saguntum: Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. N.º 22, Universitat de València, 1989, pp. 303-317.

PENA GIMENO, María

“Problemas históricos en torno a la fundación de Valentia”, in *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. José Luis Jiménez Salvador *et* Albert Ribera i Lacomba coords., Ajuntament de Valencia, 2002, pp. 267-278.

PEREIRA, Félix Alves

“Geographia Protohistórica da Lusitania: Situação Conjectural de Talabriga”, in *O Archeólogo Português*. Vol. 12, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, pp. 129-158.

PEREIRA MENAUT, Gerardo

Inscripciones romanas de Valentia. Valencia, Diputación de Valencia, 1979.

PÉREZ MACÍAS, Juan *et* DELGADO DOMÍNGUEZ, Aquilino

“La minería romana en el suroeste ibérico”, in *Cuadernos de prehistoria y arqueología de la Universidad de Granada*. N.º 24, Universidad de Granada, 2014, pp. 239-265.

PESANDO, Fabrizio

“Forme abitative e controllo sociale: la documentazione archeologica delle colonie latine in età repubblicana”, in *Habitat et Societé. XIX Rencontres Internationales d’Archéologie et d’Histoire d’Antibes*. Frank Braemer; Serge Cleuziou; Anick Coudart eds., Antibes, APDCA, 1999, pp. 237-254

PHANG, Sara

Roman Military Service: Ideologies of Discipline in the Late Republic and Early Principate. Cambridge University Press, 2008.

PIMENTA, João

“As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)”, in *Trabalhos de Arqueologia*. António Marques de Faria coord. N.º 41. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005.

PIMENTA, João coord.

“A Arquitetura do Monte dos Castelinhos”, in *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2013.

PIMENTA, João

“Os contextos da conquista. Olisipo e Decimo Júnio Bruto”, in *Cira-Arqueologia: Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Carlos Fabião et João Pimenta coords., N.º 3, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2014, pp. 44-60.

PIMENTA, João *et al.*

“O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.16-20) – Lisboa.”, in *Cira-Arqueologia: Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Carlos Fabião et João Pimenta coords., N.º 3, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2014, pp. 122-148.

PIMENTA, João *et al.*

“Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos)”, in *Magos: Revista Cultural do concelho de Salvaterra de Magos*. N.º 1, Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, 2014a, pp. 39-57.

PIMENTA, João *et* ARRUDA, Ana Margarida

“Novos dados para o Estudo dos Chões de Alpompe – Santarém”, in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol. 21, Câmara Municipal de Oeiras, 2014, pp. 83-100.

PIMENTA, João; HENRIQUES, Eurico *et* MENDES, Henrique

O acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim. Câmara Municipal de Almeirim, 2012.

PINA POLO, Francisco

“Deportaciones como castigo e instrumento de colonización durante la República romana: el caso de Hispania”, in *Vivir en tierra extraña: emigración e integración cultural en el mundo antiguo: actas de la reunión realizada en Zaragoza los días 2 y 3 de junio de 2003*. José Remesal Rodríguez *et al.* coords., Universitat de Barcelona, 2004, pp. 211-246.

PINHEIRO, Marília

Mitos e Lendas da Grécia Antiga. Lisboa, Clássica Editora, 2011.

POKORNY, Julius

Indogermanisches etymologisches Wörterbuch. Bern, Francke. ed. em 1959.

POLO CERDÁ, Manuel *et al.*

“La fundación de Valentia y sus primeros pobladores: primeras evidencias osteoarqueológicas de tuberculosis en Hispania”, in *Zona arqueológica*. Vol. 4 (3), Madrid, Museo Arqueológico Regional, 2004, pp. 292-305.

PRINCIPAL, Jordi

“Els inicis del procés imperialista romà a Catalunya. La Hispània Citerior (-205/-197)”, in *Fonamets*. N.º 9, Universitat de Barcelona, 1996, pp. 203-216.

PRINCIPAL, Jordi

“Cuando Arqueología e historia se dan la mano: Cartago Y Numancia, dos buenos referentes”, in *Manual de cerâmica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Albert Ribera i Lacomba coord., Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid, 2013, pp. 331-356.

PRINCIPAL, Jordi *et* RIBERA i LACOMBA, Albert

“El material más apreciado por los arqueólogos. La cerámica fina. La cerámica de barniz negro”, in *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Albert Ribera i Lacomba coord., Museu Arqueològic Regional de la Comunidad de Madrid, 2013, pp. 41-146.

QUEIROGA, Francisco

War and Castros: New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age. Oxford, British Archaeological Reports, 2003.

RAMÓN TORRES, Joan

Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental. Universitat de Barcelona, 1995.

RANKOV, Boris

“Do rivers make good frontiers?”, in *Limes XIX: Proceedings of the XIXth International Congress of Roman Frontier Studies, held in Pécs, Hungary, September 2003*. Zsolt Visy ed., University of Pécs, 2005, pp. 175-181.

REDENTOR, Armando

“Inscrições sobre guerreiros lusitano-galaicos: leituras e interpretações”, in *Revista portuguesa de arqueologia*. Vol. 11, N.º 2, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2008, pp. 195-214.

RIBERA i LACOMBA, Albert

“El urbanismo de la primera Valencia”, in *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. José Luis Jiménez Salvador et Albert Ribera i Lacomba coords., Ajuntament de Valencia, 2002, pp. 299-314.

RIBERA i LACOMBA, Albert

“Valentia (Hispania Citerior), una fundación itálica de mediados del siglo II a.C. Novedades y complementos”, in *Iberia e Italia: modelos romanos de integración territorial*. José Uroz Sáez, José Miguel Noguera Celdrán et Filippo Coarelli coords., Murcia, Tabularium, 2008, pp. 169-197.

RIBERA i LACOMBA, Albert

“La fundación de Valentia: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a.C.”, in *Oebalus Studi sulla Campania nell'Antichità*. Vol. 4, Roma, Scienze e Lettere, 2009, pp. 46-77.

RIBERA i LACOMBA, Albert

“Los horrea de Valentia: de la republica al imperio”, in *Horrea d’Hispanie et de la Méditerranée Romaine*. Javier Arce Martínez et Bertrand Goffaux coords., Madrid, Casa de Velázquez, 2011, pp. 201-223.

RIBERA i LACOMBA, Albert

“La fundación de Valentia: historia, arqueología, ritos, basureros y cabañas”, in *Cira-Arqueologia: Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Carlos Fabião et João Pimenta coords., N.º 3, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2014, pp. 61-85.

RIBERA i LACOMBA, Albert et JIMÉNEZ SALVADOR, José

“Valentia, ciudad romana su evidencia”, in *Hispaniae urbes. Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas*. José Beltrán Fortes et Oliva Rodríguez Gutiérrez coords., Universidad de Sevilla, 2012, pp. 77-120.

RIBERA i LACOMBA, Albert et JIMÉNEZ SALVADOR, José

“La imagen urbana de Valentia”, in *Ciudades romanas valencianas*. Manuel H. Olcina Doménech coord., Museo Arqueológico de Alicante, 2014, pp. 143-166.

RIBERA i LACOMBA, Albert et ROMANÍ i SALA, Núria

“Valentia”, in *La gestión de los residuos urbanos en Hispania. Xavier Dupré Raventós (1956-2006)*. Josep Anton Remolà Vallverdú et Jesús Acero Pérez coords., Mérida, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011, pp. 313-342.

RICHARDSON, James

“L. Iunius Brutus the Patrician and the Political Allegiance of Q. Aelius Tubero”, in *Classical philology*. Vol. 106, N.º 2, University of Chicago, 2011, pp. 155-160.

RICHARDSON, John

The Romans in Spain. Oxford, Blackwell, 1998.

RIPOLLÈS i ALEGRE, Pere Pau

La ceca de Valentia. Generalitat Valenciana, 1988.

RIPOLLÈS i ALEGRE, Pere Pau

“La ceca de Valentia y las monedas de su época”, in *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. José Luis Jiménez Salvador et Albert Ribera i Lacomba coords., Ajuntament de Valencia, 2002, pp. 335-348.

RODRIGO REQUENA, Esther et al.

“La presencia romana en el NE de la Provincia Citerior durante el siglo II A.C. Aproximación Arqueológica a partir de los yacimientos de Can Tacó (Montmeló,

Barcelona) y Puig Castellar (Biosca, Lleida)”, in *Actas da II Reunião Científica: As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d. C.* Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2014, pp. 191-209.

RODRIGUES, Adriano Vasco

Os lusitanos: mito e realidade. Lisboa, Academia Internacional da Cultura, 1998.

RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, Pilar

Gens: una forma de agrupación antigua mal conocida. Universidad del País Vasco, 1996.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso

“Sobre la periferia turdetana y la configuración diversa de la Beturia prerromanas Célticos y Túrdulos en el Guadiana Medio”, in *SPAL: Revista de prehistoria y arqueología de la Universidad de Sevilla*. N.º 2, Universidad de Sevilla, 1993, pp. 243-268.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso

“Territorio y etnias prerromanas en el Guadiana Medio: aproximación arqueológica a la Beturia Túrdula”, in *Cuadernos emeritenses*. N.º 9, Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, 1995, pp. 205-254.

ROLDÁN HERVÁS, José Manuel

Historia de Roma. Universidad de Salamanca, 1995,

ROLDÁN HERVÁS, José Manuel

Historia de España. Madrid, Edelsa, 1989.

ROLDÁN HERVÁS, José Manuel

“Las provincias romanas de Hispania hasta las guerras celtibero-lusitanas”, in *Historia de España Antigua*. 3ª ed., José María Blazquez Martínez *et al.* eds., Tomo II, Madrid, Catedra, 1988, pp. 51-78.

ROLDÁN HERVÁS, José *et al.*

Historia de Roma. Vol. 1, Madrid, Cátedra, 1987.

ROLDÁN HERVÁS, José

Hispania y el ejército romano: contribución a la historia social de la España antigua. Universidad de Salamanca, 1974.

ROSELAAR, Saskia

Public land in the roman republic: a social and economic history of Ager Publicus in Italy, 396-89 BC. Oxford University Press, 2010.

ROSENSTEIN, Nathan

Rome and the Mediterranean 290 to 146 BC: the imperial republic. Edinburgh University Press, 2013.

RUIVO, José

“Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém)”, in *Rutas, ciudades y moneda en Hispania: actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua Porto, marzo de 1997*. Gloria Mora, Rui Manuel Sobral Centeno, María Paz García-Bellido García de Diego coords., Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999, pp. 101-110.

RUSSELL, Andrew

Plutarch. London, Duckworth, 1973.

SAA, Mario

As Grandes Vias da Lusitania. O Itinerário de Antonino Pio. 6 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1957-1967.

SABROSA, Armando

“O Complexo Mineiro de Vale de Gatos (Corroios, Seixal)”, in *Al-Madan*. Sér. II, N.º 14, Centro de Arqueologia de Almada, 2006, pp. 53-59.

SABUGO SOUSA, Noelia

“Hispania: huellas de la conquista romana. Aproximación al estudio de los fosos de los asentamientos militares peninsulares”, *Estudios Humanísticos. Historia*. N.º 6, Universidad de León, 2007, pp. 19-46.

SALIDO DOMÍNGUEZ, Javier

“Aprovisionamento de grano y estratégia militar durante el período republicano en Hispania”, in *La guerre et ses traces: conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a. C.)*. François Cadiou et Milagros Navarro Caballero sels., Bordeaux, Ausonius, 2014, pp. 473-482.

SALINAS DE FRÍAS, Manuel

“El impacto económico e la conquista romana”, in *Studia historica. Historia antigua*. N.º 17, Universidad de Salamanca, 1999, pp. 125-152.

SALINAS DE FRÍAS, Manuel

Los pueblos prerromanos de la península Ibérica. 3ª ed., Madrid, Akal, 2010.

SALINAS DE FRÍAS, Manuel

“Las fuentes clásicas y el poblamiento prerromano del occidente peninsular: problemas de etnicidad y cultura”, in *Castros y Verracos: Las gentes de la Edad*

de Hierro en el occidente de Iberia. Gonzalo Ruiz Zapatero et Jesús R. Álvarez Sanchís eds., Diputación de Ávila, 2011, pp. 129-158.

SANMARTÍ i GREGO, Enric

“Las ánforas romanas del campamento numantino de Peña Redonda (Garray, Soria)”, in *Empúries*. N.º 47, Barcelona, Museu d'Arqueologia de Catalunya, 1985, pp. 130-161.

SAYAS ABENGOCHEA, Juan

“El bandolerismo lusitano y la falta de tierras”, in *Espacio, tiempo y forma. Serie IV, Historia moderna*. N.º 1, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1988, pp. 701-714.

SCHULTEN, Adolf

Viriato. Alfredo Ataíde trad., 2ª ed., Porto, Livraria Civilização, 1927.

SCHULTEN, Adolf

Geografía y etnología antiguas de la Península Iberica. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1963.

SEGUÍ MARCO, Juan et SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Luis

La Romanización en tierras valencianas: una historia documental. Universitat de València, 2005.

SERRANO MARCOS, María et OLMOS ROMERA, Ricardo

“El vaso del "Ciclo de la Vida" de Valencia una reflexión sobre la imagen metamórfica en época iberohelenística”, in *Archivo español de arqueología*. Vol. 73, N.º 181-182, Madrid, CSIC, 2000, pp. 59-86.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da

“As Tesserae Hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V. N. Gaia): contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia Antiga”, in *Gaya*. Vila Nova de Gaia, Gabinete de História de Arqueologia, 1983, pp. 9-26.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da

“Proto-história do Norte e Centro de Portugal”, in *Proto-história de Portugal*. Armando Coelho da Silva et Mário Varela Gomes, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, pp. 29-97.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da

“As origens de Gaia e questões de identidade. Arqueologia e Epigrafia dos Turduli Veteres”, in *Estudos do Quaternário*. N.º 13, Braga, Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, 2015, pp. 68-74.

SMITH, Christopher

The roman clan: the gens from ancient ideology to modern anthropology. Cambridge University Press, 2006.

SMITH, William

“Brutus”, in *A Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*. Sir William Smith ed., Vol. 1, London, John Murray, 1872, pp. 507-508.

SMITH, William

“D. Junius M. f. M. n. Brutus Gallaeus”, in *A Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*. Sir William Smith ed., Vol. 1, London, John Murray, 1872a, pp. 509-510.

SMITH, William

“Junia Gens”, in *A Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*. Sir William Smith ed., Vol. 1, London, John Murray, 1872b, pp. 658.

SMITH, William

“M. Junius Brutus”, in *A Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*. Sir William Smith ed., Vol. 1, London, John Murray, 1872c, pp. 509.

SOUSA, Elisa de

A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

SOUSA, Elisa de

“A Idade do Ferro em Lisboa: Uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material”, in *Cuadernos de prehistoria y arqueologia*. N.º 42, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 2016, pp. 167-185.

SOUTO, Alberto

“Romanização no Baixo-Vouga: “Novo Oppidum” na Zona de Talábriga”, in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. 9, Fasc. 4, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1942, pp. 283-328.

STYLOW, Armin

“Apontes sobre las tribus romanas en Hispania”, in *Veleia: Revista de prehistoria, historia antigua, arqueología y filología clásicas*. N.º 12, Universidad del País Vasco, 1995, pp. 105-124.

SYME, Ronald

The Roman Revolution. Oxford University Press, 1974.

TARRADELL MATEU, Miquel

“Valencia, ciudad romana: estado actual de los problemas”, in *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. N.º 1, Universitat de València, 1963, pp. 5-34.

TORRES, C.

“La fundación de Valencia”, in *Ampúries*, N.º 13, Barcelona, Museu d’Arqueologia de Catalunya, 1951, pp. 113-121.

TOVAR, Antonio et BLÁZQUEZ, José

Historia de la Hispania Romana. 2ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 1980.

ULBERT, Gunter

Cáceres el Viejo: ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura. Mainz, Zabern, 1984.

VANAGAS, Aleksandras

Lietuvių hidronimų etimologinis žodynas. Vilnius, Mokslas, 1981.

VASCONCELOS, António de

Viriatho: um capítulo da história da Lusitania. Coimbra, Francisco Franco Amado, 1894.

VASCONCELOS, José Leite de

Religiões da Lusitania: na parte principalmente se refere a Portugal. Vols. II e III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905 e 1913.

VELA, José

“Pedrosillo II ¿Un campamento romano de entrenamiento en la provincia de Badajoz?”, in *Revista de Estudios Extremeños*. Tomo 47, N.º 1, Badajoz, Centro de Estudios Extremeños, 2011, pp. 11-34.

VENTURA I CONEJERO, Agustí

“Qui sub Viriatho militaverant”, in *Archivo de Prehistoria Levantina*. Vol. 16, Valencia: Museu de Prehistòria de València, 1981, pp. 113-121.

VIDAL BARDÁN, José María

“Las monedas de Valentia e Ilici en el Museo Arqueológico Nacional”, in *Saguntum: Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. N.º 16, Universitat de València, 1981, pp. 255-270.

VIEGAS, Catarina

“Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica”, in *Trabalhos de Arqueologia*. Vol. 26, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003.

VIVAR LOMBARTE, Gustau

El derelicta d'Illa Pedrosa. Comerç marítim i xarxes de redistribució en època tardorrepublicana al Mediterrani centre-occidental. Tese apresentada à Universitat de Barcelona, para obtenção do grau de Doutor em Prehistòria i Món Antic, 2013.

WEINRICH, Harald

Lethe: Kunst und Kritik des Vergessens. München, C. H. Beck, 2005.

WHITTAKER, C.

Frontiers of the Roman Empire: A Social and Economic Study. London, Johns Hopkins University Press, 1994.

WIEGELS, Rainer

“Liv. Per. 55 y la Fundación de Valencia”, in *Archivo de Prehistoria Levantina*. Vol. 14, Valencia: Museu de Prehistòria de València, 1975, pp. 193-218.

WITCZAK, Krzysztof

“El río del olvido”, in *Veleia: Revista de prehistoria, historia antigua, arqueología y filología clásicas*. N.º 20, Universidad del País Vasco, 2003, pp. 355-359.

WOLFGANG, Will

“I. Brutus Callaicus, D.”, in *Brill's Encyclopaedia of the Ancient World: New Pauly*. Hubert Cancik. et Helmuth Scheiner eds., Vol. 6, Leiden, Brill, 2005, pp. 1096-1097.

ZBYSZWESKI, Georges.; FERREIRA, Octávio Veiga. et SANTOS, Cristina.

“Acerca do Campo Fortificado de Chões de Alpompe (Santarém)”, in *Archeólogo Português*. Sér. 3, Vol. 2, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1968, pp. 49-59.

Autores clásicos

APIANO

Roman History. Horace White trad., 4 Vols., London, Loeb Classical Library, 1962-1972.

Appiani Historia romana, ex recensione Ludovici Mendelssohnii. Anton Gerard Roos e Paul Viereck eds., Leipzig, Teubner, 1982.

Appian: The Wars of the Romans in Iberia. John Richardson trad., Warminster, Aris & Phillips, 2000.

AVIENO

Fenómenos; descripción del orbe terrestre; costas marinas. José Calderón Felices e Isabel Moreno Ferrero trads., Madrid, Gredos, 2001.

CÍCERO

De Officiis. Walter Miller trad., London, Loeb Classical Library, 1913.

Philippics. John Ramsey trad., Cambridge University Press, 2003.

On the republic and on the laws. David Fott trad., Ithaca, Cornell University Press, 2014.

Pro Balbo. Robert Gardner trad., London, William Heinemann, 1970.

Tratado da República. Francisco de Oliveira trad., Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

DIODORO SÍCULO

Diodorus of Sicily. Charles Henry Oldfather trad., London, William Heinemann, 1962-1970.

DIONÍSIO DE HELICARNASSOS

Historia antigua de Roma. Almudena Alonso e Carmen Seco trads., Vol. 3, Madrid, Gredos, 1989.

ESTRABÃO

Geografia de Iberia. Javier Gómez Espelosín trad., Madrid, Alianza, 2012.

Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas. Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira trads., Universidade de Coimbra, 2016.

EUTRÓPIO

Breviario. Emma Falque trad., Madrid, Gredos, 1999.

FRONTINO

Estratagemas. Miguel Mata trad., Lisboa, Sílabo, 2005.

Strategemata. Robert Ireland ed., Leipzig, Teubner, 1990.

JÚLIO CÉSAR

A guerra das Gálias. Victor Raquel ed., Lisboa, Sílabo, 2004.

C. Iuli Caesaris Commentarii rerum gestarum. Wolfgang Hering ed., Leipzig, Teubner, 1987.

JÚLIO OBSEQUENTE

Libro de los prodigios: restituído a su integridad, en beneficio de la Historia, por Conrado Licostenes. Ana Moure Casas trad., Madrid, Ediciones Clasicas, 1990.

LÚCIO AMPÉLIO

Liber Memorialis. Erwin Assmann ed., Stuttgart, B. G. Teubner, 1976.

LÚCIO ANEU FLORO

Epítome de la Historia de Tito Livio. Hinojo Andrés e Moreno Ferrero, Madrid, Gredos, 2000.

ORÓSIO

História contra os pagãos: esboço duma história da antiguidade oriental e clássica. José Cardoso trad., Braga, Universidade do Minho, 1986.

OVÍDIO

Fasti. Sir James George Frazer trad., 2ª ed., Cambridge, Loeb Classical Library, 1999.

PAUSÂNIAS

Description de la Grèce. Paris, Les Belles Lettres, 2005.

PLÍNIO-O-VELHO

Natural history. Vol. 5, London, William Heinemann, 1958-1968.

Plínio-o-Velho e a Lusitânia. Amílcar Guerra trad., Lisboa, Edições Colibri, 1995, pp. 28-43.

PLUTARCO

Quaestiones Romanae. Ana Romero Masía e Xose Manuel Pose Mesura trads., in “Galicia nos Textos Clásicos”, Coruña, Museo Arqueolóxico, 1988, pp. 92-93.

The Life of Brutus. Bernadotte Perrin trad., Vol. 6, Cambridge, Loeb Classical Library, 1918.

The Life of Marius. Bernadotte Perrin trad., Vol. 9, Cambridge, Loeb Classical Library, 1920.

The Life of Pompey. Bernadotte Perrin trad., Vol. 5, Cambridge, Loeb Classical Library, 1917.

POLÍBIO

Historias. Alberto Díaz Tejera e Manuel Balasch Recort trads. Vols. 1-39, Madrid, Gredos, 1983-1996.

POMPÓNIO DE MELA

Chorographie. Alain Silberman trad., Paris, Les Belles Lettres, 1988.

PSEUDO-HIGINO

Des fortifications du camp. Maurice Lenoir trad., Paris, Les Belles Lettres, 1979.

RÚFIO FESTO

The Breviarium of Festus: a critical edition with historical commentary. John William Eadie ed., London, Athlone Press, 1967.

SALÚSTIO

Obra completa. Agostinho da Silva trad., Lisboa, Livros Horizonte, 1974,

SÉRVIO HONORATO

Vergilii carmina comentarii. Servii Grammatici qui feruntur in Vergilii carmina commentarii; recensuerunt Georgius Thilo et Hermannus Hagen. Georgius Thilo ed., Leipzig, B. G. Teubner, 1881.

SÍLIO ITÁLICO

La guerra púnica. Joaquín Villalba Álvarez ed., Madrid, Akal, 2005.

SUETÓNIO

Os doze césaes. João Gaspar Simões trad., Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.

TITO LÍVIO

Ab urbe condita, livro I. Paulo Farmhouse Alberto trad., 2ª ed., Mem Martins, Inquérito, 1999.

Historia de Roma desde su fundación. José António Villar trad., 45 Vols., Madrid, Gredos, 1990-1994.

Períocas; Perúocas de Oxirrinco; Fragmentos; Libro de los prodígios. José Antonio Villar Vidal trad., Madrid, Gredos, 1995.

VALÉRIO MÁXIMO

Memorable doings and sayings. David Roy Shackleton Bailey trad., Cambridge, Loeb Classical Library, 2000.

VARRÃO

De lingua latina. Manuel-Antonio Marcos Casquero trad., Barcelona, Anthropos, 1990.

VEGÉCIO

Vegetius: Epitome of Military Science. Nicholas P. Milner trad., Liverpool, University Press, 2001.

VELEIO PATÉRCULO

Historia romana. Sánchez Manzano trad., Madrid, Gredos, 2001.

VERGÍLIO

Eneida. 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 2005.

Relatórios arqueológicos

ARRUDA, Ana Margarida *et al.*

Chões de Alpompe, 2015. Relatório Final, Relatório entregue à Direcção Geral do Património Cultural, 2015, Chões de Alpompe – S-00245.

SILVA, Fernando

Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga. Campanha 4 (99). Relatório técnico-científico, Águeda, Gabinete de História e Arqueologia, 1999, PNTA/98 – Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga. 98/1(731)

SILVA, Fernando

Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga - Sítio da Mina. Quatro anos, quatro campanhas (1998-2001): um primeiro balanço. Águeda, Gabinete de História e Arqueologia, 2002, PNTA/98 – Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga. 98/1(731)

SILVA, Inês *et* BARATA, Luís

Potor: Povoado da Torre. Relatório Final, Aveiro, 2006, PNTA – Povoado da Torre S-00997.

VAZ, João

Segunda Campanha de Escavações Arqueológicas em Cristelo da Branca. Relatório de Escavação, Viseu, 1983, Cristelo da Branca – S-81.

ANEXOS

FUNDACIÓ (138-135 aC)

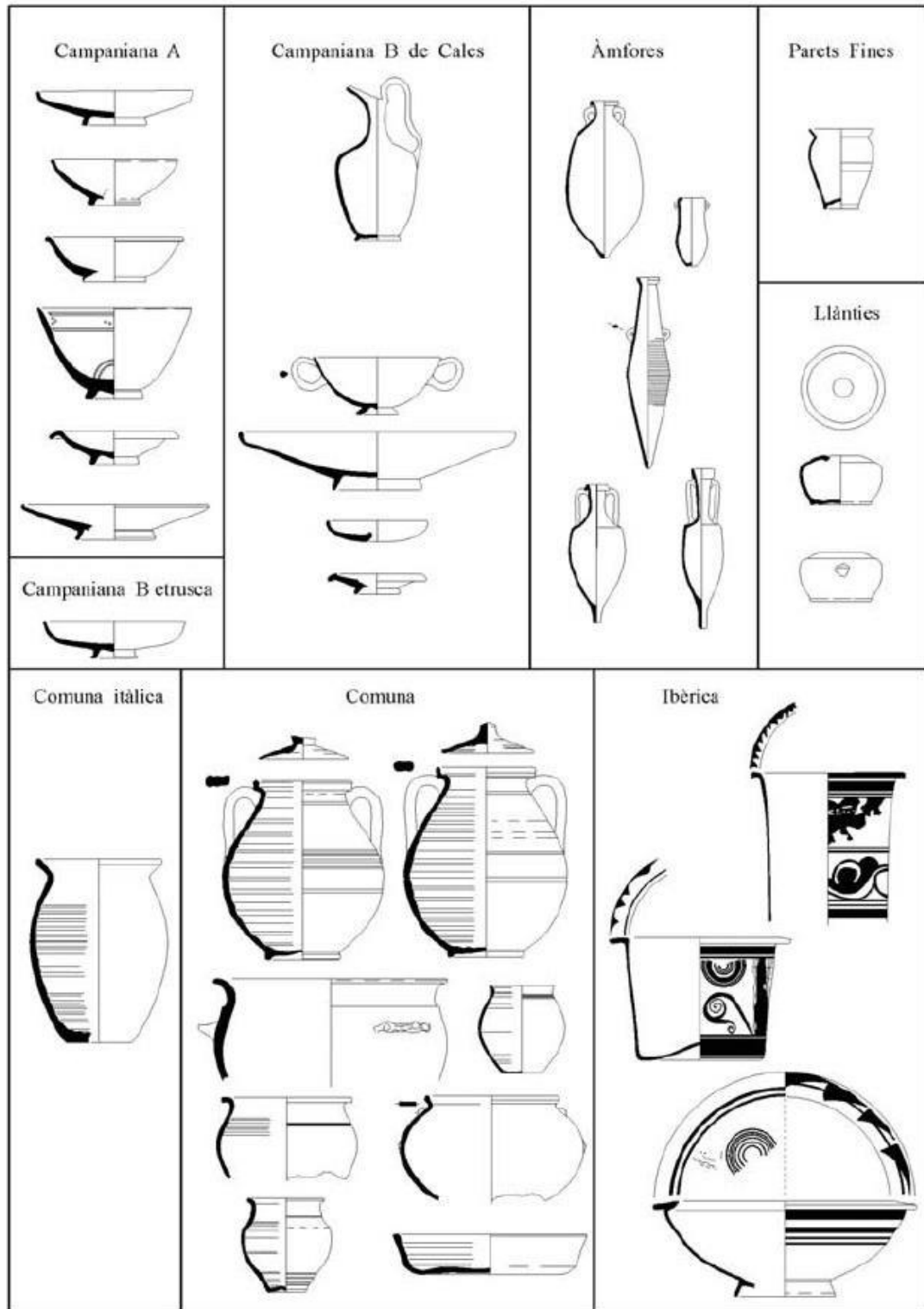


Figura 2 - Ceràmicas dos nívells fundacionals de Valentia, segundo Ribera i Lacomba et Marín Jordá, 2003, 291.



Figura 3 - Distribuição do espólio ritual datado da fundação de Valentia republicana, segundo Ribera i Lacomba, 2017, 51.



Figura 4 - Mundo funerário romano, com destaque à única necrópole fundacional, adaptado de Garcia Prosper, 2001, 75.



Figura 5 - Mapa do baixo Tejo, referente aos sítios romanos com presença de elementos militarizantes, segundo Fabião, 2014, 11



- Estruturas e sequências estratigráficas datáveis do séc. II a.C.
- Presumível traçado do núcleo urbano

Figura 6 - Planta topográfica da colina do Castelo de São Jorge, Lisboa, segundo Pimenta, 2014, 48.

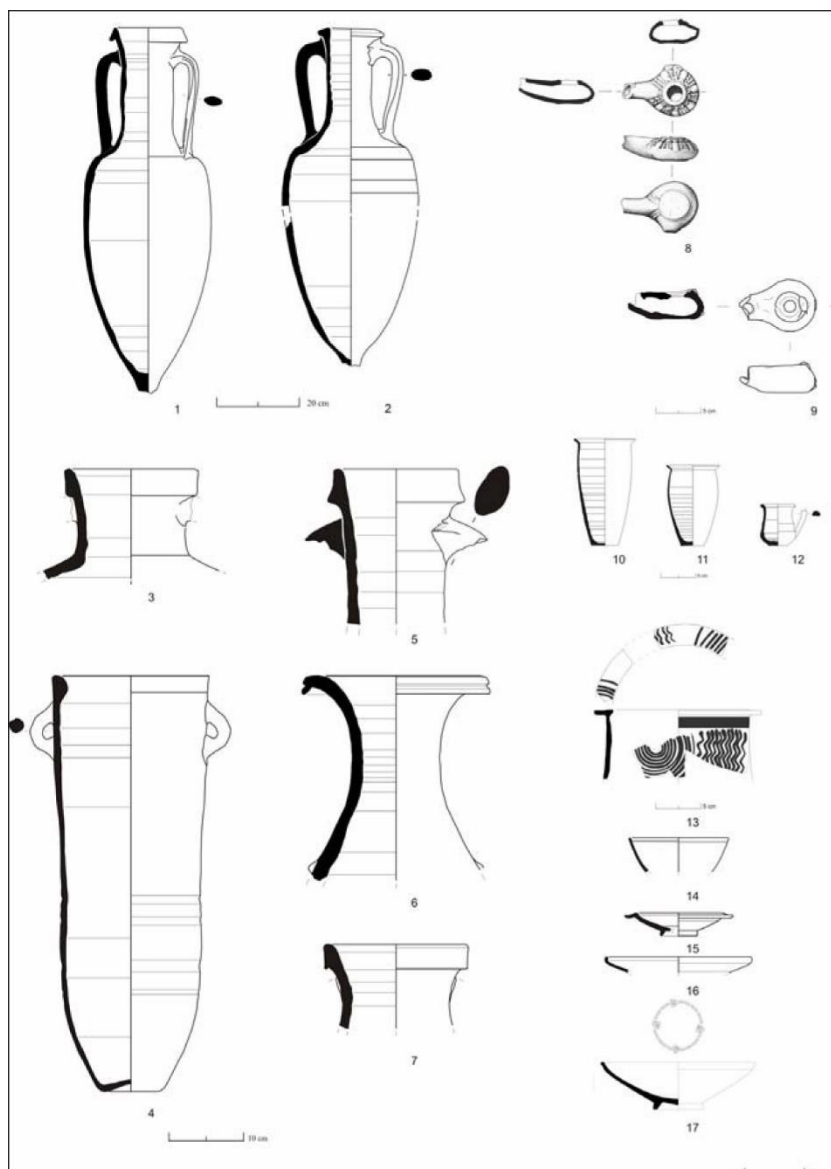


Figura 7 - Síntese dos contextos da primeira fase da presença romana em Olisipo – 140-130 a.C., segundo Pimenta, 2014, 49.

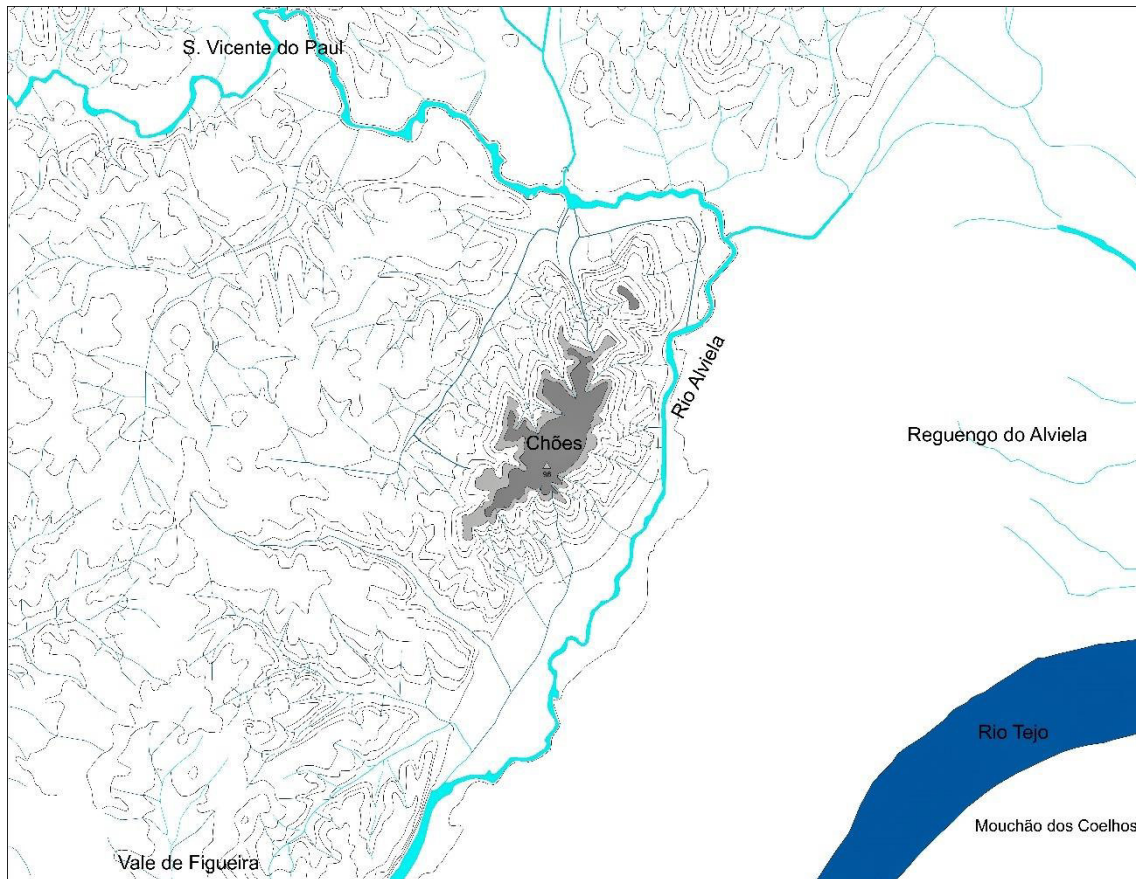


Figura 8 - Planta de Chões de Alpoimpe, com as curvas de nível e localização das linhas de água, produzida a partir da carta militar 1: 25 000, folha n.º 341, de 1969, segundo Arruda et al., no prelo.

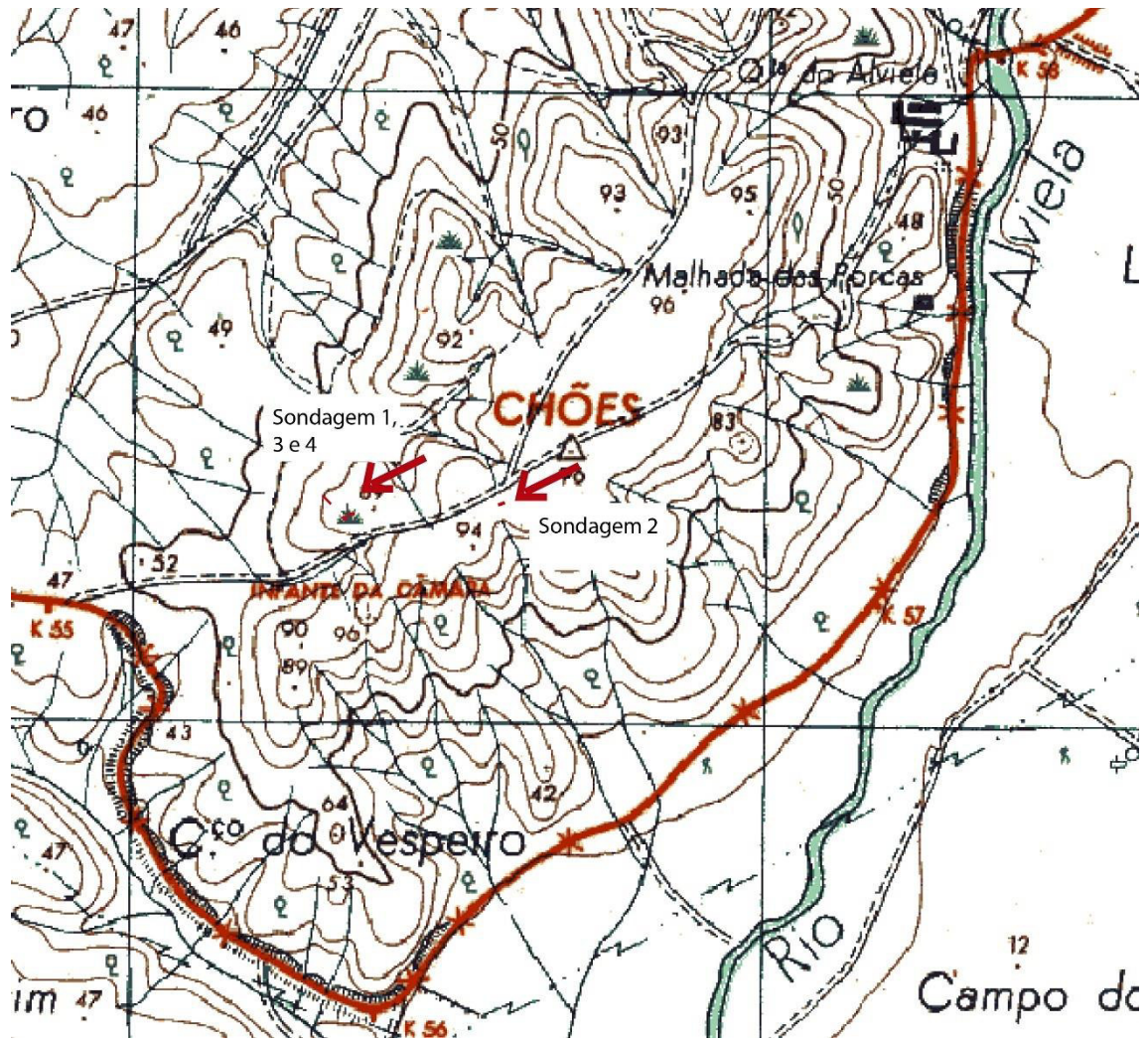


Figura 9 - Implantação das sondagens realizadas, carta militar 1:25 000, folha nº 341, segundo Arruda et al., no preto.

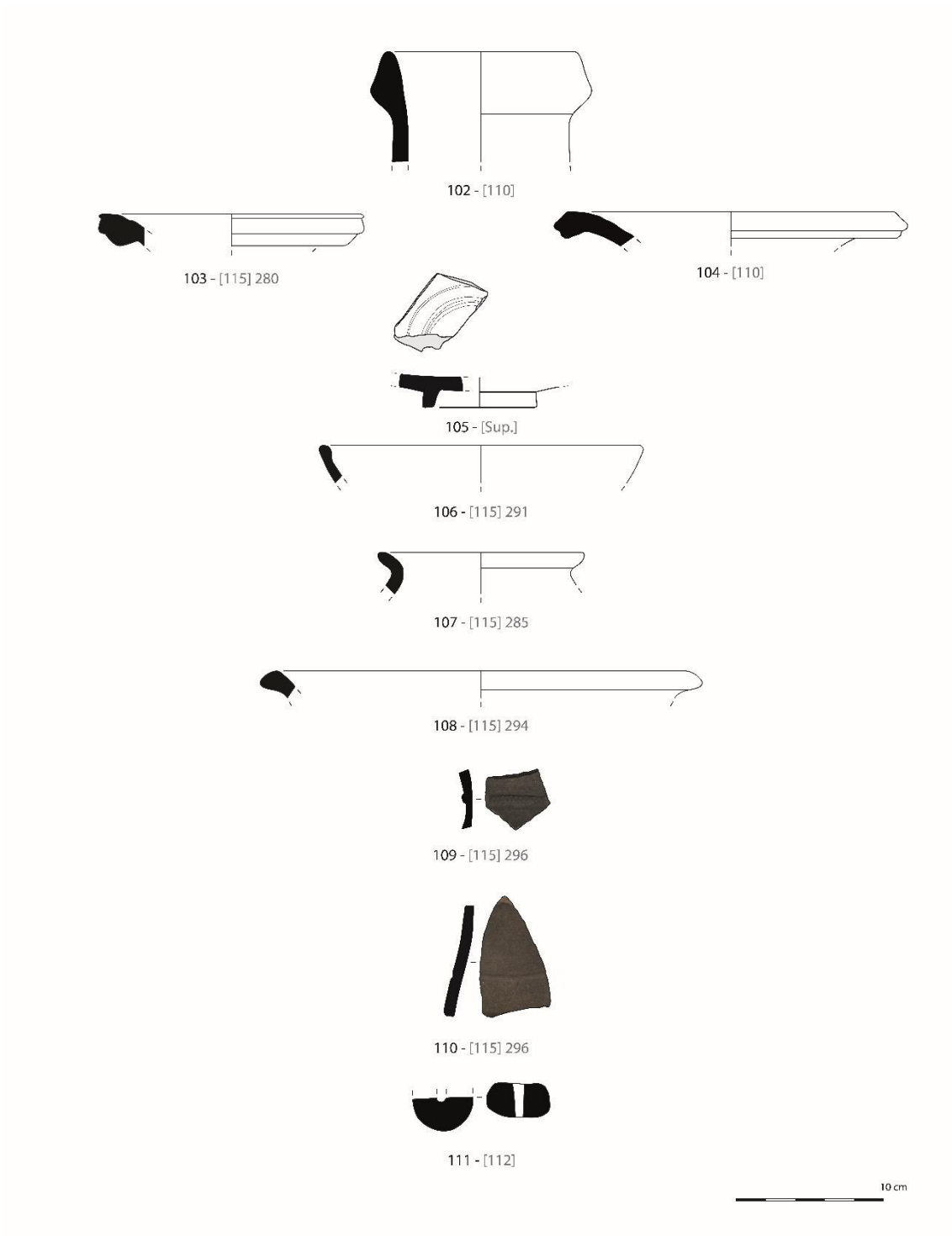
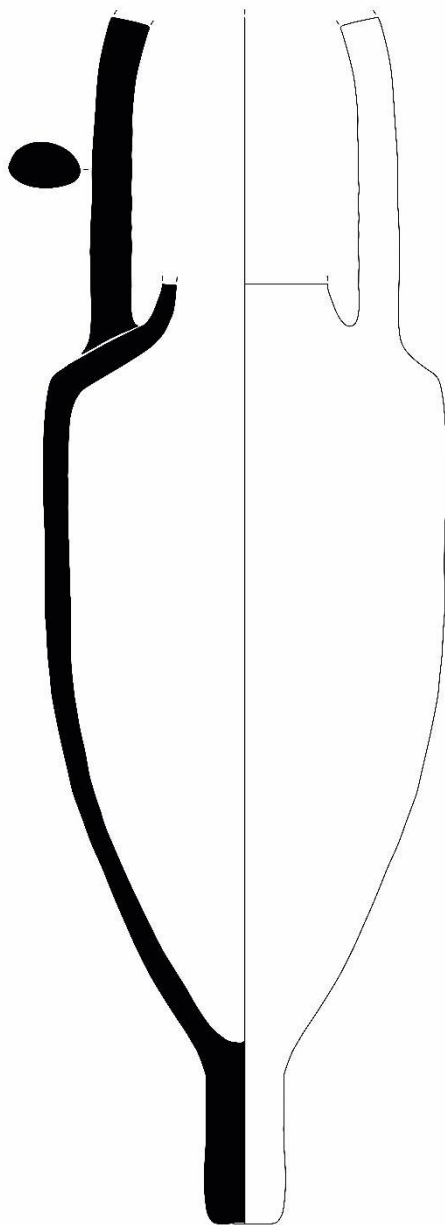


Figura 10 - Materiais provenientes de Chões de Alpompé. Destaca-se a peça nº 102 (ânfora Dressel 1A) e a nº 105 (Campaniense A), segundo Arruda et al., no prelo.



112 - [112]

10 cm

Figura 11 - Ânfora Greco-Itálica proveniente de Chões de Alpompé, segundo Arruda et al., no prelo.

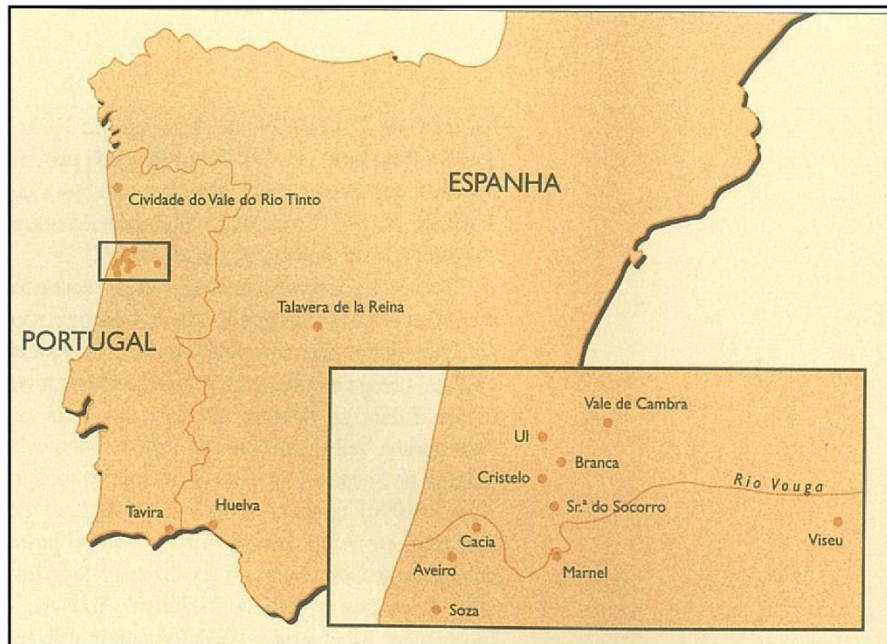


Figura 12 - Propostas de localização de Talábriga, segundo Lopes, 2000, 33.



Figura 13 - Epígrafe de Estorãos, disponível na base de dados Hispania Epigraphica, consultada em Maio de 2018.

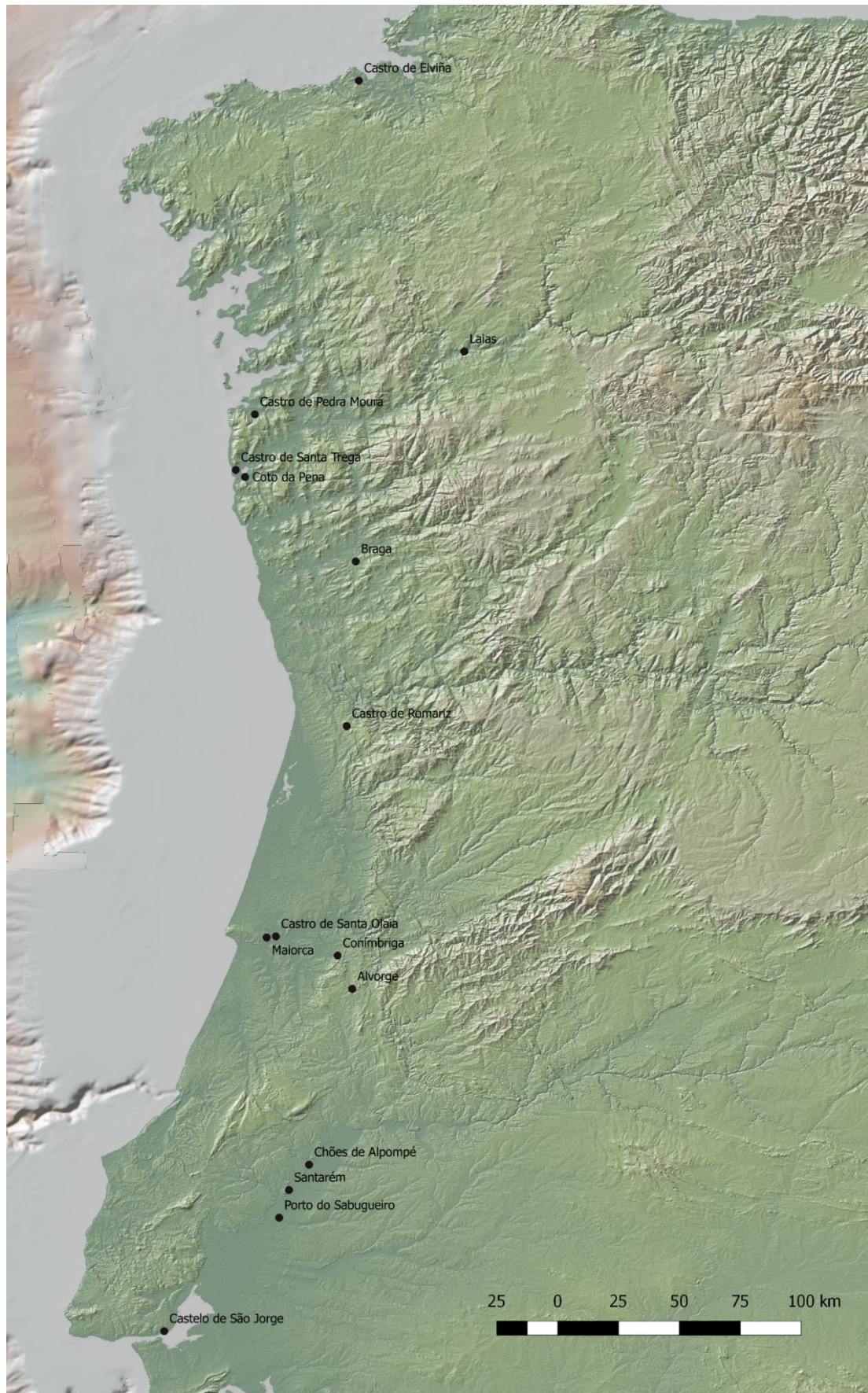


Figura 14 - Distribuição de Campaniense A no Ocidente peninsular.

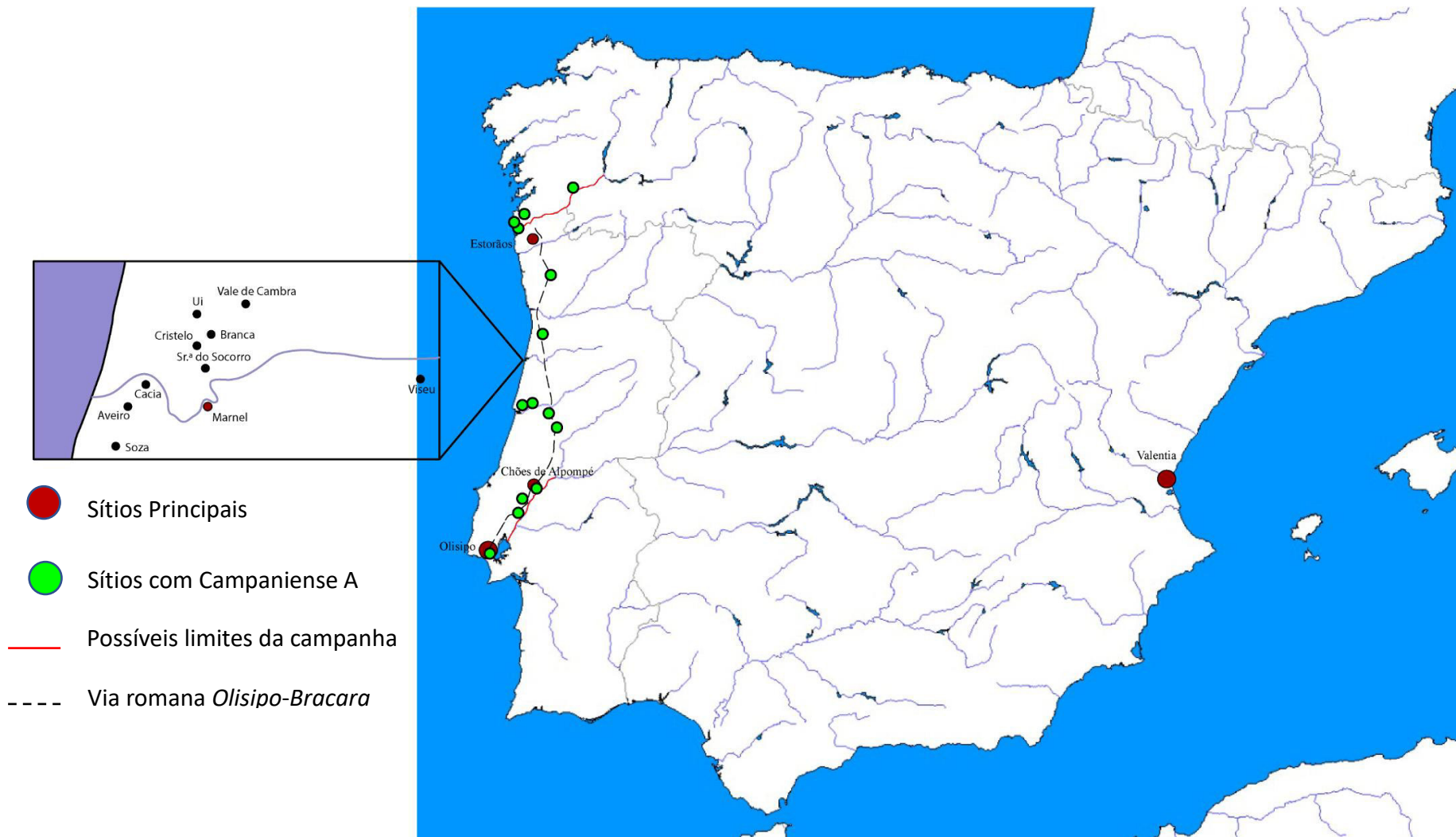


Figura 154 - Mapa das principais localizações referidas no trabalho, da distribuição de Campaniense A no Ocidente peninsular, da Via Romana *Olisipo-Bracara Augusta* e dos possíveis limites da campanha militar.